**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES CIÊNCIAS E HUMANIDADES**

TATIANA CAVALCANTE DE OLIVEIRA BOTOSSO

**Negros na universidade: a cobertura da mídia sobre as políticas
públicas de inclusão sócio-racial no Brasil**

**São Paulo
2015**

TATIANA CAVALCANTE DE OLIVEIRA BOTOSSO

Negros na universidade: a cobertura da mídia sobre as políticas públicas de inclusão sócio-racial no Brasil

Dissertação apresentada à Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 01 de novembro de 2014. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração:

Mudança Social e Participação Política

Orientador:

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Botosso, Tatiana Cavalcante de Oliveira

Negros na universidade : a cobertura da mídia sobre as políticas públicas de inclusão sócio-racial no Brasil / Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso ; orientador, Dennis de Oliveira. – São Paulo, 2015

173 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, em 2014
Versão corrigida

1. Negros - Brasil. 2. Racismo - Brasil. 3. Políticas públicas - Brasil. 4. Discriminação racial - Brasil. 5. Ensino superior – Brasil. 6. Análise do discurso. 7. Meios de comunicação – Brasil. 8. Igualdade social – Brasil. I. Oliveira, Dennis de, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 305.800981

Nome: BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira

Título: Negros na universidade: a cobertura da mídia sobre as políticas públicas de inclusão sócio-racial no Brasil

Dissertação apresentada à Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação Mudança Social e Participação Política.

Aprovado em: 01 de novembro de 2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. Dennis de Oliveira (orientador)

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP)

Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP)

Profa. Dra Aparecida Sueli Carneiro

Geledés Instituto da Mulher Negra.

Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP)

Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP)

Dedico esse trabalho em memória de minha avó Luzia Dias Cavalcante e de minha sogra Sonia Maria de Almeida Botosso, educadoras e mães afetuosas que sempre me incentivaram à realização de meus estudos de pós-graduação.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Sandra Regina Cavalcante, amorosa educadora e companheira que me ensinou a lutar por um mundo melhor e a erguer a cabeça e seguir em frente diante das dificuldades.

Ao meu companheiro Carlos Rodrigo Botosso, por todo seu amor, compreensão e companheirismo durante essa jornada.

À minha avó Maria Helena, ao meu pai Luiz Alberto, ao meu sogro João Carlos, aos meus irmãos: Marília, Ian Yohans, Luiz, Gabriel e Patrick Davi e aos meus sobrinhos, cunhados, tios e primos.

A toda colaboração e apoio do meu orientador Dennis de Oliveira e sua dedicação ao ensino e à luta pela igualdade racial.

Às contribuições dos professores Sueli Carneiro e Juarez Xavier para o direcionamento da minha pesquisa no exame de qualificação.

Às amigas Fabi Mesquita, Nilza Iraci, Angélica Caraméz, Lorena Flosi, Cristiane Guterres e Renata Marques por todo apoio presencial e à distância que me dedicaram.

Aos companheiros do Programa Mudança Social e Participação Política e do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo, especialmente a Maria Eugênia Gregório, Débora Cidro, Ana Rita Ferreira, Laís Cristina Rodrigues, Elvira Hernández, Tâmara Pacheco, Raquel Rizzi, Aline Carmo, Eliete Edwiges, Rogério Ferro, Fabio Ortolano, Ramon Zago, Babel Hajjar e Danilo Oliveira.

Aos ativistas do Coletivo Quilombação, especialmente a Erika Barbosa e ao Danilo Benedicto.

Aos alunos, professores e funcionários da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, que apesar de todas as dificuldades devido à interdição do Campus Leste continuaram mantendo a unidade em funcionamento, especialmente à bibliotecária Maria Fátima dos Santos.

*A voz da minha bisavó ecoou
criança nos porões do navio.*

*Ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.*

Poema Vozes-mulheres, de Conceição Evaristo

RESUMO

BOTOSSO, T. C. O. **Negros na universidade**: a cobertura da mídia sobre as políticas públicas de inclusão sócio-racial no Brasil. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A segregação socioeconômica da população negra brasileira remonta as relações sociais do período escravista até os dias atuais através do preconceito, da discriminação racial e do racismo institucional, naturalizado pelo “contrato racial”. Os negros sempre resistiram e lutaram contra o racismo e para a promoção da igualdade racial. O racismo midiático é disseminado pelas “elites logotécnicas” detentoras do poder simbólico da mídia. Contudo, a implementação de cotas sócio-raciais nas universidades públicas tem sido debatida de forma polêmica pelos meios de comunicação de massa. Este trabalho avalia o discurso da mídia sobre as políticas públicas de inclusão sócio-racial no período de abril a setembro de 2012.

Palavras-chave: Racismo. Discriminação Racial. Preconceito. Mídia. Movimento Negro. Cotas sócio-raciais.

ABSTRACT

BOTOSSO, T. C. O. **Blacks at the University:** the media coverage on public policies for social and racial inclusion in Brazil. 2015. 173 f. Dissertation (Master Degree of Science) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The socioeconomic segregation of black people dating social relations of slavery period to the present day through prejudice, racial discrimination and institutional racism, the national “racial contract”. Blacks have always resisted and struggled against racism and to promote racial equality. The media racism is spread by the “elite logotécnicas” holding the symbolic power of the media. However, the implementation of socio-racial quotas in public universities has been debated polemic manner by means of mass communication. This paper evaluates the media discourse about public policies for social and racial inclusion in the period April to September 2012.

Keywords: Racism. Racial Discrimination. Prejudice. Media. Black Movement. Social and racial quotas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	RACISMO NO BRASIL	13
2.1	ESCRAVISMO PLENO	18
2.2	DO ESCRAVISMO TARDIO À ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO	20
2.3	A MISTIÇAGEM NAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES INTELECTUAIS BRASILEIRAS	22
2.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE MISTIÇAGEM PARA OS INTELECTUAIS BRASILEIROS	23
2.5	AS PESQUISAS SOCIAIS BRASILEIRAS E O PROJETO UNESCO	26
2.6	A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E O PRECONCEITO RACIAL NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DE CLASSES	28
2.7	O RACISMO INSTITUCIONAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS	31
3	MÍDIA	38
3.1	A HISTÓRIA DO JORNALISMO	39
3.2	AS PARTICULARIDADES DO JORNALISMO	40
3.3	O CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA E SUA DESTRUÇÃO	43
3.4	BIOS VIRTUAL, MISTIATIZAÇÃO E ESTEREÓTIPOS	44
3.5	AS NOVAS ELITES E O RACISMO MISTIÁTICO	47
4	O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO	52
4.1	A RESISTÊNCIA NEGRA CONTRA A ESCRAVIDÃO	54
4.2	O MOVIMENTO NEGRO PÓS-ABOLIÇÃO	56
4.3	DA REABERTURA POLÍTICA À ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1988	60
4.4	AS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO A PARTIR DE 1988	67
4.5	A CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA IGUALDADE RACIAL	72
4.6	AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	78
4.7	AS COTAS SÓCIO-RACIAIS DE ACESSO ÀS UNIVERSIDADES	80
5	COMO A MÍDIA TRATA A QUESTÃO DO RACISMO NO BRASIL	83
5.1	A ANÁLISE DE DISCURSO E O MITO FUNDADOR DO BRASIL	83

5.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	88
5.3	ANÁLISE DOS TERMOS-PIVÔ.....	90
5.3.1	Termo-pivô: educação.....	90
5.3.1.1	Revista Caros Amigos.....	90
5.3.1.2	Revista Carta Capital.....	91
5.3.1.3	Revista Veja.....	91
5.3.2	Termo-pivô: racismo.....	94
5.3.2.1	Revista Caros Amigos.....	94
5.3.2.2	Revista Carta Capital.....	95
5.3.2.3	Revista Veja.....	97
5.3.3	Termo-pivô: cotas.....	99
5.3.3.1	Revista Caros Amigos.....	99
5.3.3.2	Revista Carta Capital.....	99
5.3.3.3	Revista Veja.....	101
5.4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	106
6	CONCLUSÕES.....	108
	REFERÊNCIAS.....	111
	ANEXO A – Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005.....	119
	ANEXO B – Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012.....	128
	ANEXO C – Matérias selecionadas revista Caros Amigos.....	130
	ANEXO D – Matérias selecionadas revista Carta Capital.....	132
	ANEXO E – Matérias selecionadas revista Veja.....	140
	ANEXO F – Termos-pivôs selecionados revista Caros Amigos.....	148
	ANEXO G – Termos-pivôs selecionados revista Carta Capital.....	149
	ANEXO H – Termos-pivôs selecionados revista Veja.....	153
	ANEXO I – Termo-pivô: educação.....	161
	ANEXO J – Termo-pivô: racismo.....	165
	ANEXO K – Termo-pivô: cotas.....	168
	ANEXO L – Fotografias selecionadas.....	173

1 INTRODUÇÃO

O racismo e a discriminação social são temas atualmente debatidos pela sociedade brasileira. Entretanto, casos de discriminação racial e injúrias raciais no futebol e em situações cotidianas têm sido denunciados pela mídia como desvios de comportamento e apresentados em situações particulares, sem contextualizar o racismo como uma questão estruturante da sociedade brasileira.

Embora a população negra seja maioria no Brasil, os negros não estão efetivamente representados nas esferas de poder executivo, legislativo e judiciário. E análises socioeconômicas apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Geográfica (IBGE) demonstram que a maioria da população pobre é negra.

A mídia se apresenta na sociedade contemporânea como um mercado informativo, que pauta, para a sociedade, discussões a partir de fatos noticiados de acordo com critérios estabelecidos tecnicamente na produção de notícias.

Contudo, nos últimos anos o debate sobre a implementação de cotas sócio-raciais nas universidades públicas brasileiras gerou grande polêmica e foi debatido nas esferas judiciária e legislativa, na sociedade civil, nos movimentos sociais e nos meios de comunicação de massa.

Este trabalho discute as concepções de racismo e da luta antirracista no Brasil e a forma que os meios de comunicação tratam este assunto. Para isto, foi realizada uma pesquisa empírica da situação socioeconômica da população negra e uma análise de discurso da cobertura da mídia sobre as políticas públicas de inclusão sócio-racial no ensino superior no Brasil.

O segundo capítulo trata da definição de preconceito, discriminação racial, racismo e da teoria do “Contrato Racial” de Charles Wade Mills. Percorrendo os períodos do escravismo pleno à abolição da escravidão, as primeiras instituições intelectuais e a mestiçagem, as pesquisas sociais brasileiras e o Projeto Unesco, a formação da sociedade de classes, o racismo institucional e as desigualdades sociais na atualidade.

A mídia é estudada enquanto poder simbólico no terceiro capítulo, que discorre sobre a história do jornalismo e suas particularidades, o conceito de esfera pública e sua destruição, além dos conceitos de “bios virtual”, “mídiatização”, estereótipos, as novas elites e o racismo midiático.

O quarto capítulo discorre sobre o panorama de entraves, lutas e conquistas do movimento negro desde a resistência à escravidão até o período após a Constituição de 1988. Além das conquistas de políticas públicas pela igualdade racial e as ações afirmativas de acesso ao ensino superior, destacando as cotas sócio-raciais.

O quinto capítulo avalia o tratamento da questão do racismo pela mídia, à luz da metodologia da análise de discurso e do mito fundador do Brasil, com análise de discurso de textos selecionados das revistas: Caros Amigos, Carta Capital e Veja nos termos pivô: educação, racismo e cotas.

E, por fim, longe de ser um ponto final sobre o tema, o sexto capítulo trata das conclusões, nas quais se analisa o estado atual da discussão do racismo no Brasil em um momento em que a mídia ocupa lugar central nas dinâmicas sociais.

2 RACISMO NO BRASIL

Este capítulo analisa o racismo, o preconceito e a discriminação, além da segregação socioeconômica da população negra brasileira. Apesar dessa segregação não ser instituída no Brasil, “Se a segregação não existe legalmente do ponto de vista territorial; ela existe no plano simbólico que também tem consequências materiais e, de quebra, territoriais”. (OLIVEIRA, 2008: p. 74)

Preconceito, discriminação e racismo são termos que se confundem quando discutimos as relações raciais, assim, uma análise sobre as definições de cada um desses termos é necessária para que possamos distinguir suas diferenças.

Os preconceitos são atitudes existentes na cabeça das pessoas ou grupos de pessoas, devido ao sexo, idade, nacionalidade, "raça", etnia, cultura, língua, classe, religião, gênero ou outros fatores. Tais atitudes - introduzidas por mecanismos educativos - são invisíveis, incomensuráveis e traduzidas em opiniões verbalizadas. “Podem levar indivíduos e grupos a evitar os "outros", porque não confiam neles ou têm medo deles. Falta apenas um salto para passar da opinião à ação ou comportamento discriminatório que pode ser visível e mensurável.” (MUNANGA, 2010: p. 177)

Para o autor, a discriminação ocorre quando a negação a igualdade de tratamento aos diferentes passa de uma atitude preconceituosa e se transforma em ação concreta, que pode ser mensurada e observada.

Sales Júnior (2009) discorre que se pode classificar a discriminação em dois tipos: a discriminação vertical, que é praticada em hierarquias sociais determinadas, como o racismo nas relações raciais, o elitismo nas relações de classe e o machismo nas relações de gênero. E a discriminação horizontal, que produz distinções sem constituir uma relação de poder: as discriminações contra baixinhos, gogos, calvos e obesos.

Assim, ele avalia a discriminação racial como uma prática apresentada de diversas formas, desenvolvidas de maneiras opostas ou por conexões variáveis e indeterminadas. Seu aspecto fragmentário se deve ao funcionamento da estabilidade, da hierarquia racial e da cordialidade, contudo, quando a estabilidade é ameaçada, acionam-se as formas mais ostensivas de discriminação racial e são tomadas as formas mais agressivas e ostensivas do racismo cordial.

Criada pelo quadro teórico colonial das relações raciais, a lógica racional das

práticas racistas distingue a opressão racial da exploração de classe e o privilégio racial do branco. Ou seja: “o conceito de privilégio racial sugere que, além da exploração econômica, o grupo dominante branco extrai uma certa “mais valia” psicológica, cultural e ideológica do colonizado.” (HASENBALG, 1979: p. 111)

Dessa maneira, a opressão sofrida pela população negra beneficia os capitalistas brancos pela super exploração direta dos negros e o restante dos brancos beneficiam-se das melhores possibilidades de mobilidade social. Na arena competitiva, quando as pessoas possuem os mesmos recursos, com exceção da filiação racial, os processos de mobilidade social e estratificação que resultam em ocupação, renda, prestígio e posição de classe se darão em prejuízo aos não brancos.

Na tentativa de definir o racismo, Elisa Larkin Nascimento (1981) afirma que se trata da distorção histórica da sociedade, uma violenta interrupção e a destruição das aspirações, das realizações humanas e da cultura de um povo dominado. A dominação é justificada pela desumanização. E o “supremacismo branco” como sistema de dominação ideológica é possibilitado pela “mitologia racista”, um importante instrumento que foi utilizado na reprodução do modelo de civilização Ocidental no processo de expansão da hegemonia capitalista da Europa e dos Estados Unidos.

Segundo a autora, essa ideologia foi imposta aos povos dominados, e por eles internalizada, dividindo os conquistados e criando elites europeizadas que se consideram superiores explorando seus próprios familiares. Corroendo o impulso natural para a liberdade desses povos, o “supremacismo branco” lhes rouba a dignidade e a identidade autóctones, apagando de sua memória tanto a imagem de suas lutas históricas para a liberdade e seus próprios heróis, como as atrocidades que sofreram pelas mãos do Ocidente. Infundindo-lhes o desejo grotesco de imitação dos seus opressores como um essencial instrumento de auto-anulação.

Além disso, isso tudo é possibilitado pela profundidade da penetração cultural que a “mitologia racista” veicula e tem sido incorporada plenamente pelas convenções escolásticas e religiosas, tragada compulsoriamente por suas vítimas como parte integral da cultura “científica” e “esclarecida”.

Charles Wade Mills, jamaicano, filósofo e professor da Universidade Northwestern, em Chicago, nos Estados Unidos da América, define que o Contrato

Social¹ é na verdade um “Contrato Racial”. E afirma que o humanismo europeu normalmente significava que somente os europeus eram humanos. Além disso, questiona a concepção de moralidade atribuída a Hobbes, na qual a moralidade é apenas um conjunto de regras para acelerar a busca racional e a coordenação dos nossos próprios interesses, sem entrar em conflito com as outras pessoas que estão fazendo a mesma coisa.

O autor afirma também que no estado-de-natureza de John Locke², na ausência de uma autoridade jurídica e penal constituída, a lei natural permite que os próprios indivíduos punam os malfeitores. Aqueles que demonstram pelas suas ações que faltam ou “renunciam” a razão da lei natural e são como “bestas selvagens” com as quais o Homem não pode ter sociedade nem segurança, podem licitamente ser destruídos.

Para MILLS (2007):

The Racial Contract is that set of formal or informal agreements or meta-agreements (higher-level contracts *about* contracts, which set the limits of the contracts' validity) between the members of one subset of humans, henceforth designated by (shifting) “racial” (phenotypical genealogical cultural) criteria C1, C2, C3... as “white”, and coextensive (making due allowance for gender differentiation) with the class of full persons, to categorize the remaining subset of humans as “nonwhite” and of a different and inferior moral status, subpersons, so that they have a subordinate civil standing in the white or white-ruled polities the whites either already inhabit or establish or in transactions as aliens with these polities, and the moral and juridical rules normally regulating the behavior of whites in their dealings with one another either do not apply at all in dealings with nonwhites or apply only in a qualified form (depending in part on changing historical circumstances and what particular variety of nonwhite is involved), but in any case the general purpose of the Contract is always the differential privileging of the whites as a group with respect to the nonwhites as a group, the exploitation of their bodies, land, and resources, and the denial of equal socioeconomic opportunities to them. All whites are *beneficiaries* of the Contract, though some whites are not *signatories* to it.³ (MILLS, 1997: p. 11)

¹ Mills se refere aos quatro principais teóricos do Contrato Social: Hobbes, Locke, Rousseau e Kant.

² Lock escreveu sobre o estado-de-natureza no livro Segundo Tratado. LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo Martin Claret, 2005.

³ O Contrato Racial é o conjunto de acordos formais ou informais ou meta-acordos (contratos de nível superior sobre contratos, que estabelecem os limites de validade dos contratos) entre os membros de um subgrupo de seres humanos, daqui em diante designados por (deslocamento) de critério “racial” (fenotípico/genealógico/cultural) os critérios C1, C2, C3... como “branco”, e coincidentes (levando em consideração a diferenciação de gênero) com a classe de pessoas plenas, de forma a categorizar o subconjunto restante dos seres humanos como “não-brancos” e de um status moral diferente e inferior, “subpersons” (sub-pessoas), de forma que elas tenham uma posição civil subordinada às políticas controladas pelos brancos, tanto os que já se estabeleceram quanto os que estão em transição como estrangeiros desses sistemas políticos, assim as regras morais e jurídicas normalmente regulam o comportamento dos brancos nas suas relações uns com os outros ou diferentemente das suas relações com os não-brancos a menos que seja de uma forma qualificada (dependendo, em parte, a alteração das circunstâncias históricas e da particularidade de não-brancos), mas em qualquer caso, o objetivo geral do Contrato é sempre o privilégio diferencial dos brancos enquanto grupo em relação aos não-brancos, como um grupo, que é sujeito à exploração de

Ou seja, o “Contrato Racial” são acordos formais ou informais que categorizam os membros de um subgrupo de seres humanos, designados por um deslocamento de critério racial (fenótipo/genealógico/cultural) C1, C2, C3... como “branco” e coincidentes (considerando a diferenciação de gênero) pertencendo à classe de pessoas plenas. Dessa maneira, o grupo restante dos seres humanos “não brancos” são categorizados como pessoas inferiores de forma que elas tenham uma posição civil subordinada as políticas controladas pelos brancos.

O objetivo geral do Contrato é sempre o privilégio diferencial dos brancos em relação aos não-brancos, que são sujeitos à exploração dos seus corpos, terras e recursos, além da negação de oportunidades socioeconômicas iguais.

Outra dimensão da coerção do “Contrato Racial”, segundo MILLS (1997), é a ideológica, na qual o conhecimento, a cultura, as crenças e costumes de não-brancos foram qualificados como selvagens e proibidos de serem realizados. Assim, o conhecimento e a cultura europeia foram impostos aos não-brancos.

Para o autor, o racismo precisa ser compreendido como uma ideologia com o objetivo de inculcar subjugação nas mentes dos não-brancos. Se o contrato social exige que todos os cidadãos e pessoas aprendam a respeitar a si mesmos e uns aos outros, o “Contrato Racial” prescreve aos não-brancos o autodesprezo e a diferenciação racial para com os cidadãos brancos. O triunfo final desta educação é que eventualmente torna-se possível caracterizar o “Contrato Racial” como “consensual” e “voluntarista”, mesmo para os não-brancos.

O racismo brasileiro, segundo Flávio Antônio da Silva Nascimento (2010), é sistematicamente dominador e opressor contra o negro, sua finalidade é a extraordinária manutenção de vantagens e privilégios para uma elite formada por uma minoria branca, que se compõe de intelectuais conservadores, burgueses e ideólogos. A essa elite interessa a manutenção e ampliação de seu “status quo” e o racismo não é visto somente como uma oportunidade para isso, mas também como um “modos operandi”.

De acordo com GUIMARÃES (2005), o racismo se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania, pela imposição de distâncias sociais criadas por

seus corpos, terras e recursos, e a negação de oportunidades socioeconômicas iguais as deles. Todos os brancos são beneficiários do contrato, apesar de alguns brancos não serem signatários dele. (MILLS, 1997: p. 11, tradução nossa)

diferenças enormes de renda e de educação, e pelas desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas.

A partir da chegada da frota portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral inicia-se no território brasileiro o processo de colonização. E o primeiro relato oficial registrado sobre esse território foi a Carta de Pero Vaz de Caminha, de 1.^o de maio de 1500. Primeiramente, a frase: “Eram *pardos* todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas.” revela a “não-branquitude” dos índios, diante da branquitude dos portugueses e também a constatação de que a falta de roupas lhes mostravam “vergonhas” advinha da normativa moral da ideologia católica cristã. (CAMINHA, 1500)

E os trechos: “Parece-me gente de tal inocência que, se *homem* os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm nem entendem em nenhuma crença. [...] Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar de sua salvação.”, revelam que os índios também não foram considerados homens e que a fé católica dos portugueses os “salvariam”. (CAMINHA, 1500)

Marilena Chauí (2013), afirma que após Caminha ter descrito a inocência dos habitantes da terra achada, disse que eles não possuíam nenhuma crença, sugerindo a El-Rei que: “o melhor fruto, que dela se pode tirar, me parece será salvar essa gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza deve nela lançar”, dispondo-os assim na escala de seres abaixo dos cristãos.

Segundo a autora, o cativo e a subordinação dos índios foram considerados obras espontâneas da natureza, de acordo com as teorias do direito natural objetivo e subjetivo. Pois, de acordo com teoria da ordem jurídica natural, os nativos seriam inferiores juridicamente e o conquistador-colonizador é considerado naturalmente superior.

Para MUNANGA (2006), entre os séculos XV e XVII saber se os índios eram seres humanos como os europeus ou bestas – tal como animais, sem racionalidade ou alma – motivaram especulações científicas e religiosas. E os índios foram submetidos a um intenso processo de aculturação, chamado de Missão Civilizadora, que tinha por intenção verdadeira a dominação, mas era camuflada de boas intenções.

O autor afirma que as condições naturais do Brasil favoreciam a exploração e dominação econômica, mas faltava mão-de-obra. Os colonizadores recorreram

então à escravização da população indígena que foi destituída do direito a terra de seus ancestrais e obrigada a trabalhar sem remuneração.

A dominação política territorial foi realizada pelos bandeirantes, hoje considerados “heróis”, eles ocuparam territórios indígenas cometendo atrocidades com sua a população, para depois instalarem-se as capitanias, como eram denominadas as pequenas províncias.

Os indígenas tentaram resistir à escravidão e, por isso, muitos foram caçados e exterminados, e outros morreram de doenças:

No início, os fazendeiros brasileiros dependiam de trabalhadores indígenas. Porém, os índios do Brasil logo sofreram o mesmo holocausto que havia sucedido nas ilhas do Caribe. [...] um terço dos índios que viviam nas missões jesuíticas das zonas açucareiras morreu de varíola ou sarampo durante a década de 1560. (ANDREWS, 2007: p. 40)

A solução encontrada pelos portugueses para continuarem a explorar o Brasil com mão-de-obra escrava foi o tráfico e a escravização de africanos, que foram trazidos à força e destituídos de sua humanidade por um estatuto que os transformaram em coisas, mercadorias ou objetos comercializáveis pelos traficantes e “máquinas animais” de trabalho necessário ao desenvolvimento da colônia.

Assim, a força de trabalho nos engenhos brasileiros, até 1600, era de maioria africana e aumentava na medida em que a indústria açucareira crescia e expandia-se. Segundo ANDREWS (2007), durante o século XVII foram trazidos para o Brasil mais de meio milhão de africanos, número dez vezes maior que no século XVI,

Esse regime escravista dividiu a sociedade brasileira e a organizou em duas partes desiguais (como uma sociedade de castas): uma parte – branca – formada por cidadãos livres e a outra parte – negra – constituída de homens e mulheres escravizados, essa divisão irá configurar o comportamento das classes fundamentais: senhores e escravos.

MOURA (1994) divide a escravidão no Brasil em duas fases distintas nos aspectos social, demográfico, cultural e político: *escravismo pleno* e *escravismo tardio*. Abordar-se-á, a seguir, como cada um destes períodos se caracterizavam.

2.1 ESCRAVISMO PLENO

O período compreendido como *escravismo pleno* inicia-se mais ou menos no ano de 1550 até aproximadamente o ano de 1850, quando é oficialmente extinto o

tráfico internacional de africanos escravizados. Esse longo período, que durou cerca de 300 anos, abrange a fase colonial, o reinado de D. João VI, o Império de D. Pedro I e de D. Pedro II.

O sistema econômico do período colonial era baseado no modo escravista de produção, cujos produtos eram comercializados no mercado mundial. E o desenvolvimento do sistema escravista dependia do fluxo permanente da compra dos escravizados. Cerca de 10 milhões de africanos foram traficados para o Brasil desde o século XVI até meados do século XIX e a vida útil de um escravo era de sete a dez anos.

D. João VI chegou ao Brasil em 1808, acompanhado de sua Corte formada por cerca de 10 mil pessoas, entre as quais, clero, magistrados, nobres, intelectuais, militares, corpo diplomático e políticos. A Corte instalou-se na cidade do Rio de Janeiro e promoveu um comércio internacional livre, porém de todas as nações que seriam potenciais clientes restava apenas a Inglaterra, pois as outras estavam envolvidas nas guerras napoleônicas.

A estrutura social e econômica brasileira não foi alterada com a chegada de D. João VI, nem com a proclamação da Independência, pelo contrário, essa estrutura consolidou-se e diversificou-se. Com a dinamização do tráfico, durante o reinado de D. Pedro I, os traficantes tornaram-se personalidades importantes e respeitadas pela sociedade brasileira. Em 1818 a população de escravizados totalizava 52% da população total do Brasil.

Entre os sete traços fundamentais⁴ do escravismo pleno, apontados por MOURA (1994), podem-se destacar os seguintes: o “tráfico triangular como elemento mediador e mecanismo de acumulação da Metrópole”, o “latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade”; a “legislação repressora contra os escravos, violenta e sem apelação”; e o fato de que “os escravos lutavam sozinhos de forma ativa e radical contra o instituto da escravidão”.

⁴ Os sete traços fundamentais característicos do período que vai até 1850 são: “1) Monopólio comercial da Metrópole (até 1808). 2) Produção exclusiva de artigos de exportação para o mercado mundial, salvo a produção de subsistência pouco relevante e que somente era suficiente em face do baixíssimo nível do poder aquisitivo (poder de compra) dos consumidores. 3) Tráfico de escravos da África de caráter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador e mecanismo de acumulação da Metrópole. 4) Subordinação total da economia de tipo colonial à Metrópole e impossibilidade de uma acumulação interna de capitais em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo para o capitalismo não dependente. 5) Latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade. 6) Legislação repressora contra os escravos, violenta e sem apelação. 7) Os escravos lutam sozinhos de forma ativa e radial contra o instituto da escravidão.” (MOURA, 1994: p.50)

Tais mecanismos de funcionamento do sistema escravista permitiam: a) Uma eficiente produção via trabalho escravo para o mercado externo; b) que as constantes revoltas e outras formas de descontentamento dos escravos fossem controladas, uma vez que estas poderiam pôr em risco a eficiência desse sistema nos níveis de produção e de equilíbrio social.

Como se pode observar, o escravismo pleno é marcado por um sistema segregacionista de classes, baseado em uma dinâmica econômica de escravização e exportação de mercadorias e importação de mão-de-obra, mantido pela dominação violenta instituída normativamente pelo poder político.

2.2 DO ESCRAVISMO TARDIO À ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

A fase do escravismo tardio foi marcada pela modernização do Brasil mantendo-o em uma relação de subordinação aos ingleses que progressivamente endividavam o Estado num processo de dependência.

Entretanto havia uma peculiaridade na sociedade brasileira, enquanto um avanço econômico, tecnológico e científico revolucionava as relações sociais em pleno final do século XIX, nos países europeus e nos Estados Unidos, tais recursos foram aplicados em um Brasil ainda escravista.

Portanto, a elite formada por cidadãos brancos livres que dominavam os negros escravizados e subalternizava os negros libertos – que não eram considerados cidadãos – era também subordinada pelos ingleses. E também temia a perda de seus privilégios com o fim da escravidão, que já havia ocorrido em vários países.

Diante desse processo de decomposição do escravismo e de preparação para a chegada do trabalho livre no Brasil, MOURA (1994) aponta cinco medidas modulares estabelecidas:

- 1) A Tarifa Alves Branco (1844), que tinha um caráter protecionista ao início da industrialização, porém sua idealização foi projetada para absorção da mão-de-obra estrangeira assalariada, associada a política de desvalorização do trabalhador nacional negro e não branco.
- 2) A Lei da Terra (1850), na qual a terra se tornou uma mercadoria de aquisição comercializada pelo Estado, que antes era seu proprietário e as doava aos seus beneficiários. Politicamente, essa lei visava inviabilizar a

possibilidade futura do ex-escravo integrar-se a sociedade produtiva via doação de terras aos egressos das senzalas e possibilitava que o trabalhador assalariado livre se transformasse em um pequeno proprietário.

- 3) A Lei Eusébio de Queiroz (1850), que determinava a proibição do tráfico internacional de africanos e estancava a dinâmica demográfica que mantinha a escravidão.
- 4) A Guerra do Paraguai (1865-1870), que contou com um exército formado por um grande número de negros, que lutaram no lugar de seus senhores ou foram vendidos ao governo brasileiro para participarem compulsoriamente da linha de frente, o paradoxo era que tal exército lutava contra um país aonde não existia a escravidão.
- 5) A política imigrantista, que visava resolver o problema da mão-de obra do trabalho livre com a importação de imigrantes conservando os ex-escravos como uma massa marginalizada e tornando-os reserva de segunda categoria no mercado de trabalho industrial.

A abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, não constituiu uma mudança qualitativa na estrutura social do Brasil. Os senhores de escravos foram substituídos pelos fazendeiros de café, que eram seus herdeiros diretos. E apesar da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, o ex-escravizado não teve acesso pleno ao mercado de trabalho.

Em 15 de novembro de 1889 a proclamação da República impulsionava o projeto de nação que foi a base para a formação do Estado Brasileiro. “O projeto de nação elaborado pelas elites brasileiras nas décadas finais do século XIX e início deste [século XX] tinha na exclusão de parcela da população brasileira um dos pontos centrais.” (OLIVEIRA, 2000: p. 7)

Esse projeto de nação foi consolidado ideologicamente pela elite intelectual nas primeiras faculdades brasileiras, quando os filhos dos senhores de escravos se tornaram “doutores”. Os primeiros intelectuais do Brasil idealizavam uma nação mestiça e um país que se embranqueceria através de mecanismos racistas, tais como a mestiçagem e o incentivo à imigração de europeus, para extirpar a população negra, que era considerada um problema nacional para o desenvolvimento do país.

2.3 A MISTIÇAGEM NAS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES INTELECTUAIS BRASILEIRAS

A questão da mestiçagem foi abordada pelos pensadores brasileiros com o referencial teórico dos cientistas ocidentais nas discussões sobre o que MUNANGA (2008) denomina de caráter ambivalente da mestiçagem travada pelos iluministas Buffon e Diderot, para explicar e confirmar a unidade da espécie dos seres humanos, ou então para negá-la como fez Voltaire:

[...] a ideia da mestiçagem tida ora como meio para estragar e degradar a boa raça, ora como meio para reconduzir a espécie a seus traços originais; as ideias sobre a degenerescência da mestiçagem etc., todo o arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação cerebral ocidental repercutiu com todas as suas contradições no pensamento da elite intelectual brasileira. (MUNANGA, 2008: p. 47)

No fim do século XIX e início do século XX, a elite brasileira buscava explicar a situação racial do país e propor caminhos para construir sua nacionalidade que era apresentada como problemática por causa da diversidade racial. Para a elite, a pluralidade racial era uma ameaça na construção de uma nação que se julgava branca.

SCHWARCZ (1993) analisou as primeiras instituições intelectuais brasileiras, tais como: museus etnográficos, institutos históricos e geográficos, faculdades de direito e faculdades de medicina. A grande “utilização de argumentos evolucionistas” permitiu aos museus etnográficos: explicarem as diferenças cientificamente, “classificar as espécies” e “localizar os pontos de atraso”. Em diálogo com o exterior, coletavam preciosos exemplares a fim de demonstrarem as especificidades desse “exótico país”, além de ajudar a “comprovar a origem do problema racial”.

No I Congresso Internacional das Raças, em julho de 1911, João Batista Lacerda – na época Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro – apresentou o ensaio *Sur les métis au Brésil*⁵. O estudo não caracterizava o Brasil apenas como mestiço, mas previa uma operante mudança no país, na qual LACERDA afirmou que: “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”. (LACERDA, 1911 apud SCHWARCZ, 1994, p. 138)

Para a autora, nos institutos históricos, haviam variadas explicações, de um lado uma concepção determinista e evolutiva da nação e de outro uma visão

⁵ LACERDA, João Batista. *Sur le métis au Brésil*. Paris, Imprimerie Devougue, 1911.

otimista, católica e patriótica, e quando justificavam, por meio da raça, hierarquias sociais consolidadas, recorriam a conclusões baseadas no “darwinismo social”⁶. Entre as escolas de medicina e direito foi estabelecida uma espécie de concorrência pelo predomínio científico e hegemonia, era o veneno previsto por uns e o antídoto na mão de outros, de um lado a lei, de outro o remédio.

Assim, desde projetos políticos construídos até as rígidas hierarquias existentes eram justificadas pelo “argumento racial”. Para os museus: “raça” é um dado científico e comparativo, que para os institutos históricos se transforma em fala oficial, para os homens da lei se define como uma particularidade do país e para os médicos é um índice indigno. Ou seja, dependendo do contexto, seu significado é reelaborado dando-lhe um uso original. E é nesse momento que a diferença é qualificada.

2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE MISTIÇAGEM PARA OS INTELECTUAIS BRASILEIROS

Sobre os conceitos de alguns intelectuais da primeira República acerca da diversidade étnica brasileira, apresentaremos um resumo da análise de MUNANGA (2008).

João Batista Lacerda era médico e considerava os mestiços inferiores aos negros como mão-de-obra agrícola, tendo pouca resistência a moléstias, mas os considerava superiores física e intelectualmente. Acreditava no branqueamento e no casamento de mestiços e brancos que na sua terceira geração já teriam todos os caracteres físicos, qualidades morais e intelectuais da “raça branca”. Esperava que em um século os mestiços desaparecessem do Brasil, coincidindo com a extinção paralela da raça negra em nosso meio.

O médico Raimundo Nina Rodrigues não acreditava na civilização a partir da fusão da cultura branca. No livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de 1894, ele considera negros e índios como “espécies incapazes” e que provocariam desequilíbrios e perturbações psíquicas. Defendia a ideia de atavismo e relacionava o enegrecimento ao atraso. Acreditava na imigração europeia, mas

⁶ O darwinismo social compactuava com a ideia de que a teoria da evolução das espécies do cientista Charles Darwin poderia ser aplicada às sociedades humanas para justificar a “superioridade” da população branca ocidental europeia (“raça branca”) sobre as outras populações (“outras raças”).

lamentava que ela fosse desigual nas regiões do Brasil.

Sílvio Romero cursou a Faculdade de Direito do Recife e acreditava no nascimento de um povo tipicamente brasileiro, e que desse processo de mestiçagem entre as três raças resultaria uma dissolução da diversidade racial e a predominância biológica e cultural da homogeneidade brasileira seria branca e desapareceriam os elementos não brancos.

Formado pela Escola Superior de Guerra, Euclides da Cunha era bacharel em Matemática, Ciências físicas e naturais, ele defendia o tipo étnico caracteristicamente brasileiro: “o sertanejo”, como um tipo racial único. Definia o mestiço como um tipo desequilibrado, decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens e sem a intelectualidade dos ancestrais superiores. Acreditava na imigração europeia e no atavismo. Via o negro como componente de “raça inferior”, o índio como intermediário e o português, apesar de já ser mestiço, de “raça superior”, aristocrática.

Francisco José de Oliveira Viana cursou a Faculdade Livre de Direito, ele considerava mamelucos superiores aos mulatos pelo fenótipo. Defendia o atavismo como lei antropológica inevitável sob a qual os mestiços tendem a retomar as características físicas, morais e intelectuais das raças originais. Denominava o processo de clarificação de “arianização” e criticava o índice de “nigrescência” da sociedade brasileira da época. Seu pensamento era dominado pelo “darwinismo social”. Acreditava na “harmonia racial brasileira”, na qual todos têm as mesmas oportunidades e via a mestiçagem como desconstrução da identidade negra.

O médico Roquete Pinto estimava o branqueamento, mas pensava que o problema nacional não era a diversidade racial e sim a educação de todos, claros e escuros. Refutava a teoria da degenerescência dos mestiços e aderiu ao pensamento de Alberto Torres e Manuel Bonfim, que defendiam a tese de que a unidade nacional de um povo era de natureza sociológica, política, ideológica e jamais racial.

MUNANGA (2008) conclui que a produção discursiva da elite intelectual do Brasil, do final do século XIX a metade do século XX, foi desenvolvida num modelo “racista universalista”.

Esse modelo supõe a negação absoluta da diferença, ou seja, uma avaliação negativa de qualquer diferença, e sugere no limite um ideal implícito de homogeneidade que deveria se realizar pela miscigenação e pela assimilação cultural. A mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria,

entre outras consequências, a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio.

Por isso, a mestiçagem como etapa transitória no processo de branqueamento constitui peça central da ideologia racial brasileira, embora reconheçamos que todos os intercursos sexuais entre brancos e negros não foram sugeridos por essa ideologia. (MUNANGA, 2008: p. 103)

Entretanto, alguns intelectuais contestaram os conceitos racistas e apresentaremos suas ideias principais a seguir.

O bacharel em direito Alberto Torres rejeita a doutrina racista e ideias de desigualdade racial e inferioridade étnica do Brasil. Defendia que o problema do Brasil é a exploração dos estrangeiros e o abandono da população, e que a verdadeira raiz do problema nacional está na alienação das elites da realidade nacional, por isso tornaram-se presas fáceis dos racistas europeus.

“Se os indígenas, os africanos e seus descendentes não puderam “progredir e aperfeiçoar-se”, isto não se deve a qualquer capacidade inata, mas ao abandono “em vida selvagem ou miserável, sem progresso possível⁷.” (TORRES, 1982 apud MUNANGA, 2008, p. 58)

Manuel Bonfim era médico e também uma voz discordante das doutrinas racistas. Analisava os problemas herdados da colonização predatória, como a mentalidade de ficar rico depressa e a ausência de tradição científica combinados com uma cultura “hiperlegalista”, conservadorismo político e falta de organização social. Critica a política populacional, bem como o abandono dos escravizados depois da abolição e indicava como saída o aumento do ensino e a diversificação da economia.

Gilberto Freyre desloca o eixo da discussão do conceito de “raça” da perspectiva biológica para a cultura. Oferecia o alívio da “democracia racial” propondo a existência de uma harmonia entre a casa grande e a senzala, idealizando o relacionamento consensual entre o senhor branco e a escrava negra. Defendia as contribuições positivas de negros e índios na cultura brasileira, via a mestiçagem como vantajosa e dizia que a mistura gerou um povo sem preconceito e democrático. Preconizava um universo de ambiguidade pela conceituação de “meia-raça” enquanto defendia a cultura negra como elemento de base para a formação da nação do Brasil.

⁷ TORRES, Alberto . **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. Brasília: Editora Nacional, 1982, 4.^a edição.

Na obra mais conhecida de Freyre: *Casa Grande e Senzala*, um dos argumentos do autor contra as teorias de superioridade dos brancos e inferioridade dos negros, aponta para a pesquisa do alemão Hertz. Nessa investigação, Hertz aponta que Kant, Goethe, Bethoven, Ibsen, Lutero, Schubert, Shumann e Rembrandt não eram “nórdicos puros”.

O autor também exemplifica que, entre as diversas etnias de africanos escravizados, foram trazidos ao Brasil maometanos de “cultura superior” tanto aos indígenas quanto à maioria dos colonos brancos, que não tinham nenhuma instrução:

O Abade Étienne revela-nos sobre o movimento male da Bahia em 1835 aspectos que quase identificam essa suposta revolta de escravos com um desabafo ou erupção de cultura adiantada, oprimida por outra, menos nobre. Não romantizamos. Fosse esse movimento puramente male ou maometano, ou combinação de vários grupos sob líderes muçulmanos, o certo é que se destaca de simples revoltas de escravos dos tempos coloniais. Merece lugar entre as revoluções libertárias, de sentido religioso, social ou cultural. (FREYRE, 2002: p. 313-314)

Analisando as ideias centrais da maioria desses intelectuais podemos compreender melhor muitos dos argumentos utilizados para a naturalização da segregação social entre brancos e negros no Brasil, travestida de uma harmonia ou “democracia racial”. Tais concepções são perpetuadas pelo senso comum da população brasileira como uma natural inferioridade dos negros e superioridade dos brancos.

2.5 AS PESQUISAS SOCIAIS BRASILEIRAS E O PROJETO UNESCO

O sociólogo Oracy Nogueira divide os estudos da “situação racial” brasileira, em três correntes: afro-brasileira, estudos históricos e a corrente sociológica:

1) A corrente afro-brasileira, tem como característica estudar o processo de aculturação e a contribuição das culturas africanas para a formação da cultura brasileira. Foi impulsionada por Arthur Ramos e Nina Rodrigues e prosseguiu, sob uma forma renovada pela influência de Herskovits, com os trabalhos de Roger Bastide, René Ribeiro, entre outros.

2) Tendo Gilberto Freyre como seu principal representante, a corrente dos estudos históricos busca analisar o ingresso do negro na sociedade brasileira, sua receptividade e o destino que tem tido nela.

3) Sem desconhecer a importância dos estudos feitos sob as duas perspectivas já mencionadas, a corrente sociológica procura desvendar o atual estado das relações entre os componentes brancos e de cor da população brasileira, independente do grau de mestiçagem com o índio ou com o negro.

A terceira corrente, apontada por NOGUEIRA (2006) como “perspectiva sociológica”, iniciou-se de maneira sistemática com Donald Pierson em suas pesquisas realizadas na Bahia de 1935 a 1937. Tais pesquisas foram publicadas em 1942 em Chicago com o título de *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia* e a edição brasileira: *Branços e pretos na Bahia: estudo de contacto racial*, foi publicada em São Paulo no ano de 1945.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) patrocinou um programa de estudos, denominado convencionalmente como Projeto Unesco. De acordo com MAIO (1999) o projeto foi uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil nos anos de 1951 e 1952.

Após a trágica experiência do nazismo alemão, o propósito inicial dessa pesquisa no Brasil era a análise de uma experiência no campo das interações raciais, na época julgada como singular e bem-sucedida, tanto no país quanto no exterior. “Note-se que foram as preocupações *humanitárias* da UNESCO que a levaram a favorecer essas pesquisas, pois se havia difundido, também no exterior, que no Brasil reinava a ‘democracia racial’.” (IANNI, 2004: p. 287)

George Andrews aponta que Gilberto Freyre, contrapondo-se à “ideologia do branqueamento”, acreditava na capacidade de liderança do mestiço e utilizou o termo “democracia racial” na obra *Sobrados e Mucambos*, no seguinte trecho: “o Brasil está se tornando mais e mais uma democracia racial, caracterizada por uma combinação quase singular de diversidade e unidade⁸”. (FREYRE, apud ANDREWS, 1997: p. 98)

O projeto Unesco fomentou investigações em pontos diferentes do país e foi realizado por pesquisadores nacionais e estrangeiros, entrosando-se com “estudos de comunidades” ou outras pesquisas sociológicas já em andamento. De acordo com NOGUEIRA (2006), as pesquisas foram realizadas sob diferentes enfoques em algumas regiões brasileiras.

Nas regiões norte e nordeste: Charles Wagley analisou a “situação racial” de

⁸ 14 Gilberto Freyre, **Mansions and shanties**.

uma comunidade rural da Amazônia, seus discípulos: Bem Zimmerman e Harry Hutchinson pesquisaram, respectivamente, as comunidades rurais situadas no sertão da região montanhosa do Brasil central e no Recôncavo baiano. René Ribeiro traçou a “situação racial” do Nordeste e, na cidade do Salvador, Thales de Azevedo estudou a ascensão social dos indivíduos denominados “de cor”.

No Sudeste também foi traçada a “situação racial”, Costa Pinto analisou a cidade do Rio de Janeiro. Roger Bastide, Florestan Fernandes, Virgínia Bicudo e Aníela Ginsberg realizaram pesquisas sobre cidade de São Paulo. E Oracy Nogueira estudou o município de Itapetininga.

Para NOGUEIRA (2006), os estudos realizados apresentaram algumas características em comum: 1) restrição da área de abrangência 2) apresentação explícita dos dados utilizados; 3) comparação da “situação racial” brasileira com a de outros países, em especial, com a dos Estados Unidos; e 4) tiveram como objetivo final o conhecimento da “situação racial” do país, conjuntamente pela comparação e síntese dos estudos de casos em diferentes regiões do território brasileiro.

As pesquisas realizadas no projeto Unesco desmistificaram a democracia racial brasileira e apontaram um novo paradigma para os estudos das relações raciais nas escolas de ciências sociais do Brasil.

2.6 A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E O PRECONCEITO RACIAL NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DE CLASSES

As teorias racistas dos primeiros intelectuais brasileiros, que foram analisadas anteriormente, serviram de base para a fase que IANNI (2004) denominou como “revolução burguesa” brasileira. Segundo ele, após a abolição da escravidão, o Brasil adotou a política de incentivo à imigração europeia introduzindo uma valorização do imigrante e guiando o projeto de europeização, ou seja, do branqueamento da população em detrimento à população nacional.

Além disso, a “revolução burguesa” em marcha era o divórcio radical entre a propriedade da força de trabalho e a propriedade dos meios de produção. Porém, essa revolução não resolveu o problema racial para o índio e negro, que continuam enfrentando as desigualdades sociais e culturais que compreendem-se e mesclam-se com diversidades e classes raciais.

Os resultados do projeto de branqueamento no início da sociedade moderna

brasileira podem ser exemplificados pela análise realizada pelo sociólogo Florestan Fernandes, publicadas no livro: *A integração do negro na sociedade de classes*.

FERNANDES (2008: p. 545-551) apontou funções manifestas do “preconceito de cor” entre os “brancos” e entre os “negros”, que serão apresentadas resumidamente:

A) Entre os “brancos”:

- 1) “Manter o negro em seu lugar”;
- 2) “Manter o negro na linha”;
- 3) Confinar racialmente a área do *nosso grupo*;
- 4) Concentrar a responsabilidade e a autoridade, com seus reflexos na representação da capacidade de organização, de decisão e de mando, nas mãos do “branco”;
- 5) Preparar o “branco”, emocional e logicamente, para o clima de relações humanas resultante da dualidade do código ético, predominante no convívio inter-racial;
- 6) Fomentar critérios divergentes na aplicação das técnicas de avaliação e de controle sociais nas relações dos “brancos” entre eles próprios e com os “negros”;
- 7) Projetar o “preconceito de cor” na área proibida e inconveniente da cultura.

B) Entre os “negros”

- 1) Desenvolver tolerância e passividade diante da desigualdade racial e suas fontes ou consequências sociais;
- 2) Incentivar a identificação do “negro” com a ideologia racial dominante;
- 3) Ajustar o “negro”, psicológica, social e moralmente, às situações de convivência e de interação com o “branco” associadas ao padrão histórico-cultural vigente de desigualdade e de dominação raciais;
- 4) Preservar, difundir e fortalecer formações reativas de natureza desmoralizadora;
- 5) Reprimir a agressividade até um ponto de tensão;
- 6) Provocar consenso e simpatia entre as vítimas do próprio preconceito;
- 7) Canalizar a formação de mecanismos conscientes de reação construtiva a seus efeitos prejudiciais;
- 8) Gerar uma área espúria de barganha entre os agentes do preconceito

e suas vítimas.

As “Funções Latentes” do “preconceito de cor” também foram apresentadas por FERNANDES (2008: p. 552-553), conforme abaixo:

A) Entre os “brancos”:

- 1) Eliminar a insubordinação, a violência e o conflito sistemático, da área de reações toleradas das vítimas do preconceito;
- 2) Inculcar a *cor* da “raça dominante” como símbolo e fonte de posição social, de prestígio e de poder;
- 3) Suscitar e fortalecer atitudes de lealdade do “branco” para com a hegemonia da “raça branca” e os meios pelos quais ela pode ser alçada psicológica, social e culturalmente;
- 4) Quebrar, reduzir ou anular a capacidade de resistência e os anseios virulentos de autonomia moral das “pessoas de cor”, como processo de afirmação niveladora em face do “branco” ou contra ele;
- 5) Manter o contato racial no plano das relações categóricas ou de simpatia regulada, como condição da estabilidade da desigualdade racial e para impedir que a aceitação seletiva solape, de alguma maneira, a dominação da “raça branca”.

B) Entre os “negros”:

- 1) Inculcar a “posição social” como símbolo de autonomia, de prestígio social e de poder;
- 2) Converter a ascensão social num processo de desligamento da condição de “preto” e, em sentido mais amplo de branqueamento social;
- 3) Desenvolver e generalizar formas de autoproteção inócuas para a alteração dos padrões vigentes de relações raciais;
- 4) Restringir o universo reivindicatório do “negro”, concentrando sua atenção, sua insatisfação e sua ambição em torno de aspirações de igualdade social que não põem em choque a concentração “racial” da renda, do prestígio social e do poder;
- 5) Fomentar, em um contexto de consciência crítica e insatisfeita da situação racial, a diferenciação de atitudes, avaliações e comportamentos divergentes que definem os interesses específicos do “negro” como e enquanto categoria “racial”.

O autor observa que essas enumerações nos revelam o quanto é profunda a influência de arcaicos fatores na organização “do horizonte cultural” e das “atividades sociais” de agentes do “preconceito de cor”. E considera prevalecer intencional ou inconscientemente uma orientação inversa à igualdade social, a livre competição e de solidariedade nacional para com o negro. “Tal orientação objetiva garantir a eficácia e continuidade de “um modelo de dominação racial que alicerça a hegemonia da ‘raça branca’ na *incapacidade civil* da ‘raça negra’.” (FERNANDES, 2008: p. 552-553)

Contudo, a segregação socioeconômica sofrida pelos não brancos pode ser analisada pelos mecanismos de racismo institucional e as desigualdades sociais na atualidade.

2.7 O RACISMO INSTITUCIONAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Atualmente a maioria da população brasileira declara-se negra⁹. De acordo com o Censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – a população de pretos e pardos, em 2012, representava a 53,7% do total.

O Censo 2012 também aponta que, na população acima de 10 anos de idade com rendimento de trabalho entre os 10% mais pobres a maioria: 75,6% é de negros. E os brancos são maioria entre os rendimentos de trabalho entre o 1% mais rico, totalizando 81,6%. Esses dados percentuais não tiveram grandes alterações desde 2002, caracterizando um sistema estrutural de manutenção das desigualdades que pode ser favorecido pelo racismo institucional.

O racismo institucional existe, de acordo com SANTOS (2012), quando uma organização, estrutura social, órgão ou entidade cria um fato social de estigma visível e de hierarquia a reservados espaços sociais, porém não reconhece nesse processo as suas implicações raciais. Nos mecanismos de rotina, assegura-se a “dominação e inferiorização dos negros” e o racismo se constitui como propriedade estrutural.

E assim, ao em vez de pessoal, a discriminação pode ser mais sistêmica e

⁹ O termo “negro” é utilizado pelo IBGE (1981) para designar o grupo social de pretos e pardos devido à algumas considerações: a semelhança socioeconômica compartilhada, a utilização do termo “negro” por intelectuais para designar pretos e pardos em suas manifestações sociais e culturais. E a constatação em pesquisas sobre identidade étnica nas quais os negros e suas entidades representativas utilizavam o termo na sua auto identificação.

consequentemente ter maior dificuldade de compreensão quando está internalizada e naturalizada por discursos de que se vive num país miscigenado. O que implica na negação da opressão, por algumas vítimas ou então na aceitação de sua condição, como se esta lhe fosse destinada pela vida. Também pode ocorrer uma reação na qual a vítima oprime àqueles que estiverem “abaixo” das mesmas.

A prática do racismo institucional percorre a transversalidade das instituições, inclusive nas áreas da educação, saúde e justiça.

Para Valter Roberto Silvério (2002), na educação a linguagem, além de ser um instrumento de comunicação, também é um instrumento que configura a “evolução cultural dos povos”. No caso da discriminação, a criança internaliza as representações racistas e aprende o que é veiculado no contexto em que vive. Expondo as crianças a esta aprendizagem, a internalização do racismo tem sido propagada intra e intergerações. Pode-se encontrar no Brasil e no mundo, milhões de crianças negras a desenvolver essa consciência e muitas delas podem se sentir silenciadas e sentir que a escola não ouve e nem valida suas experiências e vozes.

Em relação à saúde, de acordo com FUNASA (2005), novos mecanismos são cotidianamente criados para o não oferecimento de um serviço adequado, equânime e profissional, permitido pelo uso da linguagem como meio de legitimação e manutenção das desigualdades raciais e sociais. E seus usuários criam e recriam mecanismos a fim de não perceberem as atitudes negativas dos profissionais. Enquanto profissionais “simulam um tratamento igualitário”, usuários “fingem não perceber que estão sendo maltratados” e que não têm satisfatoriamente suas necessidades contempladas.

Assim, as pessoas são levadas a organizarem seus referenciais de símbolos e significados sociais de uma outra maneira, devido a “indesejabilidade da discriminação” que tem por base a orientação sexual, cor, classe, etnia, raça, porte de alguma deficiência, denominação religiosa, estilo de vida ou outra situação. Apesar de não ser ética a orientação da ação de maneira discriminatória, os profissionais tendem a não perceberem essa prática ou insistirem na sua inexistência. O que contribui para a inércia do sistema diante da discriminação e consequentemente a mantém.

Santos (2012) ao estudar o racismo institucional, estudou o sistema de justiça e fez uma análise empírica dos processos judiciais nas ações penais de manifestações de discriminação racial e avaliou que os processos de racismo são

convertidos em crimes de injúria.

O racismo institucional brasileiro pode produzir efeito nas desigualdades socioeconômicas verificadas nos levantamentos estatísticos e pesquisas realizadas com recorte racial.

Na Síntese de Indicadores Sociais, publicada pelo IBGE em 2013, a Tabela 3.8 aponta a distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos de idade, segundo a cor ou raça e o nível de ensino frequentado, no ano de 2012:

1) No ensino fundamental encontram-se 2,6% da população branca e 9% da população preta ou parda;

2) No ensino médio temos 23,7% de alunos brancos e 44,2% de alunos pretos e pardos;

3) No ensino superior, incluindo alunos de mestrado e doutorado, temos 66,6% de brancos, 37,4 de pretos e pardos.

Ainda de acordo com o IBGE (2013), a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais é de 11,8% na população negra e de 5,3 na população branca. Entre os brancos, 70% da população de 20 a 24 anos têm 11 anos ou mais de estudos, enquanto o percentual da população e pretos e pardos com as mesmas características é de 50,7%. E a média de anos de estudos das pessoas de 25 anos de idade ou mais é de 6,7 anos para pretos e pardos e de 8,5 anos para brancos.

No mercado de trabalho, o percentual de pessoas de 16 anos ou mais ocupadas no trabalho informal em 2012 é de 49% de negros e 36% de brancos.

O IBGE (2013) analisou a relação de distribuição percentual da população segundo os décimos de rendimento mensal familiar per capita, com todas as faixas de décimos. O desenho desse gráfico se compõe por um X, no qual os percentuais de brancos e negros são alcançados com equidade entre o 5.^o e o 6.^o décimos e depois são invertidos, denunciando a disparidade de rendimentos entre os negros e os brancos. O 1.^o décimo de rendimento per capita é composto por cerca de 2,7 vezes mais negros do que brancos. Enquanto que, no 10.^o décimo, o percentual se inverte com cerca de 3,3 vezes mais brancos do que negros.

O Boletim Especial, *Os negros no trabalho*, publicado pelo Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED¹⁰, em novembro de 2013, analisou a situação dos negros no mercado de trabalho no biênio 2011/2012, nas seguintes

¹⁰ Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisePED/2013/2013pednegrosmetEspecial.pdf>

regiões metropolitanas: Distrito Federal, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. No biênio 2011/2012, na média ocupados 48% era de negros. Porém, a remuneração por hora dos negros foi limitada a 63,9% em média do ganho dos não-negros, ou seja, o rendimento médio dos não negros foi de R\$10,69, enquanto que dos negros foi de R\$6,83.

Outro dado divulgado pela pesquisa aponta que, em 2011-2012, 17,8% dos não negros ocupados tinham o ensino fundamental incompleto e 23,4% concluíram o ensino superior, porém, os percentuais para afro-brasileiros eram de 27,3% e 11,8%, respectivamente. Ou seja, para cada negro ocupado que concluiu o ensino superior, existem cerca de dois não negros, e 6% mais negros ocupados não concluíram o ensino fundamental.

Entretanto, considerando os índices de escolaridade, constatou-se que a desigualdade de rendimento entre brancos e não brancos cresce quando a faixa do nível de escolaridade aumenta, variando de acordo com o setor de trabalho. Na Indústria de Transformação, entre os ocupados com ensino fundamental incompleto, negros ganharam 18,4% a menos do que não negros. Entre os ocupados com nível superior, os não negros ganharam 40,1% a mais que os negros.

O setor de serviços foi o que apresentou menor diferença entre os ocupados com nível superior completo: 21,1% a menos de rendimento dos negros em relação aos não negros, para o nível fundamental incompleto o índice foi de 18,4%. Essa pesquisa também constatou que os negros se concentram nas ocupações de menor prestígio e valorização, e que é rara a presença de trabalhadores negros em postos de direção e planejamento.

Os dados oficiais sobre a violência e a taxa de mortalidade da juventude negra apontados por Waiselfisz (2012) no Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil¹¹ demonstram os efeitos perversos do racismo também na sobrevivência da população negra brasileira. As conclusões do estudo apontam uma tendência crescente de “mortalidade seletiva”:

- Considerando o conjunto da população, entre 2002 e 2010 as taxas de homicídios brancos caíram de 20,6 para 15,5 homicídios – queda de 24,8% – enquanto a de negros cresceu de 34,1 para 36,0 – aumento de 5,6%.
- Com isso a vitimização negra na população total, que em 2002 era 65,4 – morriam assassinados, proporcionalmente, 65,4% mais negros que brancos, no ano de 2010 pulou para 132,3% – proporcionalmente, morrem vítimas de homicídio 132,3% mais negros que brancos.

¹¹ Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf

• As taxas juvenis duplicam, ou mais, às da população total. Assim, em 2010, se a taxa de homicídio da população negra total foi de 36,0 a dos jovens negros foi de 72,0. (WASELFISZ, 2012 p. 38)

Além da desigualdade entre brancos e negros, também podemos verificar maiores diferenças socioeconômicas na população de mulheres negras, que são discriminadas duplamente pela cor e pelo gênero.

Nos índices de escolaridade, de acordo Dossiê Mulheres Negras, publicado pelo IPEA (2013), os dados da taxa de escolarização no ensino superior em 2008 apontam que o percentual de mulheres negras era cerca de metade (menor que 20%) em relação às mulheres brancas (40%). Entre as estudantes cursando o ensino superior em 2009, o percentual de mulheres brancas estava acima de 35%, enquanto o de mulheres negras estava abaixo de 25%.

O Boletim Especial do PED¹² aponta que no biênio 2011/2012, a taxa de desemprego total das mulheres negras, nas áreas investigadas, era de 14,3% e a de homens negros: 9,8 enquanto as taxas para mulheres e homens não negros foram, respectivamente, 10,8% e 7,6%. A maior disparidade se encontra entre mulheres negras e homens brancos, onde as primeiras apresentam o dobro da taxa de desemprego total.

Entre as mulheres no mercado de trabalho, de acordo com IBGE (2012), referente às mulheres de 16 anos ou mais ocupadas no ano de 2011, a proporção de mulheres negras no trabalho formal é inferior à de mulheres brancas: 47,3% e 61,8%, respectivamente. No trabalho informal os índices se invertem e a proporção de mulheres negras é superior: 52,7 e de mulheres brancas: 38,2%¹³.

O IBGE (2010) também aponta que o trabalho doméstico é um nicho ocupacional feminino no qual 93% dos trabalhadores são mulheres¹⁴. No ano de 2009, a proporção de pardas nesse serviço era de 49,6%, com média de 6,1 anos de estudo, dentre as quais 55% estão na faixa de idade entre 25 e 44 anos e 72% trabalharam sem carteira assinada.

Esse é o perfil médio da empregada doméstica no Brasil. Vale lembrar, que mesmo as empregadas domésticas com carteira assinada, não dispunham da

¹² Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisePED/2013/2013pednegrosmetEspecial.pdf>

¹³ Esses índices não foram encontrados na Síntese de Indicadores Sociais de 2013, por isso recorreu-se ao ano anterior.

¹⁴ Esses índices não foram encontrados na Síntese de Indicadores Sociais de 2011 a 2013, por isso recorreu-se ao ano de 2010.

obrigatoriedade dos direitos trabalhistas plenos das demais classes de trabalhadores brasileiros. Essa equiparação de direitos foi promulgada pela Emenda Constitucional número 72 de 2013, cerca de 125 anos após a Abolição da Escravidão no Brasil.

A remuneração da mulher negra também é a menor no recorte por sexo e raça, segundo a pesquisa PED¹⁵, nas Regiões Metropolitanas. Em 2011, o rendimento mensal por hora trabalhada da mulher negra, em comparação ao rendimento do homem não negro correspondeu a no máximo 58,6% em Fortaleza. Os menores índices foram encontrados no Distrito Federal e na Região Metropolitana de São Paulo: 49,5% e 47,8%.

Existe uma diferenciação pela cor ou raça na proporção de mulheres que permanecem sem ter filhos, segundo o IBGE (2013). Entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, 35,5% das pretas ou pardas não tinham filhos, e o percentual para as brancas foi de 41,2%, em 2012.

De acordo com BRASIL (2010), a proporção de nascidos vivos por número de consultas pré-natal em 2009 sem nenhuma consulta de mulheres pretas era 4 vezes maior e de pardas 2,6 vezes maior em relação as mulheres brancas, (3,6%, 2,4% e 0,9%, respectivamente); no índice de 1 a 3 consultas, em relação às mulheres pardas e pretas, a incidência de mulheres brancas foi 2,7 vezes menor (10,8%, 10,4% e 3,9% respectivamente).

A mesma pesquisa aponta que, na faixa em que o índice é de 4 a 6 consultas, os números foram de 21,3% para brancas, 32,9% para pretas e 41,1% para pardas; e no índice de 7 ou mais consultas os números se invertem: 73,9% para brancas, 53% para pretas e 45,6% para pardas.

Em relação à mortalidade infantil, os filhos de mulheres brancas têm maior expectativa de vida ao nascer do que os de mulheres negras. “Mesmo com a diminuição da mortalidade infantil no Brasil, verificada entre os anos de 1977 e 1993, para cada mil nascidos vivos morreram 37 crianças brancas e 62 crianças negras em 1993”. (FUNASA, 2005: p. 23)

Entre 1999 e 2000, a REDE FEMISTA DE SAÚDE (2005) verificou 89 mortes causadas pelo aborto: 43 eram mulheres brancas (48,3% do total); 37 eram negras (41,6% do total). Porém, a Razão da Mortalidade Materna (RMM), em relação aos abortos por raça foi de 5,59/100 mil nascidos vivos para as brancas; 9,98 para as

¹⁵ Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisePED/2012/2012pednegrosmet.pdf>

pardas; e 36,23 para as pretas. Na média entre a população de mulheres negras, a RMM foi de 11,83/100 mil nascidos vivos. Ou seja, a morte por aborto também ocorre em maior número para as mulheres negras, representando uma razão proporcional duas vezes maior em relação às mulheres brancas.

Sobre as desigualdades no acesso e utilização de serviços de saúde, no estado da Bahia, entre mulheres negras e brancas: “as desigualdades ainda persistem nas estruturas sociais, no acesso aos serviços de saúde, gerando reflexo nas condições de vida das mulheres negras, com destaque para o processo, diferenciado, de saúde-doença.” (GOES e NASCIMENTO, 2012: p. 264)

As consequências do racismo institucional no Brasil, enquanto mecanismo de dominação ideológica, política, cultural e social, implicam na segregação socioeconômica da população negra, em altos índices de mortalidade violenta da sua juventude e na super-exploração das mulheres negras, que sofrem duplamente a discriminação de raça e de gênero.

O “contrato racial” que Mills denuncia, atua como uma norma nas relações de poder e subordinação e tem sido eficiente na manutenção da relação de privilégio dos brancos e da exploração dos negros. E pode funcionar como um mecanismo estrutural de “entnocídio” e “genocídio” da população negra desde o início da colonização portuguesa até os dias atuais.

3 MÍDIA

Esse capítulo analisa a mídia, a história do jornalismo, as técnicas de produção de notícias e os aspectos ideológicos sob os quais se perpetuam estigmas e estereótipos na sociedade.

A mídia pode ser identificada como um mecanismo de poder, que mantém as relações sociais de hegemonia e subalternidade. Para o sociólogo John B. Thompson:

No sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar efetivamente os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhe são disponíveis; recursos são os meios que lhe possibilitam alcançar efetivamente seus objetivos e interesses. (THOMPSON, 1998: p. 21)

O autor também identificou quatro formas de poder em relação aos seus recursos e suas instituições paradigmáticas:

- 1- O poder econômico: que detém recursos materiais e financeiros e é composto pelas instituições econômicas, como as empresas comerciais.
- 2- O poder político: com o recurso da autoridade e instituições políticas, assim como os Estados.
- 3- O poder coercitivo (em especial o poder militar): possuindo o recurso da força física e armada, com instituições coercitivas, em especial os militares, mas também instituições carcerárias e a polícia.
- 4- O poder simbólico: que operam os recursos dos meios de informação e comunicação, com instituições culturais, tais como as indústrias da mídia, a igreja, as universidades e escolas.

Antes da imprensa, THOMPSON (1998) afirma que distinguiram-se ao menos quatro tipos de redes de comunicação:

- 1- As redes estabelecidas e controladas pela igreja católica;
- 2- As redes estabelecidas entre autoridades públicas dos estados e principados;
- 3- As redes ligadas à expansão do comércio e das fábricas dentro da comunidade de negócios;
- 4- As informações transmitidas por comerciantes, mascates, contadores de histórias e trovadores aos mercadores e viajantes.

Assim, as redes de comunicação durante os séculos XV, XVI e XVII submeteram-se a dois desenvolvimentos chave. O primeiro foi o estabelecimento dos serviços postais regulares que rapidamente foram difundidos e, a partir do século XIX, reduziram drasticamente sua velocidade.

E o segundo foi o uso da imprensa, que afetou de forma profunda o estabelecimento de redes de comunicações na fase inicial da era moderna. Apesar da origem dos jornais modernos geralmente ser situada nas duas primeiras décadas do século XVII, na segunda metade do século XVI já existiam publicações periódicas de informações e notícias.

3.1 A HISTÓRIA DO JORNALISMO

O quadro histórico sobre jornalismo de MARCONDES FILHO (2000) desenha a história do jornalismo em suas fases distintas, desde a pré-história do jornal, até a sua quarta fase, que dura até os dias atuais.

A pré-história do jornal corresponde ao período de 1631 a 1789, no qual o jornalismo era feito por empreendedores isolados. Seus valores jornalísticos eram espetaculares e de novidades singulares, tais como desastres e mortes, seu formato era semelhante ao livro, com poucas páginas.

Para THOMPSON (1998), a imprensa periódica evoluiu em bases independentes do poder do estado introduzindo no século XVIII uma nova fase na Inglaterra, na qual fornecia informações e comentários críticos sobre questões de interesse geral.

A fase do primeiro jornalismo, durante o período de 1789 a 1830, foi do tipo político literário, cujos valores jornalísticos eram: crítica da política; razão, (verdade, transparência); confiança no progresso e questionamento da autoridade. Entre os aspectos funcionais e tecnológicos deu-se início a profissionalização, a redação; separação do diretor e editor e a autonomia da redação. Seus agentes eram políticos escritores, críticos e cientistas, e sua economia era deficitária.

O segundo jornalismo, de 1830 a 1900, foi tipicamente uma imprensa de massa formada por: jornalistas profissionais, telégrafo, telefone, rotativas e composição mecânica por linotipos. É criada a agência Havas, os títulos passam a ser feitos pelo editor, a publicidade ganha mais peso, perdido pelos editores e redatores. O jornal torna-se uma economia empresarial e tem que dar lucro, o

aumento das tiragens de 35 mil sobe para 200 mil. Busca-se o “furo”, a “atualidade” e a “neutralidade”, cria-se a reportagem, as enquetes, as entrevistas, as manchetes, investe-se nas capas, logo e chamadas de página.

Os anos finais da fase do segundo jornalismo são marcados pela fase de formação de monopólios:

A fase de consolidação da imprensa de negócios como sociedade por ações vem no último quartel do século 19, em que não somente a empresa jornalística se impõe como única forma possível de competir no mercado editorial, como também se forma os grandes conglomerados da indústria da imprensa. Nos Estados Unidos cria-se o conglomerado Hearst; na Inglaterra, o Northclyff e na Alemanha, Ullstein e Mosse. (MARCONDES FILHO, 2000: p. 17)

De 1900 até 1960 foi a fase do terceiro jornalismo, a época de tiragens-monstro, na qual grupos monopolistas dominam a imprensa. Seus valores jornalísticos dominantes são “páginas-magazines”: teatro, esporte, rádio, feminina, cinema, turismo, infantil; com grandes rubricas literárias ou políticas. E são influenciados pelas redações públicas, pela indústria publicitária, e usos da fotografia. A “indústria da consciência” é promovida por seus agentes: relações públicas, jornalistas e publicitários.

E o quarto jornalismo, desde 1970 até o presente, tem como aspectos funcionais e implantações tecnológicas, o barateamento da produção e a alteração das funções do jornalista. Seus valores são os “impactos visuais”, a “velocidade” e a “transparência”. Entra em crise a imprensa escrita, pois os financiamentos migram para a Internet e a TV, e toda a sociedade pode produzir informação, além disso, seus agentes são jornalistas prestadores de serviço, pessoas em interface, redes/sistemas informatizados.

A diária e contínua produção informatizada de um jornal inclina-se a “triturar” os fatos, e análises, transformando-os em um produto que é “insosso”, “inodoro” e “incolor”, apesar da aparência atraente. “O processo digital, de tempo real de comunicações *on line* estabelece novos parâmetros sociais. Tudo muda.” (MARCONDES FILHO, 2000: p. 37)

3.2 AS PARTICULARIDADES DO JORNALISMO

O jornalismo mobiliza vários tipos de discursos, mas se apoia na notícia enquanto moderna centralidade conceitual. Em termos absolutos, a notícia não

pressupõe: “do apelo à carga emocional contida nos estereótipos que derivam das ficcionalização ou dos resíduos míticos”. (SODRÉ, 2009: p. 15-16)

O autor define notícia como: a anglo-saxônica *news of the Day*, se entende como *notícia factual*, a *construção* do acontecimento segundo os parâmetros jornalísticos de tratamento do fato. Prática que comporta apuração de dados e informações, entrevistas, redação e edição de textos.

Essa “construção de acontecimentos” dentro da indústria da informação é realizada de maneira técnica e ideológica, na qual o jornalista pode ser visto como um “operário” na “fabricação de notícias”.

SODRÉ (2009) recorre ao conceito de “semiose”, que de acordo com a definição de Pierce é um modelo genérico de comunicação: seja real ou não, é tudo o que aparece à mente, um “meio de comunicação” ou signo. Apontando esse conceito como modelo genérico do processo de comunicação, suas categorias fenomenológicas são: “primeiridade”, “secundidade” e “terceiridade”.

Na “primeiridade” o *objeto* é o acontecimento que determina o *signo mediador*. Já na “secundidade” o signo mediador é o *representament*: o repórter que determina o *interpretante*. E a “terceiridade” é o novo signo, *interpretante*: a notícia, estratégia ou interpretação em notícia.

O autor define a noticiabilidade de um fato pelos valores notícia (news values): categorias de organização ou controle de fluxos (econômicos, sociais, políticos) atuantes no espaço urbano por meio de representações, normas comportamentos e afetos. Exemplo de termo marcado: *mulher*, que refere-se só a *Homo sapiens fêmea*; exemplo de termo não-marcado: *homem*, que pode significar ou *Homo sapiens* ou *Homo sapiens macho*.

O segundo traço em comum dos acontecimentos – para SODRÉ (2009) – é a *pontuação rítmica* no fluxo temporal dos fatos cotidianos. O “conceito de tempo” aparece quando se começa a pensar na duração como algo independente dos ciclos ou processos envolvidos. O que cada um de nós experimenta existencialmente é uma “presentificação”, que é a repercussão afetiva do passado no “aqui e agora”. Pode-se imaginar que algo aconteça, dentro do tempo, que o tempo *se temporalize*.

Sob a lei estrutural do valor: o *capital*, o tempo é mercadoria valiosa, pode ser vendido e comprado. A associação de tempo e dinheiro é imprescindível na organização capitalista da sociedade. O acontecimento é uma pulsação: ponto rítmico pela marcação do sistema informativo, aspecto temporal do fato social, que

movimenta a vida pública na sociedade. E a pontuação rítmica opera na periodização, geradora de sentido para o fato social.

As imagens dos atentados às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001 nos EUA, inicialmente gravadas por um amador, viriam depois na forma do acontecimento midiático. Para Arquembourg: “O sistemático retorno [das imagens] em anel escande um período de luto coletivo, marcado pela suspensão do tempo. [...] Essa celebração obedece a uma temporalização comum, ritmada por falas e minutos de silêncio”. (ARQUEMBOURG, 2002 apud SODRÉ, 2009, p. 93)¹⁶

Simbolicamente, o ataque ao World Trade Center representou uma grande afronta aos Estados Unidos, que o considerava como coração financeiro do país. Uma das consequências desse ataque foi a caça ao Osama Bin Laden, que se iniciou com a invasão ao Afeganistão e só terminou com a sua execução. A “guerra ao terror”, protagonizada pelos Estados Unidos desde então, também incluiu a invasão ao Iraque, sob o pretexto de que o país estava construindo armas de destruição em massa, fato que foi desmentido recentemente.

O fluxo noticioso, segundo SODRÉ (2009), é uma articulação ideológica técnica e valorativa, capaz de destilar estereótipos sobre o *diverso* ou sobre o que é considerado como o padrão de saúde para a cidadania pela normalização da vida social. Embora a imprensa não tenha uma homogeneidade discursiva, até hoje a corporação jornalística tem sido, na sua predominância social, como uma espécie de intelectual orgânico e coletivo das classes dirigentes.

Assim, a experiência habitual do tempo, da ordem temporal sucessiva, dá lugar à simultaneidade e à hibridização. Interligados, tempo e espaço tornam-se elásticos: aumentada a velocidade, dilata-se o tempo.

Segundo o autor, a produção cultural ou simbólica onde a unidade intelectual informação/cultura na escuta de vozes silenciadas na história e da compreensão do outro tem sido substituída pela produção mercantil, que para existir precisam apenas de: a) espaços onde objetos são submetidos ao domínio das coisas substantivas e b) cronômetros de fluxos uniformes da circulação comercial, necessários ao lucro (*time is money*).

Dessa maneira, a imprensa tem como tarefa, levada a cabo a “mitologia do liberalismo”, encobrir o jogo do poder que preside à constituição do discurso

¹⁶ ARQUEMBOURG, J. Le Mythe de Pandore revisite. In: **Dossiers de l'Audiovisuel**, 104, Jul./Ago. 2002, p. 8.

jornalístico. Inerente ao nascimento da imprensa moderna, o discurso jornalístico é a forma de homogeneizar a edição dos acontecimentos e os discursos sociais a partir de uma mesma cultura: eurocêntrica e colonial.

Ainda segundo o autor, podem variar os pontos de vista ou as perspectivas, mas a “*forma*” a ideologia, no limite – que a imprensa industrial assume – é universalmente burguesa e europeia, tecnicamente aperfeiçoada pelos norte-americanos.

Horkheimer e Adorno afirmam que: “A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação, é o caráter repressivo da sociedade que se auto-aliena.” (ADORNO, 2002: p. 6)

3.3 O CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA E SUA DESTRUIÇÃO

O conceito europeu de esfera pública, para SODRÉ (2009), refere-se espaço no qual a racionalidade burguesa ou a ideologia materializava-se em instituições (tais como jornais, cafés, revistas, clubes) gerando um discurso democrático, político e crítico.

Para MARCONDES FILHO (2000), a esfera pública é a infraestrutura na qual se constituem opiniões políticas, que consolida-se como majoritária em época de plebiscitos ou eleições. E distingue-se de “opinião pública”, cuja origem se dá em debates ocorridos na esfera pública, sintetizando as preferências e posições num determinado momento.

Contudo, no interior da esfera pública o jornalismo é apenas uma de suas atividades e a palavra pública pode levar-nos a enganos de entendimento, pois não se trata de um mero espaço de comunicação, mas de uma dinâmica exterioridade. Ou seja, “um território marcado por linhas de força (nem sempre ‘públicas’ ou visíveis) que descentram as subjetividades sociais, deslocando-as de suas posições fixas, transformando-as por meio da circulação transitiva das ideias.” (SODRÉ, 2009: p. 11)

Segundo THOMPSON, a imprensa periódica tornou-se parte de um mundo de instituições da mídia, cada vez mais organizado por interesses comerciais de longo alcance, e os cafés e salões perderam a sua importância.

A mídia se desenvolveu “como um bem patrimonial”, e assim como em muitos países, os sujeitos econômicos da indústria do imaginário e da informação são

predominantemente famílias. SODRÉ acrescenta sentido à conhecida especulação de Habermas no sentido de uma “refeudalização” da esfera pública contemporânea. Na qual, com o velho espírito patrimonialista, os “feudos” fazem repercutir – desde a república de Getúlio, até hoje – a ideologia e o imaginário das elites internacionais e nacionais, que aumentaram seu poder diretamente na razão da concentração de renda.

E assim, com a destruição da esfera pública e a ampla concentração da mídia, pode-se mudar também o sentido da opinião pública.

Marilena Chauí (2006), analisando o simulacro e poder da mídia, aponta três deslocamentos por que passaram a ideia e a prática da opinião pública. No primeiro, a ideia de expressão em público de gostos, preferências individuais, sentimentos e emoções, substitui a ideia do uso público da razão para representar direitos e interesses de um grupo, uma classe social ou um indivíduo.

No segundo, ocorre a substituição do direito, de todos e de cada um, de opinar em público pelo poder de alguns para exercício desse direito, e assim surge a expressão curiosa: “formador de opinião”, que é empregada aos jornalistas, intelectuais e artistas. O terceiro decorre: da formação de oligopólios midiáticos globalizados; da mudança na relação entre os efeitos das tecnologias digital e eletrônica sobre os vários meios de comunicação; além da maneira que os profissionais dos meios de comunicação ocupam o espaço da opinião pública.

3.4 BIOS VIRTUAL, MEDIATIZAÇÃO E ESTEREÓTIPOS

Muniz Sodré (2006) discorre que emerge hoje como ecossistema tecnológico ou duplo exteriorizado uma forma de virtualização de vida, na “objetualização” do comum, denominada “bios virtual”, na qual a dimensão mediática é a manifestação mais evidente. Retomando:

[...] o conceito aristotélico de *bios* como esfera existencial ou vida ético-social organizada no interior da *polis*, distinta da *zoé*, que é a vida natural. Ao lado dos *bios* [sic] tradicionais, reconhecidos por Aristóteles (o cognitivo, o sociopolítico e o sensível, correspondentes a três modos de conhecimento da realidade, a sabedoria, a *teoria*, a *práxis*, e a *poésis*), emerge um novo, feito de fluxos (letras, sons e imagens) digitalizados e redes artificiais, definido por uma materialidade “leve”, ou mesmo pela imaterialidade, dos circuitos eletrônicos. Ou seja, a partir de uma realidade sistêmica (ponto de partida e, infelizmente, de chegada, das análises de Habermas sobre a administração da cultura), surge uma verdadeira forma de vida – o *bios virtual*, uma espécie de comunidade afetiva de caráter técnico e mercadológico, onde impulsos digitais e imagens se convertem em

prática social. (SODRÉ, 2006: p. 99)

Assim, “bios virtual” pode ser compreendido como um novo espaço de socialização. Atualmente, a rede social Face book é um exemplo de socialização virtual, pois agrega indivíduos e comunidades, gera conflitos e discussões no espaço-tempo da internet.

Para o autor, o relacionamento efetivo entre o indivíduo e o mundo – base de toda comunicação concreta – se dá por meio do espaço e do tempo, que, segundo as variações da cultura e da história, são quadros de percepção mutáveis. E a transformação técnica do espaço-tempo, adequada às novas configurações e estruturas da vida social, é o “bios midiático”.

Entretanto, o “bios virtual” instaura um novo tipo de relacionamento com o real, trata-se de uma nova forma de vida duplicada, englobando o profissional e o seu público. Ao retirar-se o espaço e o tempo daquilo que chamamos de real, teremos o virtual. Essa nova forma de vida demanda uma profunda interferência na dimensão espaço-temporal clássica.

Portanto, não existe um alinhamento neutro do “bios virtual” com os campos sociais. O “bios virtual” afeta de forma ontológica a própria ideia moderna do social e do exercício de poder, uma vez que participa ativamente da luta para controlar as representações do real.

A midiaticização, de acordo com SODRÉ (2006), pode ser compreendida como uma articulação expoente das instituições sociais tradicionais com o conjunto de tecnologias da informação rebocada pelo mercado. Assim, associa-se estreitamente entre o espaço público e as práticas sociais e ativa-se por processos tecnológicos de comunicação, ou seja, trata-se de um novo tipo de operador social, movido a avançada tecnologia, e que é menos espacial e mais temporal.

O autor analisa que o “bios midiático” é uma espécie de “clave virtual” que se aplica na existência real-histórica e na vida cotidiana do indivíduo. É possível entrar e sair dele em termos de puro livre-arbítrio, porém, nas condições civilizatórias vivenciadas (relações sócio-mercado-lógicas, intensiva urbanização e predomínio da troca e do valor capitalista), os indivíduos imergem na virtualidade midiática. Outorgando-se, assim, uma forma de vida vicária, paralela, “alterada” por uma intensificação da tecnologia audiovisual que conjuga-se ao mercado.

Contudo, o “bios midiático” se faz com indistinção entre a realidade tradicional

e a tela, como uma exacerbada inflexão do imaginário, que não discerne o real do irreal. Porém, esse “bios” não é radicalmente definido como um somatório de imagens produzidas tecnicamente, mas como “o poder dos modelos” (arquétipos), que se concretizam ou se atualizam em tipos de imagens determinadas e historicamente sobredeterminadas. E provêm dos hegemônicos modelos do capital e do mercado global, as relações sociais regidas pelas imagens midiáticas.

No livro *Opinião pública*, Walter Lippmann (2008), analisa que: de todas as influências as mais sutis e difundidas, aquelas que criam e mantêm o repertório dos estereótipos, discorrem sobre o mundo antes que ele possa ser visto. A maior parte das coisas é imaginada antes de ser experimentada e essas preconcepções podem governar todo o processo de percepção, exceto se a educação torne nossa consciência mais perspicaz.

Dessa maneira, enfatizando a diferença, os estereótipos marcam determinado objeto como estranho ou familiar, assim: o que de alguma forma for estranho fica marcado como profundamente alienígena e o levemente familiar é marcadamente visto como muito familiar.

O caráter e a credulidade com os quais se utiliza os estereótipos dependem dos padrões inclusivos que se constituem como filosofia de vida. Supondo que, em determinada filosofia, o mundo é codificado de acordo com o código possuído pelas pessoas, que provavelmente farão o relato do que está ocorrendo descrevendo o mundo comandado pelo seu código. Porém:

[...] se nossa filosofia nos diz que cada homem é somente uma pequena parte do mundo, que nossa inteligência captura na melhor das hipóteses somente frases e aspectos numa rudimentar rede de idéias, então, quando utilizamos nossos estereótipos tendemos a saber que são simplesmente estereótipos, considerando-os brandamente, modificando-os alegremente. (LIPPMANN, 2008: p. 91-92)

Contudo, os sistemas de estereótipos – cernes da tradição pessoal – também podem ser uma defesa de posição na sociedade, não é surpreendente que qualquer distúrbio de estereótipos pareça ser um ataque aos fundamentos do universo. Não é fácil admitir uma distinção entre “o nosso universo” e “o universo” quando se arrisca grandes coisas, pois o padrão dos estereótipos está carregado de uma prisão de sentimentos, portanto, não é neutro.

Segundo LIPPMANN (2008), Aristóteles – no quarto de século a.C. – escreveu sua defesa da escravidão diante do ceticismo no qual os escravos

atenienses eram em grande parte indistinguíveis dos cidadãos livres. E assim, Aristóteles entendeu que precisava ensinar aos gregos um jeito de ver seus escravos compatíveis com a continuidade da escravidão para justificá-la dizendo que há indivíduos que são escravos por natureza.

Para o autor, o mundo estereotipado não é necessariamente o mundo que as pessoas gostariam que fosse, mas o mundo que elas esperariam que fosse. Há uma sensação de familiaridade se os eventos se encaixam nele, dessa maneira os indivíduos sentem que com o movimento dos eventos, eles estão se movendo. Para os atenienses que não desejam ter remorsos, seus escravos precisavam ser escravos por natureza. Portanto, a perspectiva, as dimensões da ação e o contexto, estão congelados e cerceados no estereótipo. E espaço real, os números reais, o tempo real, os pesos reais, as conexões reais, estão perdidos.

No capítulo anterior, foram apontadas as funções manifestas e latentes do preconceito racial, analisadas por FERNANDES (2008). Uma dessas funções manifestas entre os brancos é: manter o negro em seu lugar, e outra função manifesta entre os negros é: desenvolver tolerância e passividade diante da desigualdade racial e suas fontes ou consequências sociais.

Dessa maneira, a construção dos estereótipos dos negros na sociedade brasileira pode ser um mecanismo de manutenção social das elites que detêm o monopólio da mídia, mantendo e reproduzindo o racismo na sociedade brasileira.

3.5 AS NOVAS ELITES E O RACISMO MIDIÁTICO

No livro *Claros e escuros*, Muniz Sodré destaca a importância de uma imprensa negra, associando-a com a definição do discurso de van Dijk

[...] o discurso atua nos níveis macros como nos registros da integração e da cognição. A mídia funciona num nível macro como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele. (SODRÉ, 1999: p. 243)

Para o autor, falar de elite é nomear as instituições e os grupos com diferenciado acesso aos mecanismos que geram o poder, tais como força repressiva, emprego, renda, e educação. Tanto nas posições de controle direto da mídia, quanto nas possibilidades de moldar o seu discurso, as elites no Brasil são

especificamente de natureza familiar.

Contudo, neste momento de hegemonia do capital financeiro, são essas elites que abrem mão de políticas soberanas nacionalmente e podem coonestar com a deterioração dos ganhos democráticos do povo brasileiro. A mídia é o intelectual coletivo desse poderio e busca assegurar o velho entendimento de povo como “público”, mas não se compromete com a afirmação da diversidade da população brasileira, nem com causas verdadeiramente públicas.

Assim, o racismo cresce e se modula pela sombra do que SODRÉ afirma ser o “difusionismo culturalista euroamericano”, e das rebarbas do entretenimento que a televisão e outros ramos industriais do espetáculo oferecem às massas. E pequenas elites intelectuais: jornalistas especiais, articulistas, editorialistas, colunistas, editores, criadores publicitários, âncoras de tevê, artistas, se especializam na “neo-retórica” elaborada pelo discurso público.

No sistema midiático – composto por agências de publicidade, jornais, radiodifusão e editoras – as elites “logotécnicas” se constituem e atuam como um filtro, coexistindo num contexto social e sintetizando formas variadas de cognição e ação presentes nas elites culturais, econômicas e políticas. SODRÉ (2009), também destaca que, funcionando como um grupo técnico da imaginação, tais elites são responsáveis pela absorção, reelaboração e retransmissão de um imaginário coletivo, cuja atuação se dá nas representações sociais.

O autor considera também, que o grupo técnico da imaginação pode ser associado ao conceito de “mitos”, de Barthes. Para se entender muitas das representações negativas do cidadão negro, o “imaginário” é categoria importante. Veiculado pelas elites tradicionais, o imaginário racista pode ser reproduzido “logotecnicamente”, de maneira mais sutil e eficaz, sem uma crítica distância do tecido da civilização “tecnoeconômica”, através do discurso mediático-popularesco, onde está incrustada, em todos os seus níveis, a discriminação.

Além disso, o poder das elites “logotécnicas” opera os discursos raciais e não mais a academia, ou seja, o discurso não é mais da autoridade intelectual e sim da celebridade.

No sentido dado por Mauss à palavra “instituição”, como uma maneira de fazer ou de pensar independente do indivíduo, SODRÉ (1999) aponta que o racismo se aloja em novas modalidades institucionais e afirma que dessa maneira o racismo mediático é suscitado pelos seguintes fatores:

- 1) A *negação* da mídia sobre a existência do racismo, exceto quando este for “objeto noticioso”. Geralmente as “elites logotécnicas” consideram anacrônica a questão racial, e contribuem para a reprodução desse fenômeno em bases mais extensas.
- 2) O *recalcamento* de aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra, tanto na indústria cultural, quanto no jornalismo. Com frequência, profissionais da mídia ignoram completamente o que diz respeito à história do negro nas Américas ou no Brasil.
- 3) A *estigmatização*, a partir da distinção que Goffman faz de identidade social virtual, aquela atribuída ao outro e de identidade social real, que se confere por traços efetivamente existentes. O “estigma” ocorre na passagem do “potencial/virtual” ao “real/atual”, e é o ponto de partida para todo tipo de discriminação, consciente ou não, do outro, sua marca da desqualificação da diferença. A pele escura tende a tornar-se um estigma num país de dominação branca.
- 4) A *indiferença profissional*, fruto da organização empresarial da mídia motivadas pelo lucro e poder. A mídia contemporânea se pauta pelo que se dita na publicidade e no comércio, com pouco interesse em questões como a discriminação do negro ou de minorias, assim como seus profissionais que acabam insensíveis a essas questões. Além disso, a presença de negros na mídia brasileira é reduzida, e esses profissionais, longe da visibilidade pública, executam tarefas de bastidores.

Os fatores de racismo mediático, apresentados por SODRÉ: negação, recalcamento, estigmatização e indiferença profissional podem ser analisados empiricamente por meio de pesquisas sobre a produção de notícias.

Em julho de 2009, o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) publicou o relatório denominado *A mídia impressa no Brasil e a agenda da promoção da igualdade racial*. Esse estudo foi realizado pelo Observatório Brasileiro de Mídia em parceria com a CEERT durante os anos de 2001 a 2008.

Trata-se de uma observação sobre como as revistas Veja, Época e Isto É e os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo noticiaram a agenda da promoção da igualdade racial e das políticas de ação afirmativa, além da

observação de matérias que trataram de aspectos ligados a cultura e as religiões de matriz africana.

A pesquisa constatou, entre os jornais analisados, que – na frequência de construções de sentido agrupadas – os dois maiores índices foram: 22,2% *Viés Contrário às ações afirmativas, cotas, Estatuto e demarcação de terras quilombolas*; e 16,6% *Racismo em debate*¹⁷.

Destacam-se, a seguir, os argumentos utilizadas em cada um dos dois maiores índices de frequência das construções de sentido agrupadas.

Dentro da frequência de construção de sentido: *Viés Contrário às ações afirmativas, cotas, Estatuto e demarcação de terras quilombolas*¹⁸ foram apresentados os seguintes argumentos, de acordo com os índices percentuais:

- 30,1% Ações afirmativas/cota geram polêmica ou promovem racismo e segregação.
- 21,4% Critério de autodeclaração é questionável.
- 19,6% Critérios para cotas deveriam ser socioeconômicos e não raciais.
- 6,1% Passado não deve ser revisto de maneira revanchista.
- 5,2% Mais correto é melhorar a educação e não criar cota.
- 3,5% Miscigenação do País dificulta classificação racial.
- 3% Cotas baixarão o nível dos cursos.
- 3% Estatuto induz desagregação social.
- 2,2% Cotas subvertem a meritocracia.
- 5,5% Outros.

Na construção de sentido *Racismo em Debate*¹⁹ foram identificados, de acordo com os índices percentuais, os seguintes argumentos:

- 28,6% Negros são discriminados em vários setores da sociedade, segundo pesquisas e/ou relatos.
- 15,2% Obras do governo/empreendimentos impactam populações quilombolas.
- 12,3% Racismo é tema de discussão.

¹⁷ Os outros índices foram: 15,8% *Ações afirmativas em curso*; 15% *Viés favorável às ações afirmativas, cotas, Estatuto e demarcação de terras quilombolas*; 10,8% *Cultura e religião*; 7,4% *Movimento Negro/Quilombolas reivindicam direitos*; 6,6% *Entraves às ações afirmativas*; 2,6% *SEPPIR em foco*; 1,7% *Ações Afirmativas precisam de mais debate* e 1,2% *Durban*. Dados da tabela *Frequência das Construções de sentido agrupadas* (CEERT, 2009: p. 7).

¹⁸ Dados da tabela 7.1 - *Sentidos com viés contrário às políticas de reparação* (CEERT, 2009: p. 53).

¹⁹ Dados da tabela 7.2 - *Racismo em Debate* (CEERT, 2009: p. 54).

- 7% Brasil é um país racista.
- 4,1% Há avanços no combate ao racismo.
- 4,1% Programas na TV usam personagens negras para apelo popular e aumento da audiência.
- 2,9% Populações afrodescendentes são objeto de estudo/pesquisa.
- 2,3% Impunidade estimula o racismo.
- 2,3% Jogadores, atletas negros/imigrantes são vítimas de intolerância racial.
- 2,3% Mídia trata temas relacionados à negritude sem isenção.
- 2,3% Negros são minoria em cargos de chefia e/ou relevância social
- 10,5% Outros.

O que se pode deduzir com os dados da análise acima é que, embora os jornais observados rejeitem as ações afirmativas que objetivam a superação do racismo e a discriminação dos negros, esses mesmos jornais e revistas denunciam a existência do racismo e da discriminação racial.

Além disso, duas importantes constatações foram feitas pelo CEERT (2009) neste relatório. A primeira é de que as pesquisas noticiadas reforçaram os argumentos de quem defende cotas, o Estatuto e ações afirmativas, porém apenas 5,8% de textos trataram desses dados. A segunda é de que os jornais são insensíveis aos fatos e à aprovação popular das cotas nas universidades.

Esse resultado vem ao encontro com a conclusão de MILLS (1997), segundo a qual, faz toda a diferença do mundo entre dizer que o sistema é basicamente correto, apesar de alguns desvios racistas infelizes e dizer que a política é estruturada racialmente, e que o estado de supremacia branca e as próprias raças em si precisam ser acolhidos pela ontologia política adequada.

A mídia pode ser considerada como uma forma de poder simbólico, e o jornalismo que inicialmente era uma atividade amadora, passou a ser gerenciado tal como uma empresa que visava lucros. Desde o monopólio das empresas de comunicação, as técnicas de produção da notícia remontam o fato tendenciosamente, de acordo com seus interesses, constituindo o “bios virtual”. As elites “logotécnicas” atuais podem reproduzir o racismo nos estereótipos atribuídos aos negros e aos brancos na produção de notícias e assim, naturalizar e perpetuar o racismo e a discriminação racial.

4 O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

Este capítulo analisa a ideologia como um dos aspectos opressores do racismo na sociedade brasileira, a história sobre a luta do movimento negro contra a segregação socioeconômica mantida pelo racismo e as conquistas de políticas públicas para a promoção da igualdade racial no Brasil.

Recapitulando a afirmação de Elisa Larkin Nascimento (1981): o racismo é uma violenta interrupção, distorção e destruição história da sociedade, sua cultura, realizações e aspirações humanas de um povo dominado. Ou seja, a dominação é justificada pela desumanização.

Sobre o escravismo e os afro-brasileiros na formação do Brasil, Darcy Ribeiro afirma que:

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, servir e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os posses e criar aqui a sociedade solidária. (RIBEIRO, 1995: p. 120)

O autor avalia a distância social que separa os ricos dos pobres, além do peso da discriminação de negros e índios, sobretudo aos primeiros. Embora a rebeldia negra seja menor e menos agressiva do que deveria ser, no passado não foi assim. A luta dos negros contra a escravidão e a secular resistência indígena foram os combates mais sangrentos que se travaram no país.

Contudo, após a abolição, o negro só queria a liberdade e o alívio da repressão brutal e das punições preventivas cuja função não era apenas castigar culpas ou preguiça, mas também era de dissuadir o negro da fuga. Os negros abandonaram as fazendas procurando terrenos baldios, pois queriam viver livres tal como nos quilombos, cultivando plantações de mandioca e milho e para se alimentarem. Porém, foram atirados à miséria, e cada vez que acampavam em um terreno vazio os fazendeiros da vizinhança organizavam-se para convocar as forças policiais que os expulsavam, porque toda a terra já era possuída.

Para RIBEIRO (1995), as classes dominantes brasileiras da atualidade, filhos e netos dos antigos senhores de escravos, ainda guardam a mesma atitude vil de desprezo que seus pais tinham diante do negro, que para eles eram tal como um saco de carvão, mera força enérgica, que era substituída quando se desgastava.

Assim, pela ignorância, preguiça e criminalidade inelutáveis e inatas, o mulato, o negro livre e o branco pobre eram o que havia de mais desprezível. E os culpabilizam pelo próprio infortúnio, justificado como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão.

Segundo o autor, os negros e mulatos que alcançam a ascensão social também assimilam essa deformada visão e juntam-se aos brancos para discriminar o “negro-massa”. Dessa maneira, nada foi feito pela massa negra que a construiu a nação brasileira, cujo comando se dá por pessoas dessa mentalidade. Negando aos negros o acesso às escolas em que pudessem educar seus filhos, terras para poderem cultivar e viver ou qualquer outro tipo de assistência, deram-lhes de sobra a repressão e a discriminação.

Essa atitude de desprezo e culpabilidade do negro pode ter um caráter ideológico naturalizado nas relações sociais do Brasil.

CHAUÍ (2013) define ideologia como um conjunto sistemático, lógico e coerente de regras ou normas, de conduta e de representações, valores e ideias. Tais regras e normas prescrevem o que devem pensar e como devem pensar os membros de uma sociedade. Além de receitar o que se deve fazer e como se deve fazer o que se deve sentir e como se deve sentir, o que se deve valorizar e como se deve valorizar.

Assim, a ideologia é um conjunto de representações ou ideias cujo teor é explicativo, ou seja, pretende dizer o que é realidade e possui caráter prescritivo ou prático, regulador e normativo. A função da ideologia é o ocultamento da exploração econômica, da exclusão social, da divisão social das classes e da dominação política, proporcionando o sentimento de uma mesma identidade social, fundada em referenciais unificadores como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação, para os membros da sociedade.

A autora afirma ainda, que o imaginário e a lógica de identificação social são construídos pela ideologia com a função precisa de ignorar a contradição, ocultar a divisão social e encobrir a exclusão e a exploração, dissimulando a dominação e escondendo a presença de partículas, enquanto particular para dar a aparência de universal. Contudo, por meio das ideias, a ideologia é o exercício da dominação social. “Não é um ideário, mas o conjunto de ideias da classe dominante de uma sociedade e que não se apresenta como tal, e sim oculta essa particularidade, apresentando-se como se valesse para todas as classes sociais.” (CHAUÍ 2013: p.

126)

A ideologia pode ter naturalizado a situação socioeconômica do negro na sociedade brasileira desde o período colonial até os dias atuais. Porém, a população negra sempre atuou contra a opressão física e ideológica que sofreu desde quando foi trazida à força pelo tráfico negreiro para tornar-se mão-de-obra escravizada.

4.1 A RESISTÊNCIA NEGRA CONTRA A ESCRAVIDÃO

CUNHA JUNIOR (1992) propôs uma classificação do movimento negro em três fases: os movimentos abolicionistas e de libertação, os movimentos de integração na sociedade de classes e os movimentos de perspectiva socialista.

Os movimentos abolicionistas e de libertação – formado por ex-escravizados que eram fugidos ou libertos – contribuíram para a abolição da escravidão. Depois do fim da Guerra do Paraguai, em 1872, o número de libertos cresce significativamente devido à alforria de todos os negros que lutaram no exército do Brasil, que era formado majoritariamente por escravos.

A grande importância dessa fase, segundo o autor, é que a maioria da população do Brasil nessa época era negra e os quilombos e movimentos urbanos tinham um revolucionário potencial. Porém, com a abolição da escravatura as elites conservadoras antecipam uma revolução social conservadora para evitar que o povo fizesse uma revolução transformadora.

Para MOURA (2014) o escravo fugido foi um elemento de negação da ordem estabelecida, tanto no sentido econômico quanto na sua significação social. O quilombola desempenhou um importante papel para desestabilizar economicamente a cadeia produtiva, e consequentemente, o sistema de controle social constituiu elementos repressores.

Negras e negros, de acordo com CARDOSO (2002), produziram formas variadas de estratégias e lutas coletivas para sua resistência e sobrevivência ao combate da discriminação racial, do preconceito, das desigualdades, do racismo e para enfrentarem cotidianamente a violência simbólica e física contra sua cultura e o seu corpo. O elemento decisivo para a compreensão do diverso e variado conjunto das estratégias de resistência encontradas pelo povo negro para a continuidade de sua sobrevivência foi a repressão.

Contudo, podem-se traduzir entre as formas de repressão aos escravizados:

os castigos cruéis e a tortura; a morte e o esquartejamento das lideranças e participantes de insurreições e revoltas; o estupro de mulheres; a representação do capitão-do-mato, que tinha a tarefa de capturar quem conseguisse fugir; a separação de pais e filhos; e, principalmente, a instituição de verdadeiros “exércitos” que guerreavam contra a associação de quilombolas.

O autor afirma que a coletiva experiência dos quilombos foi – para o movimento negro – uma das mais ricas maneiras de luta e organização pela liberdade do povo negro do Brasil, contra a violência racial da escravização, ocupando terras virgens de difícil acesso baseados na herança cultural africana.

Assim, representando uma reação aos ataques dos colonizadores brancos, os quilombos fizeram várias incursões às fazendas, guerreando com fazendeiros e resgatando homens e mulheres escravizados. E, na medida em que forjavam uma sociedade econômica, política, cultural, guerreira e que se opunham radicalmente à sociedade constituída pelos colonizadores europeus, os quilombos se tornaram uma perigosa alternativa para o sistema da escravidão.

Ainda de acordo com CARDOSO (2002), na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas, o Quilombo dos Palmares construiu um Estado livre que resistiu ao exército da colônia portuguesa durante 100 anos, de 1595 a 1695, seu líder de maior destaque foi Zumbi dos Palmares. Além de Zumbi, a República Negra dos Palmares era constituída de diversos quilombos, chefiados por guerreiras e guerreiros como Dandara, Aqualtune, Dambraganga, Andalaquituche, Ganga Zumba e Acotirene.

Entretanto, o exército colonial comandado pelo bandeirante Domingos Jorge Velho destruiu Palmares e Zumbi foi morto em 1695. Depois, Zumbi foi esquartejado, mutilado e sua cabeça foi exposta no local mais público da cidade do Recife em Pernambuco, para assustar os negros que acreditavam ser Zumbi imortal e satisfazer os “ofendidos”.

Segundo o autor, no Brasil a abolição formal do trabalho escravo, para o movimento negro, resultou muito mais das revoltas, rebeliões e lutas dos negros do que da campanha abolicionista. O destino dos escravos não era a preocupação dos abolicionistas, mas sim o impedimento ao desenvolvimento nacional do Brasil que o regime escravista gerava.

Porém, a abolição da escravidão não foi suficiente para inserir o negro como cidadão pleno no Brasil.

4.2 O MOVIMENTO NEGRO PÓS-ABOLIÇÃO

A segunda fase do movimento negro, para CUNHA JUNIOR (1992), representou um esforço de readaptação da população negra na tentativa de não perder sua condição de trabalhadores para o grande contingente de imigrantes trazidos ao Brasil.

Regina Pahin Pinto (2013) afirma que, no período anterior a Abolição, o negro brasileiro já havia desenvolvido uma vivência associativa, tanto na forma de irmandades, quanto de sociedades ou outros tipos de associação. Por exemplo, na cidade de São Paulo, surgiram várias associações a partir do início do século XX voltadas para as atividades recreativas.

Muitos jornais negros eram dedicados a noticiar o que ocorria nessas sociedades e é possível que a imprensa negra tenha nascido em função dessa vida associativa. Entretanto, muitas dessas associações e jornais constituíram-se num espaço potencial de conscientização do negro para a melhoria da sua situação e protesto contra as injustiças das quais era vítima já nascia com alguns jornais e associações.

De acordo com a pesquisa da autora, os canais de expressão do negro, no período de 1900-1937, são a imprensa negra e as associações. A publicação de jornais foi uma das atividades mais regulares das lideranças negras desse período, muitas tiveram vida efêmera, mas algumas conseguiram uma expressiva regularidade diante das dificuldades que enfrentaram.

Nessa pesquisa foram identificados os seguintes jornais negros publicados na cidade de São Paulo de 1900-1937: O Propugnador, A Pérola, O Patrocínio, O Menelick, Binóculo, A Rua, A Princesa do Oeste, O Xauter, O Alfinete, O Bandeirante, A Liberdade, A Protetora, A Sentinela, O Kosmos, Elite, Nosso Jornal, O Tamoio, A Princesa do Norte, O Clarim d'Alvorada, O Quilombo, Auriverde, Progresso, Chibata, A Promissão, O Azulão, Evolução, A Voz da Raça, Cultura, O Clarim e Tribuna Negra.

Contudo, o fato de colocarem em evidência e discutirem questões sobre o negro, proporcionando-lhe um espaço que, por certo, ele não teria em outros órgãos de imprensa, era o denominador comum que unia esses jornais. Além disso, era estabelecido entre a população negra e suas associações uma via de comunicação, o que fez dos jornais negros um veículo importante no qual as lideranças

trabalhavam conscientização do negro, valorizando sua identidade e a mobilização na luta para sua inserção plena na sociedade.

Entretanto, as atividades desenvolvidas eram as mais variadas possíveis e o que mais impressiona era a atividade social intensa que ultrapassava, inclusive, os limites do município paulistano para as cidades vizinhas. Quermesses, bailes, concursos diversos, homenagem a outras associações ou personalidades, convescotes, competições esportivas, excursões. Ademais, uma série de datas cívicas eram lembradas e comemoradas, principalmente, as datas que diziam respeito ao negro, tais como 13 de maio e 28 de setembro.

Segundo a autora, a atividade social mais divulgada no meio negro era o baile, mas, muitos líderes negros lutavam constantemente para que a vida associativa não fosse reduzida apenas às necessidades de lazer e fossem direcionadas instrumentalmente para melhorar a condição da população negra, tanto do ponto de vista beneficente quanto cultural, intelectual e moral. Tais questões foram discutidas nos editoriais desses jornais.

Entre as entidades que exerciam atividades para além do lazer destaca-se a Frente Negra Brasileira – União Político-Social da Raça – que foi fundada em 16 de setembro de 1931 por Francisco Costa Santos. Seu destaque e prestígio se deram por ter sido referência entre os negros na busca de soluções aos problemas de emprego e moradia. A Frente Negra teve durante sua existência dois presidentes: Arlindo Veiga dos Santos e Justiniano Costa.

PINTO (2013) verificou que os serviços oferecidos pela Frente Negra Brasileira ao longo de sua existência foram: Salão de barbeiro e cabeleireiro, Bar, Local para jogos e divertimentos, Oficina de costuras, Posto de alistamento eleitoral, Gabinete dentário, Caixa beneficente da Frente Negra e Cruzada feminina. Mesmo com erros de direcionamento, como o vínculo às tendências políticas que não representavam as bases, além do anseio de cobrir muitas opções e frentes de trabalho sob o mesmo teto, a Frente Negra tentou se transformar em um partido político negro, mas foi impedida pela ditadura Getulista de 1937.

Apesar da imposição de restrições à imprensa, às atividades associativas e políticas, com a instauração do Estado Novo em 1937, a autora destaca que o movimento negro não ficou totalmente inativo. Foram fundadas várias entidades, tais como a União Nacional dos Homens de Cor, de nível nacional e a Associação dos Brasileiros de Cor, em Santos no ano de 1938; e no Rio de Janeiro: a Associação

José do Patrocínio, em 1941 e o Teatro Experimental do Negro – TEN em 1944. Com o término do estado de exceção, por volta de 1945, novamente se abrem perspectivas à causa negra, e a reativação do movimento não foi abrupta.

E, no momento de abertura política, na cidade de São Paulo, foram criados o Centro de Cultura Luiz Gama, a Frente Negra Trabalhista, a Cruzada Social e Cultural do Preto Brasileiro e a Associação do Negro Brasileiro (ANB). Além de vários jornais, e clubes sociais pelo interior do estado se fortaleceram a partir daí.

Uma das organizações de destaque nesse período foi o Teatro Experimental do Negro, que, de acordo com seu fundador Abdias Nascimento:

[...] se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana européia, imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte.

Pela resposta da imprensa e de outros setores da sociedade, constatei, aos primeiros anúncios da criação deste movimento, que sua própria denominação surgia em nosso meio como um fermento revolucionário. A menção pública do vocábulo “negro” provocava sussurros de indignação. Era previsível, aliás, esse destino polêmico do TEN, numa sociedade que há séculos tentava esconder o sol da verdadeira prática do racismo e da discriminação racial com a peneira furada do mito da “democracia racial”. Mesmo os movimentos culturais aparentemente mais abertos e progressistas, como a Semana de Arte Moderna, de São Paulo, em 1922, sempre evitaram até mesmo mencionar o tabu das nossas relações raciais entre negros e brancos, e o fenômeno de uma cultura afro-brasileira à margem da cultura convencional do país.

Polidamente rechaçada pelo então festejado intelectual mulato Mário de Andrade, de São Paulo, minha idéia de um Teatro Experimental do Negro recebeu as primeiras adesões [...] (NASCIMENTO, 2003: p. 210-211)

O objetivo do TEN, de acordo com o autor, era de um teatro que auxiliasse a construção de um país melhor, com efetiva justiça, democracia e respeito à diferença de todas as culturas e raças com igualdade de direitos e oportunidades. Para tanto, era necessário articular ações favoráveis à coletividade afro-brasileira, que sofria discriminação em todos os aspectos sociais. O TEN organizou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, cujo imediato objetivo era a inserção das específicas aspirações coletivas dos afro-brasileiros na articulação do processo construtivo da nova democracia após a queda do Estado Novo.

Assim, o Comitê Democrático Afro-Brasileiro tinha em seu núcleo: ativistas negros e líderes estudantis agregados, a sede da UNE era o local de suas reuniões. No início o comitê lutou pela anistia aos presos políticos, brancos em sua maioria.

Porém, quando avançou para a luta específica da comunidade negra, o projeto foi desarticulado pela patrulha ideológica de supostos aliados, que invocaram o velho chavão de que a luta contra o racismo divide a classe operária.

PINTO (2013) avalia que o Comitê Democrático Afro-Brasileiro firmou sua Declaração de Princípios, com questões que dizem respeito à política interna e externa do país, à educação e aos direitos do trabalhador, aos temas de interesse do negro enquanto cidadão e aos outros temas que o atingem especificamente, tais como: as organizações populares, como as escolas de samba e a valorização das religiões afro-brasileiras.

NASCIMENTO (2003), afirma que a Convenção Nacional do Negro Brasileiro organizada pelo TEN, (reunida em São Paulo: 1945, e no Rio de Janeiro: 1946) teve a finalidade de participar do processo da nova constituição brasileira. Através do Senador Hamilton Nogueira, a convenção encaminhou sua proposta de incluir a discriminação racial como crime de lesa-pátria, além de uma série de medidas práticas para sua eliminação. Essa proposta ficou conhecida posteriormente como a Lei Afonso Arinos, porém seus termos ficaram muito aquém do previsto pela convenção.

Outras realizações do TEN, segundo o autor, foram: o *I Congresso do Negro Brasileiro*, no Rio de Janeiro, em 1950, o *Concurso do Cristo Negro*, os concursos de beleza *Rainha das mulatas* e *Boneca de pixe*, o *Instituto Nacional do Negro* e o jornal *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* que, entre 1948 e 1951, divulgava os trabalhos do TEN em suas áreas de atuação. O TEN lançou, em 1968, a primeira coleção de seu Museu de Arte Negra, em exposição no Museu da Imagem e do Som, porém, o projeto foi interrompido devido à perseguição política pelo regime militar.

SILVA (2003) analisa que, além do TEN, o Rio de Janeiro teve importantes organizações, entre elas, o Teatro Popular Brasileiro (TPB), União dos Homens de Cor (UHC), a Orquestra Afro-Brasileira, o Grupo de Afoxé Associação Recreativa Filhos de Gandhi, a União Cultural do Homens de Cor, e o Renascença Clube. Além da União Cultural Brasileira dos Homens de Cor (UCBHC), fundada em 1959 na Cidade de Duque de Caxias por alguns artistas, médicos e advogados. O Grêmio Literário Cruz e Souza, a Associação José do Patrocínio e a Turma Auri-Verde, entre outros, atuaram em Belo Horizonte.

Para a autora, merece destaque a criação, em janeiro de 1943 na cidade de

Porto Alegre, a rede União dos Homens de Cor, fundada por João Cabral Alves e mais seis pessoas, uma mulher e cinco homens, cujas profissões variavam entre uma doméstica, advogados, médicos e funcionários públicos. E, cinco anos mais tarde, a UHC era representada em cerca de onze estados do país.

A UHC realizava ações no campo da saúde, educação, e na política institucionalizada, como a campanha de inclusão de negros nas propagandas oficiais. Sua participação no Conselho das Organizações não Governamentais da UNESCO gerou uma visibilidade internacional ao racismo brasileiro. E a Declaração Universal dos Direitos Humanos, recém-elaborada pela ONU, dialogava diretamente com as reivindicações da UHC pela defesa de direitos civis.

De acordo com CUNHA JUNIOR (1992), a grande voz da “consciência negra”, nos anos que seguem 1965, vem dos Estados Unidos, cuja revolução do pensamento influenciava os negros do mundo todo. No Brasil, os slogans dos movimentos muçulmanos, dos panteras e do Poder Negro chegavam desfigurados, mas assumiam uma postura de personalidade negra. E os militantes brasileiros se interessam pelos acontecimentos dos Estados Unidos e passam a estudar a produção do material político que os irmãos do norte produzem.

O autor afirma que, embora não tenha sido bem definido, a tendência Pantera Negra é a que parece ganhar força no Brasil. E que o posicionamento contra a constituição e o desenvolvimento da sociedade, é a luta de todos os povos oprimidos e a luta negra.

4.3 DA REABERTURA POLÍTICA À ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1988

A terceira fase do movimento negro, denominada por CUNHA JUNIOR (1972) como movimentos negros da década de 1970, foi marcada por uma revisão ampla da crítica e da percepção à sociedade brasileira pelos movimentos passados. É necessário mudar as relações de trabalho, pois, fazer parte do mercado de trabalho não é mais suficiente. Através da perspectiva histórica do Brasil, existe uma preocupação na qual a relação entre raça e classe passa a ser vista, no processo de dominação, como ponto fundamental.

Para PINTO (2013), o movimento negro brasileiro na década de 70 foi impulsionado pelos movimentos de libertação africana, pela radicalização do movimento negro norte-americano e pelo ressurgimento dos movimentos sociais no

Brasil, por causa da abertura política.

Nos anos consecutivos a 1970, segundo CUNHA JUNIOR (1992), nos movimentos de Moçambique, Guiné, Zimbábue, Angola e África do Sul alguns líderes africanos saíram de cima do muro e puseram em prática políticas progressistas, definindo o sentido da revolução africana. Os grupos no Brasil acompanham esta fase com muito interesse e os jornais da comunidade se esforçam para transmitir os acontecimentos desses países. Vem via África a apresentação do socialismo, que influencia esse período marcado pela definição dos rumos que os movimentos no Brasil deverão tomar.

Apesar da influência africana, o autor afirma que, o longo processo que se iniciou na campanha abolicionista por tendências quilombistas, com importantes posicionamentos de Luiz Gama e Quintino de Lacerda, resultou na cristalização da linha de pensamento socialista. A continuação desses encaminhamentos pode ser parcialmente atribuída ao pensamento de Correia Leite e Vicente Ferreira, no período de 1920 a 1940; Eduardo de Oliveira e Odacir de Mattos, nos anos de 1960 a 1980.

Dessa maneira, a afirmação e reconhecimento no espectro da luta de classes pelo movimento negro deram vida nova ao próprio movimento na discussão sobre o racismo, e também para a questão dos direitos dos cidadãos à democracia e à cidadania. Mas, esse posicionamento encontra oposição da direita e da esquerda. A esquerda, devido à tradição marxista, considerou a existência do movimento negro como desmobilizadora e inoportuna, devido a sua fundamentação no rígido modelo de duas classes sem o aprofundamento da discussão de aspectos regionais, locais, e principalmente históricos da formação da classe trabalhadora do Brasil.

Segundo o autor, um dos possíveis caminhos para os trabalhadores entenderem a questão do racismo parece ser o de vê-lo como forma de alienação e dominação, tratando-o como um elemento da superestrutura organizativa do sistema, como produto da ideologia. A massa trabalhadora escrava povoou e construiu esse país, por isso grande parte da história do Brasil tornou o negro sinônimo de trabalhador, criando uma nítida confusão entre trabalho e raça. Assim, é necessário combater o racismo para um processo de entendimento das relações de trabalho no Brasil.

Para CARDOSO (2002), a conjuntura política dos anos 1970 foi caracterizada pela quase absoluta ausência do exercício pleno da cidadania e eficazes canais de

reivindicação. O país vivia nesse momento uma forte repressão e na emergência das lutas do movimento negro atual reaparece a histórica experiência dos quilombos

No Colóquio de Dakar, que ocorreu de 7 a 14 de janeiro de 1974, PINTO (2013), discorre que foi discutido o conceito de negritude relacionando-o com a América Latina, em função das contradições sociais de grande parte da sua população, sua função era buscar a compreensão dos mecanismos de opressão da sociedade.

CUNHA JUNIOR (1992) faz uma relação provisória de 20 grupos teatrais que fizeram parte dos movimentos negros paulistanos de 1970-1980. Nesse período os textos de teatro enfatizam: o tema da revisão histórica, no qual Palmares, Zumbi e Quilombos são os mais abordados; além da denúncia das manifestações do racismo brasileiro.

Para CARDOSO (1992), mesmo submetidos ao clima de opressão, os primeiros grupos que retomam o processo de luta se baseiam numa prática e num discurso que tem em vista a recuperação da identidade cultural e étnica e a autoafirmação. Nessa direção, o Centro de Cultura e Arte Negra – CECAN, em São Paulo retoma o teatro negro e o Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, alerta para o deslocamento das comemorações do 13 de maio para o dia 20 de novembro. Em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro o movimento Soul, depois batizados de Black Belô e Black Rio eram uma resposta da juventude negra à exclusão social.

Segundo a autora, em 1975 a primeira Semana de Estudo sobre o negro na Formação Social Brasileira inaugura a discussão formal da questão racial na universidade. No dia 8 de dezembro do mesmo ano o Grêmio Arte Negra e Escola de Samba Quilombo foi criado por sambistas sob a liderança de Antônio Candeia Filho.

A Sociedade de Intercâmbio Brasil-África – SINBA – foi formada no Rio de Janeiro para aprofundamento das discussões políticas decorrentes das semanas afro-brasileiras. De acordo com CARDOSO (2002), devido a divergências metodológicas de trabalho, os dissidentes do SINBA fundam o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras – IPCN, que resultou na criação do Centro de Estudos Brasil-África, em 1976.

No mesmo ano Lélia Gonzalez iniciava na escola de Artes Visuais o primeiro curso de Cultura Negra no Brasil. Os contatos entre São Paulo e o Rio de Janeiro foram iniciados nesse período, assim como as primeiras discussões sobre uma

questão fundamental, que era criar um movimento negro com caráter nacional, que viria a ser mais tarde o Movimento Negro Unificado. Era necessária a mobilização da comunidade negra para a sensibilização de estudiosos, pesquisadores, intelectuais e aliados negros ou brancos para a denúncia do racismo e para uma ação crítica contra as desigualdades sócio-raciais existentes no Brasil.

Em 1977, de acordo com PINTO (2013), foi realizada a Quinzena do Negro, onde foram debatidas questões relativas à situação do negro, etnia e folclore. O Congresso da Cultura Negra das Américas realizado em Cali, Colômbia – nesse mesmo ano – teve a representação do Brasil para discutir o problema do negro em nível continental. Clóvis Moura foi o coordenador da delegação e o grupo Evolução preparou uma tese sobre a alienação e marginalização do negro.

Segundo CARDOSO (2002), representantes do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), Grupo Afro-latino América, da Associação Cultural Brasil Jovem, grupos blacks, equipes de baile soul, os jornais Abertura e Capoeira, Câmara de Comércio Afro-Brasileiro, atletas, estudantes, esportistas e artistas negros, criaram o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), cujo projeto era organizar e mobilizar a população negra na luta contra o racismo.

Para Petrônio Domingues, o embrião do MNUCDR foi a organização marxista de orientação trotskista, a Convergência Socialista, escola de formação ideológica, política e de vários líderes dessa fase nova do movimento negro:

Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a conseqüente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo. A política que conjugava raça e classe atraiu aqueles ativistas que cumpriram um papel decisivo na fundação do Movimento Negro Unificado: Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira. Entre 1977 e 1979, a Convergência Socialista publicou um jornal chamado *Versus*, que destinava uma coluna, a “Afro-Latino América”, para o núcleo socialista negro escrever seus artigos conclamando à “guerra” revolucionária de combate ao racismo e ao capitalismo. (DOMINGUES, 2007: p. 112-113)

A primeira atividade do MUCDR realizou-se no dia 7 de julho de 1978 em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, num ato público contra o racismo, “rompendo assim com o silenciamento político imposto pelo poder militar”. (CARDOSO, 2002: p. 40)

Para o autor, a luta contra o racismo era considerada uma questão de

segurança nacional pelos militares. A manifestação que cria o MUCDR foi um protesto contra os atos de violência e discriminação racial que fizeram três vítimas naquele ano: Robson Silveira da Luz, pai de família e trabalhador, preso sob suspeita da polícia pelo simples fato de ser negro, foi torturado até a morte no 44^o Distrito Policial de Guaianazes/SP; quatro jogadores negros do time juvenil de voleibol do Clube de Regatas Tietê que foram proibidos de participar do Clube e o assassinato do operário negro Newton Lourenço, no Bairro da Lapa, também efetuado pela polícia de São Paulo.

Assim, o MUCDR desenvolveu um trabalho intenso de organização em vários estados brasileiros, realizando no dia 23 de julho a primeira Assembleia de Organização e Estruturação Mínima para o movimento. Com participantes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, uma das propostas aprovadas foi a inclusão da palavra Negro ao nome do movimento, que passou a ser chamado de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial: MNUCDR²⁰. E publicou no dia 20 de novembro de 1978 o Manifesto do Dia Internacional da Consciência Negra.

No III Congresso Nacional, ainda segundo CARDOSO (2002), realizado em Belo Horizonte em 1982, foi discutido e aprovado o Programa de Ação do MNUCDR, que se tornou uma referência para grupos e organizações do movimento negro, estudiosos, intelectuais e interessados em debater o problema racial brasileiro.

DOMINGUES (2007), afirma que as reivindicações mínimas do Programa de Ação do MNUCDR foram: organização política da população negra; desmistificação da democracia racial brasileira; organização para enfrentar a violência policial; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; transformação do movimento negro em movimento de massas; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país e a organização nos sindicatos e partidos políticos.

O autor verificou que a imprensa negra desse período teve entre seus principais jornais: *Tição* (1977), no Rio Grande do Sul, *Pixaim* (1979), em São José dos Campos/SP; *SINBA* (1977), *Africus* (1982), *Nizinga* (1984), no Rio de Janeiro; *Quilombo* (1980), em Piracicaba/SP; *Jornegro* (1978), *O Saci* (1978), *Abertura*

²⁰ Como a luta prioritária do movimento era contra a discriminação o MNUCDR: Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial simplificou seu nome para MNU: Movimento Negro Unificado por isso ele poderá ser nomeado das duas maneiras pelos autores referenciais ao longo do texto.

(1978), Vissungo (1979), e a revista *Ébano* (1980), em São Paulo; *Nêgo* (1981), em Salvador/BA.

Para o movimento negro, de acordo com CARDOSO (2002), a política econômica, cultural e social de natureza capitalista, implementada pelo Estado e por uma classe dominante predominantemente minoritária e branca, promovem a exclusão social e a opressão. A população negra, que constitui uma maioria silenciada e oprimida, sofre os efeitos da divisão racial e social.

Ao priorizar a luta contra o racismo, o autor avalia que o movimento negro o compreende como uma questão estrutural da sociedade brasileira e como um discurso do poder hegemônico, que opera como instrumento de manutenção e dominação dos privilégios sociais e raciais, internalizado nas mentes e corações dos brasileiros.

Adotando oficialmente o termo “negro” para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país, o MNU o despojou de sua conotação pejorativa incentivando o negro a assumir sua condição racial. “Assim, ele deixou de ser considerado ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás. O termo “homem de cor”, por sua vez, foi praticamente proscrito.” (DOMINGUES, 2007: p. 115)

Segundo CARDOSO (2002), a África é constantemente lembrada nos jornais, na área da política ou da cultura, na divulgação de escritores africanos, ou na evocação de personalidades africanas. Essa identificação é expressa na proposta da criação de uma ciência política do negro brasileiro, por Abdias Nascimento, que a denominou de quilombismo. Seu objetivo era a implantação de um estado quilombola, cuja inspiração era a República dos Palmares, com uma sociedade soberana, justa, livre e igualitária.

Dessa maneira, o movimento negro, naquele momento de ebulição política, não encaminhou a proposta – a “utopia” da implantação do Estado Nacional Quilombista no Brasil – para a militância, uma das razões pode ter sido considerar que os fundamentos históricos e conteúdo político do projeto propunham romper radicalmente com as estruturas em vigor no país, baseado na experiência do passado.

Ainda segundo o autor, o debate: *O Negro no Cinema Brasileiro*, realizado em 1983, no seminário do Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Com a participação do cineasta Cacá Diegues diretor do filme

Quilombo e Lélia Gonzalez, dirigente do MNU, que destacou o papel de Dandara no filme, resgatando a participação da mulher negra na história das lutas como um referencial positivo para mulheres e homens negros.

Em 1985, segundo JACOUD (2009), o presidente do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo, Hélio Santos, foi nomeado como representante da população negra na Comissão de Estudos Constitucionais. Essa comissão, estabelecida pelo presidente José Sarney, tinha como objetivo a formulação, no prazo de dez meses, do anteprojeto da Constituição e foi conhecida popularmente como Comissão de Notáveis.

Ainda de acordo com a autora, o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, em 1986, teve como tema o “O negro e a Constituição”, que foi seguido por outros eventos similares. No mesmo ano, a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte foi realizada em Brasília com um total de 185 inscritos, representantes de 16 estados brasileiros e 63 entidades dos movimentos negros. Foi aprovado um documento entregue aos constituintes, que reivindicava o direito à posse de suas terras pelas comunidades quilombolas e a criminalização do racismo, temas que seriam inseridos na Constituição de 1988.

CARDOSO (2002) afirma que a “Comissão do Centenário” foi instalada em 1987 pelo Governo Sarney. Entre os dias 27 e 30 de novembro daquele ano realizou-se em Salvador o 1º Encontro Nacional do Centenário da Abolição no Brasil e o documento “Carta de Salvador”, que reivindicou para a população negra espaço na vida socioeconômica do país. Assim surgia o embrião da Fundação Cultural Palmares que foi o Programa Nacional do Centenário da Abolição – PROCEN, mas, na contramão das comemorações oficiais, o movimento negro foi protestar nas ruas mobilizando a sociedade.

Em 1988, a Abolição foi o tema de discussão da conjuntura nacional e foi criada a Fundação Cultural Palmares – órgão vinculado ao ministério da cultura – do Governo Sarney, cujo projeto de lei teve como relatora a Deputada Federal Benedita da Silva, primeira mulher negra eleita no Congresso Nacional.

Para o autor, ainda que pautando os meios de comunicação, o movimento negro brasileiro discursava em oposição política ao Governo e às oficiais comemorações ao Centenário da Abolição. Naquele período, para o movimento negro a criação da Fundação Palmares objetivava manipular e dividir a opinião pública, cooptando seus militantes com recursos e verbas e esvaziando assim o

conteúdo de protesto político que se pretendia fixar ao “Centenário da Abolição”. Por esse motivo, o movimento negro tentou obstruir o projeto mobilizando parlamentares negros e não negros.

O Movimento Negro Unificado denunciou o “Centenário da Abolição” no seu jornal, chamado Nego.

O “centenário da abolição” é importante para as classes dominantes pois foi a partir de 1888 que o sistema capitalista se afirmou como predominante na economia do país. Para o negro a situação pouco difere daquela de 100 anos atrás. Ainda somos o sustentáculo do sistema: fornecemos mão de obra barata, fazemos os trabalhos considerados como os mais “sujos”, temos os menores salários, moramos nas periferias das cidades, nossos filhos quase não têm a oportunidade de frequentar escolas e perambulam pelas ruas com a denominação de “menores abandonados”, constituímos um dos segmentos de menor representação política. Em resumo, continuamos construindo uma sociedade, a cujos benefícios não temos direito.

Portanto não temos motivos para comemorar o que consideramos como o centenário da exploração capitalista. As celebrações em voga mascaram a realidade, com manifestações de solidariedade que não aliviam o sofrimento secular do nosso povo; transformam o que poderia ser uma legítima e necessária onda de protesto e revolta, numa hipócrita e fugaz celebração elitizada. (JORNAL NÊGO, 1988: p. 11)

JACOUD (2009) afirma que a *Marcha contra a farsa da abolição: nada mudou, vamos mudar*, realizada na cidade do Rio de Janeiro, foi proibida pelo Exército brasileiro, mesmo tendo sido autorizada pelo governo local.

CARDOSO (2002) discorre que, no ano de 1988, o samba-enredo *Valeu Zumbi*, da escola de samba Unidos de Vila Isabel, ganhou o carnaval. O conteúdo histórico e político desse samba-enredo é um importante resgate da memória de Zumbi e do Quilombo de Palmares. A letra do samba-enredo é solidária pela luta contra o Apartheid na África do Sul, afirmando a importância da cultura negra, além de ser uma crítica humorada ao processo da Constituinte e aos partidos políticos. E levou para o seio da população o discurso do movimento negro brasileiro.

4.4 AS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO A PARTIR DE 1988

Para Matilde Ribeiro (2008), a participação política da população negra, especialmente das mulheres negras, no ano de 1988, quando foi realizado, no Brasil, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras – I ENMN – demonstra um grande impulso de organização. E um novo ritmo foi demarcado nas formulações políticas e na inserção na agenda política e social dos setores discriminados, no campo

nacional e internacional.

As mulheres negras, segundo Elza da Silva Carlos (2009), ocuparam papéis de destaque na luta antirracista desde a colonização, como Domingas Maria do Nascimento e Ana Romana na Confederação Baiana em 1879, Luiza Mahin em 1835 na Revolta dos Malês. Além das desconhecidas negras da Barroquinha em Salvador, que organizaram um movimento que exigiu um cemitério para enterrar os negros em 1820, já que os cemitérios dos brancos não os aceitavam.

De acordo com a autora, no enfrentamento à perseguição e o controle da polícia e de órgãos do governo, as mulheres negras lalorixas e seus terreiros de Candomblé também resistiram. No Rio de Janeiro, uma das maiores incentivadoras do samba – Tia Ciata – foi uma eminência da cultura negra, no início do século XX, nas favelas cariocas. Na Bahia, Mãe Aninha Quitandeira fundou o Terreiro de Afojá em 1910, e a Zeladora mais antiga dos terreiros baianos tradicionais foi Mãe Olga de Alaketu, que em seu legado de resistência e luta, preservou as tradições e costumes das religiões de matrizes africanas.

Contudo, a rebeldia das mulheres negras remonta o período escravagista. Apesar das dificuldades para demonstrar essa afirmação devido à historiografia ser uma criação social androcêntrica e racista. Geralmente, a mulher aparece ou é mencionada de forma individualista, sua luta teve avanços e obstáculos, porém teve constante efervescência e movimento incessante.

A autora também analisa que, evidenciada nas relações culturais, a inferiorização das mulheres se dá pela dominação estrutural e suas modalidades de poder expressadas na vida cotidiana. Dessa maneira, o movimento feminista atuou no cotidiano: no processo de identificação de filhos, filhas, homens e mulheres; e na politização da sexualidade, das subjetividades, da família, da divisão doméstica do trabalho. As relações no espaço público foram re-significadas por novos saberes, em encontros com outras mulheres, nas novas relações de amizade, de vizinhança, de rua.

E conclui que, reafirmando sua autonomia, tanto nos sindicatos como em alguns partidos políticos, a relação do movimento feminista com o Estado se dá de forma indireta por meio de demandas específicas nos demais movimentos sociais populares. Sobre a responsabilidade social e o papel do Estado, é notável a clareza das lideranças negras. E o feminismo, enquanto movimento, reforçou a cidadania das mulheres negras na sociedade brasileira.

Para CARNEIRO (2003), no interior do movimento feminista, a consciência das mulheres negras de que a identidade de gênero não se estende evidentemente em solidariedade racial “intragênero” conduziu-as a um enfrentamento das desigualdades e das contradições que a discriminação racial e o racismo produzem entre as mulheres. Em relação à solidariedade de gênero “intragrupo” racial as mulheres negras exigiram que fosse instituída a dimensão de gênero na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros como elemento estruturante das desigualdades raciais.

Segundo a autora, tais avaliações promovem o engajamento das mulheres negras nas lutas dos movimentos negros, nos movimentos de mulheres e nos movimentos populares, na busca de assegurar a agenda específica das mulheres negras tanto no plano nacional quanto internacional.

A autora afirma também que o resultado desse processo foi a criação de diversas organizações de mulheres negras, desde a década de 1980, além de fóruns de discussões e instâncias de organização das mulheres negras no país. À luz da discriminação racial e do racismo, os temas fundamentais da agenda feminista são perscrutados pelas mulheres negras. Os principais vetores que guiaram as propostas do movimento e resultaram em mudanças efetivas na ótica feminista foram: o mercado de trabalho, a violência, a saúde e os meios de comunicação.

Em 30 de abril de 1988 foi fundado o Geledés, Instituto da Mulher Negra, que de acordo com informações do seu site²¹, é uma organização política de mulheres negras. Sua missão é discutir os problemas da mulher negra como uma face temática fundamental de gênero na sociedade brasileira, impulsionando o debate sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos.

Ainda de acordo com o site, originalmente Geledé é uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso que existe nas tradicionais sociedades yorubás, cuja expressão é o poder feminino sobre a procriação, o bem estar da comunidade e a fertilidade da terra. O Geledés é dirigido exclusivamente por mulheres negras, mas conta com a participação de negros/as e brancos/as, mulheres e homens.

A União de Negros pela Igualdade – UNEGRO – foi fundada na cidade de

²¹ Disponível em: <http://www.geledes.org.br/geledes/quem-somos/455-geledes-instituto-da-mulher-negra>

Salvador/BA no dia 14 de julho de 1988, segundo o site oficial²², seu principal objetivo é combater o racismo e todas as forma de opressão social e discriminação. Sediada em São Paulo a UNEGRO está organizada em 24 estados e sua organização tem acumulado um capital político atuando como uma das principais interlocutoras do movimento negro do Brasil há 25 anos.

No site da Escola de Formação Nacional do Partido dos Trabalhadores foi publicada a linha do tempo sobre o movimento negro e a resistência popular em busca da cidadania²³, com base nesses dados foi possível relacionar organizações de destaque do movimento negro, apresentadas na Tabela 1. Principais organizações do movimento negro de 1988 a 2008.

Tabela 1. Principais organizações do movimento negro de 1988 a 2008		
Ano	Localidade	Organização
1988	Bahia	Grupo de Mulheres do Alto das Pombas
	Salvador/BA	União de Negros pela Igualdade
	Minas Gerais	N'zinga – Coletivo de mulheres negras
	Rio de Janeiro	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP)
	São Paulo	Bloco Afro Oriashé
		Geledés – Instituto da Mulher Negra
1989	Rio de Janeiro	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
	São Paulo	Posse Sindicato Negro
		Posse Conceito de Rua
		Movimento Hip-Hop Organizado – MH20
	Campinas/SP	Comissão de Mulheres Negras
1990	Aracaju/SE	União dos Negros
	Salvador/BA	Coletivo de Mulheres Negras
	Santos/SP	Casa da Cultura da Mulher Negra
	São Paulo	CEERT -Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
1991	Brasil	Coordenação Nacional das Entidades Negras (CONEN)
	São Paulo	Centro Nacional de Religiosidade e Africanidade Afro

²² Disponível em: http://www.unegro.org.br/site/institucional.php?id=63&id_texto=1

²³ Disponível em: <http://www.enfpt.org.br/eol/timeline/timeline-primeira.php#164>

		Brasileiro – CENARAB
		Soweto Organização Negra
1992	Bahia	Instituto Cultural Steve Biko
	Rio de Janeiro	Grupo Criola
	São Paulo	Associação Fala Negão/Fala Mulher
1993	Rio de Janeiro	Movimento dos pré-vestibulares para negros e carentes
		Grupo Cultural Afro Reggae
	São Paulo	Educafro – Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes
1994	Brasil	Comissão Nacional de Combate à Discriminação Racial da CUT
	Paraíba	Malungus – Organização Negra
	Piauí	Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia
1995	Brasil	Congresso Nacional Afro Brasileiro (CNAB).
	Espírito Santo	Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu
	Mato Grosso do Sul	Coletivo de Mulheres Negras
	São Paulo	Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Social (INSPIR) que reúne CUT, CGT, FS, AFLCIO E ORIT
1996	Brasil	Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ)
	São Paulo	Oriashé Sociedade Brasileira de Cultura e Arte Negra
1997	Brasil	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)
	Maranhão	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas– ACONERUQ-MA
	São Paulo	Fala Preta! Organização de Mulheres Negras
		Coletivo Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (CEABRA)
1998	São Paulo	APROFE - Associação Pró-Falcêmicos Anemia Falciforme
1999	Brasil	Associação Nacional do Coletivo de Empresário e Empreendedor Afro-brasileiro (ANCEABRA)
		Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial no Congresso Nacional

	Goiás	Grupo de Mulheres Negras Malungas
	Minas Gerais	Centro de Referência da Cultura Negra
	São Paulo	Casa do Hip Hop de Diadema
2000	Brasil	Fórum Nacional de Mulheres Negras
		Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)
		Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)
	Amapá	Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA)
	Paraíba	Bamidelê – Organização de Mulheres Negras
	Rio Grande do Norte	Kilombo – Organização Negra
2005	Bahia	Coletivo de Entidades Negras da Bahia (CEN)
2006	Amapá	Rede Amazônia Negra
2008	Brasil	Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial (CONAJIRA)
		Diretoria Combate ao Racismo da União Nacional dos Estudantes (UNE)

4.5 A CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA IGUALDADE RACIAL

A efervescência das organizações do movimento negro a partir da Assembleia Constituinte de 1988 resultou em inúmeras conquistas de políticas públicas para a população negra brasileira.

Segundo CARDOSO (2002), a mobilização do movimento negro para uma Assembleia Constituinte livre e soberana foi realizada por encontros nacionais e regionais em todo o Brasil, grupos organizados para assessoria política, de pressão aos parlamentares constituintes e elaboração de projetos de iniciativa popular com milhares de assinaturas.

De acordo com JACOUD (2009), na Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, o racismo foi reconhecido como crime imprescritível e inafiançável; os territórios quilombolas foram reconhecidos como bem cultural nacional e foi admitida às suas comunidades e aos remanescentes o direito à posse de suas terras. Além de afirmar como patrimônio comum a ser valorizado e preservado: a

diversidade cultural.

Para a autora, a Constituição também estabelece o acolhimento das contribuições de diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro no ensino de História (Art. 242) e a necessidade de datas comemorativas significativas para os diferentes segmentos étnicos nacionais (Art. 215), assim além do reconhecimento diversidade para a formação do Brasil, também indica a necessidade do seu acolhimento nas práticas educacionais e nos eventos culturais.

CARDOSO (2002) avalia que, nos 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares ocorre a consagração do quilombo como histórica referência que fundamenta o processo de afirmação da identidade política do movimento negro e da consciência negra. Foi realizado o I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais, com a efetiva participação do movimento negro, que encerrou com a participação das comunidades quilombolas na *Marcha Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida*, no dia 20 de novembro de 1995, em Brasília.

Segundo o autor, a Marcha Zumbi dos Palmares foi realizada pela militância de entidades do movimento negro, com a participação de 30 mil pessoas de comunidades rurais, cidades do interior e capitais do Brasil. Ocupando a Esplanada dos Ministérios em Brasília, foi a maior manifestação do movimento social negro brasileiro do período.

De acordo com JACOUD (2009), Fernando Henrique Cardoso, em resposta à mobilização, instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Valorização da População Negra, com o encargo de propor ações integradas para combater a discriminação racial e promover políticas. O Decreto presidencial de 20 de novembro de 1995 regulamentou o GTI, cujo objetivo era consolidar a cidadania da população negra do Brasil.

Assim, o tema da saúde da população negra também ganha espaço no GTI, enfatizando as doenças e os problemas de maior incidência sobre a população negra. O *Programa de Anemia Falciforme* do Ministério da Saúde foi elaborado em 1996, quando começou a elaboração do Manual de doenças mais importantes da população brasileira afrodescendente, concluído em 2000.

Segundo a autora, em 1996, foi criado o *Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação* (GTDEO) pelo Ministério do Trabalho, que lançou em 1997 o programa *Brasil, Gênero e Raça*, seu principal objetivo era implementar Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate à

Discriminação. Contudo, o resultado prático destas iniciativas foi bastante limitado.

Além disso, o Decreto número 1.904, de 13 de maio de 1996, instituiu o *Programa Nacional de Direitos Humanos* (PNDH). O Programa apresenta no item “Proteção do direito e tratamento igualitário perante a lei” o subitem “População negra”, que traz propostas de ações afirmativas de acordo com as apresentadas pelo movimento negro na Marcha Zumbi dos Palmares.

JACOUD (2009) também discorre que, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) convocou, em 1997, a conferência III Conferência Mundial contra o Racismo, no contexto de revisão das ações de combate ao racismo no mundo. Em setembro de 2000, foi instituído o Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na referida conferência. As organizações do movimento negro mobilizaram-se para as reuniões preparatórias realizadas em quase todos os estados do Brasil, a Conferência Nacional contou com mais de dois mil participantes.

Além das reuniões preparatórias, no âmbito internacional, realizaram-se encontros entre os movimentos negros de vários países, como a Reunião Regional das Américas, para a elaboração de documentos reivindicativos, diagnósticos e pautas. A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata foi realizada nos dias 30 de agosto a 8 de setembro de 2001 em Durban, na África do Sul, com a participação de mais de 50 representantes da delegação oficial brasileira e entre 150 e 200 representantes das Organizações Não Governamentais (ONGs).

Entre as estratégias para alcançar a igualdade plena e efetiva, no Artigo 108 da Declaração de Durban, na qual o Estado Brasileiro é signatário:

Reconhecemos a necessidade de ser adotarem medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o intuito de promover sua plena integração na sociedade. As medidas para uma ação efetiva, inclusive as medidas sociais, devem visar corrigir as condições que impedem o gozo dos direitos e a introdução de medidas especiais para incentivar a participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais, lingüísticos e religiosos em todos os setores da sociedade, colocando a todos em igualdade de condições. Dentre estas medidas devem figurar outras medidas para o alcance de representação adequada nas instituições educacionais, de moradia, nos partidos políticos, nos parlamentos, no emprego, especialmente nos serviços judiciários, na polícia, exército e outros serviços civis, os quais em alguns casos devem exigir reformas eleitorais, reforma agrária e campanhas para igualdade de participação; (Ministério da Cultura, 2001: p. 33)

Para JACOUD (2009), foi primeira vez que o governo assumiu que existe um

problema racial no Brasil comprometendo-se efetivamente a enfrentá-lo. Com objetivo de criar políticas públicas afirmativas e proteger os direitos de indivíduos e de grupos sociais sujeitos à discriminação racial, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação Racial (CNCD), ligado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

A autora também afirma que, em alguns ministérios, foram iniciados programas de ações afirmativas, porém com resultados limitados. Foram anunciados pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura e da Justiça, Programas de ações afirmativas, estabelecendo cotas para negros no preenchimento de vagas em concurso público, em cargos de direção, por organismos internacionais de cooperação técnica e na contratação por empresas prestadoras de serviço. Criou-se o programa de bolsas-prêmio para a diplomacia, no Ministério das Relações Exteriores, favorecendo estudantes negros.

Com o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi instituída no dia 9 de janeiro de 2003 a Lei 10.639²⁴ que: altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática: História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Essa lei também inclui o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar e representa uma conquista reivindicada pelo movimento negro para a valorização da história e cultura da população negra.

JACOUD (2009) destaca três inovações para promoção da igualdade racial em 2003: a primeira foi a instituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). A segunda foi a criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), órgão colegiado de caráter consultivo vinculado à Seppir, e a terceira foi a instituição do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir).

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) foi criada pela Lei 10.678²⁵, no dia 23 de maio de 2003 e tem como estrutura básica o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até três Secretarias.

À Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial compete

²⁴ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

²⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm

assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial na formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância, na articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial, na formulação, coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial, no planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas e na promoção do acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica. (Lei 12.314 de 19 de agosto de 2010)²⁶

O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), criado pelo decreto 4.885²⁷, tem por finalidade a proposta de políticas de promoção da igualdade racial enfatizando a população negra e outros segmentos étnicos da população brasileira. Seu objetivo é o combate à discriminação racial, ao racismo e ao preconceito, além da redução das desigualdades raciais de aspectos social, econômico, financeiro, cultural e político ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

A Seppir constituiu o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), que tem como objetivo a promoção de uma ação continuada entre as esferas estaduais, municipais e federal, cuja finalidade é a capacitação, articulação, execução, monitoramento e planejamento de ações para promover a igualdade racial. E as ações de promoção da igualdade racial têm sido implementadas por meio de programas federais de diferentes ministérios nas áreas da saúde, do trabalho e da educação.

Reafirmando o compromisso do Estado Brasileiro com a eliminação do racismo, em 20 de julho de 2010, a Lei federal de número 12.288 instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, que estabelece no parágrafo único do Artigo 4.^o: Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas nas esferas pública e privada durante o processo de formação social do País.

Para WERNECK (2005), a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial foi o reconhecimento das demandas apresentadas

²⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm

²⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4885.htm

pela população negra, inscrevendo na agenda governamental o combate ao racismo. Entretanto, pouco foi feito para reverter a brutal distância entre pessoas negras e brancas no Brasil pelo conjunto de ações desenvolvidas nos governos FHC e Lula. E o Brasil ainda necessita de políticas para a justiça social, e o estabelecimento da dignidade da população negra.

Em 2005, segundo RIBEIRO (2008), realizou-se a *II Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida*, em Brasília. Conhecida como: Marcha Zumbi + 10, ela teve duas ações: a mobilização do dia 16 de novembro de 2005, cujo enfoque foi o baixo orçamento público para população negra e a desigualdade socioeconômica; e a manifestação no dia 22 de novembro de 2005, pela anistia de João Cândido, o Almirante Negro, e pelo combate à exclusão social, violência e genocídio da população negra, sobretudo sua juventude.

Para a autora, essas mobilizações apresentaram críticas, proposições e reflexões para o governo brasileiro a fim de incrementar a política de igualdade racial, propondo uma aceleração de medidas para superar o racismo. Foi desenvolvida, assim, uma perspectiva macroestrutural para sedimentar os princípios da diversidade. Contudo, no interior dos próprios movimentos, desafios foram apresentados e constatou-se o aprofundamento das dificuldades de organização na medida em que foram conquistados seus protagonismos.

JACOUD (2009) identificou, em diferentes ministérios, programas federais visando à promoção da igualdade racial nas áreas de saúde, trabalho e educação. O *Programa de Combate ao Racismo Institucional*, desenvolvido durante os anos de 2005 e 2006 na área da saúde, produziu material institucional e realizou oficinas de capacitação visando permitir a identificação e a abordagem do racismo institucional.

No Ministério Público do Trabalho foram desenvolvidos o programa de defesa dos direitos difusos da comunidade negra e a promoção de condutas não-discriminatórias e promotoras da igualdade. Na educação, além da Lei 10.639 que torna obrigatório o ensino da história e da cultura negra, o ensino superior no Brasil tem entre seus programas de ações afirmativas o Prouni e cotas sócio-raciais.

De acordo com RIBEIRO (2008), o Estatuto da Igualdade Racial, cujo Projeto de Lei tramitou no Congresso Nacional desde o final dos anos 1990 prevê ações afirmativas visando superar as desigualdades fundadas em raça, cor e etnia.

Porém, somente em 20 de julho de 2010 o Estatuto da Igualdade Racial – de autoria do Senador Paulo Paim – foi instituído, pela Lei 12.288. E é destinado, de

acordo com seu Artigo 1º: a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades. (Lei 12.288)²⁸

GOMES (2003) afirma que além do ideal de concretização da igualdade de oportunidades, as políticas públicas de ação afirmativa também têm por objetivo: a indução de transformações de ordem psicológica, pedagógica e cultural para subtrair a ideia de supremacia e subordinação do homem em relação à mulher e de uma raça em relação à outra, do imaginário coletivo.

4.6 AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

De acordo com PIOVESAN (2008), a discriminação ocorre quando somos tratados diferentes, em situações iguais e iguais, em situações diferentes. Duas estratégias para enfrentar a problemática da discriminação destacam-se no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos: a) a estratégia repressiva-punitiva, cujo objetivo é punir, proibir e eliminar a discriminação; e b) a estratégia promocional, que tem por objetivo promover, fomentar e avançar a igualdade.

Para a autora, apesar do combate à discriminação ser uma medida de emergência para a implementação do direito à igualdade, ele não é suficiente. E

²⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

conjugar com a vertente promocional a vertente repressiva-punitiva é fundamental. As ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo, no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório, mas também prospectivo, no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade.

A autora afirma ainda que, a possibilidade de discriminação positiva, também denominada ação afirmativa é prevista pela Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, de 1968, no artigo 1º, parágrafo 4º: mediante a adoção de medidas especiais de proteção ou incentivo a grupos ou indivíduos, com vistas a promover sua ascensão na sociedade até um nível de equiparação com os demais. Assim, as ações afirmativas objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos.

O Programa Universidade para Todos - Prouni foi instituído pelo Governo Federal pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (disponível no Anexo A). Sua finalidade é conceder bolsas de estudo parciais e integrais em instituições de ensino superior privadas, nos cursos sequenciais e de graduação de formação específica, oferecendo àquelas instituições que aderem ao programa uma contrapartida de isenção de tributos.

De acordo com seu site oficial²⁹, o Prouni é direcionado aos estudantes com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos, egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais. A seleção dos candidatos é realizada pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2013, já atendeu mais de 1,2 milhão de estudantes, entre esses, 69% com bolsas integrais.

De acordo com a Lei nº 11.096 Artigo 7º, entre as obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior, serão previstas no termo de adesão ao Prouni um percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência e de autodeclarados indígenas e negros. Esse percentual deverá ser no mínimo igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos na respectiva

²⁹ Disponível em:

http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140

unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.7 AS COTAS SÓCIO-RACIAIS DE ACESSO ÀS UNIVERSIDADES

De acordo com JACOUD (2009), a pesquisa realizada pelo Ipea, em 2007, identificou 48 instituições públicas de ensino superior com ações afirmativas, dentre as quais, 43 adotaram as cotas e o sistemas de bônus foram introduzidos em cinco instituições. Tais iniciativas representam um avanço importante para combater a desigualdade racial e ampliar as perspectivas aos jovens negros e à população negra no Brasil. As universidades ampliaram as oportunidades com a adoção de ações afirmativas de jovens negros, mudando o perfil dos alunos e promovendo a diversidade cultural e social no ambiente universitário.

Para PIOVESAN (2008), as cotas para afrodescendentes em universidades fazem parte dos dilemas e tensões que marcam o debate público a respeito das ações afirmativas no Brasil. Porém as cotas, além de reduzir o binômio inclusão/exclusão, permitiria também que fosse alcançada, no plano acadêmico, a riqueza decorrente da diversidade. Com o crescimento de estudantes afrodescendentes as universidades do Brasil deixariam de serem territórios brancos, o que contribuiria para uma formação discente aberta à diversidade e pluralidade.

Segundo a autora, se o diploma é um passaporte para ascensão social, então a universidade é um espaço de poder. Assim, democratizar o poder é fundamental, e para isso, é necessária a democratização do acesso ao poder.

RADOMYSLER (2013) discorre sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADF) 186, que questiona a constitucionalidade do sistema de cotas raciais adotado pela Universidade de Brasília (UNB). A ação foi proposta pelo partido político Democratas (DEM) ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009 e teve por objetivo o questionamento de direitos da população afrodescendente. Em abril de 2012, o STF decidiu por unanimidade que as cotas raciais são constitucionais.

Após a decisão do STF pela constitucionalidade das cotas, foi instituída, em 29 de agosto de 2012, a Lei 12.711 (disponível no Anexo B). Conhecida como Lei das Cotas, institui a reserva de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas,

nas instituições federais de educação superior, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno.

As vagas serão preenchidas, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, a Lei 12.711 também prevê a revisão pelo Poder Executivo do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da sua publicação.

Algumas pesquisas foram realizadas sobre o impacto das cotas nas universidades que aderiram as mesmas antes da Lei 12.711. Entre essas universidades destacam-se a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) pela grande proporção de negros na sua população.

Para SANTOS e QUEIROZ (2013), na UFBA a maior diferença entre as médias de cotistas e não cotistas, no ano de 2006, foi de 1,6 pontos a mais para os cotistas no curso de Engenharia Elétrica. E a menor foi no curso de Medicina, cuja média para cotistas foi 0,7 menor em relação aos não cotistas, segundo os dados analisados sobre o desempenho médio dos estudantes cotistas e não cotistas em curso de maior concorrência e prestígio social nos anos de 2005 e 2006.

BEZERRA e GURGEL (2011) pesquisaram as políticas de cotas na UERJ, e a comparação entre o desempenho no vestibular e nos cursos dos anos 2005 e 2006, aponta que, no vestibular de 2006, embora o desempenho, no processo seletivo, dos alunos cotistas ingressantes do curso de Medicina tenha sido inferior aos de não cotistas: 50.42 e 73.24, respectivamente, a média acadêmica dos anos de 2005 a 2009 foi maior entre os alunos cotistas: 7.76, enquanto a média dos não cotistas foi de 7.71.

Nos outros cursos avaliados: administração, direto, engenharia química e pedagogia, a média dos não cotistas é superior. Porém, a maior diferença encontrada, no curso de Direito, é de cerca de 1 ponto: 7,789 para cotistas e 8.806 para não cotistas. No quesito evasão, a média percentual dos cotistas é menor do que a metade dos não cotistas, no ano de 2006, respectivamente 9,39% e 20,36%. Para os autores, esses dados comprovam a capacidade de superação de quem é

estimulado a romper as barreiras estruturais.

Os dados dessas pesquisas apontam que a diferença da média de notas entre estudantes cotistas e não cotistas é pequena, o que não deve ser suficiente para comprometer a qualidade do ensino nessas instituições. Dessa maneira, os dois estudos concluem a importância da política de cotas para a promoção da diversidade e o enfrentamento ao racismo.

O negro brasileiro enfrenta o racismo desde o início da escravidão até os tempos atuais. As primeiras lutas foram contra a escravidão e após a abolição os negros organizaram-se para sua integração socioeconômica. A partir da década de 1970 o movimento negro adere a uma perspectiva socialista na qual a luta deveria ser contra o sistema opressor que, mesmo com uma legislação que institui a igualdade para todos, mantém a população negra fora das esferas de poder.

As organizações do movimento negro se estruturam na reivindicação da igualdade racial efetiva, promovem sua auto afirmação e celebram Zumbi dos Palmares como o grande herói do povo negro e da consciência negra. Entretanto, apesar das conquistas no nível de políticas públicas, em especial de ações afirmativas, a luta para melhores condições socioeconômicas e pelo acesso aos espaços de poder ainda se faz presente e necessária nos dias atuais.

5 COMO A MÍDIA TRATA A QUESTÃO DO RACISMO NO BRASIL

Este capítulo trata da metodologia, dos procedimentos metodológicos e da análise dos resultados da pesquisa coletada das revistas Caros Amigos, Carta Capital e Veja no período de abril a dezembro do ano de 2012.

A metodologia utilizada para a pesquisa é a análise de discurso, tendo como autora referencial Eni Puccinelli Orlandi, que parte da linha francesa da análise de discurso proposta por Michel Pêcheux³⁰.

5.1 A ANÁLISE DE DISCURSO E O MITO FUNDADOR DO BRASIL

ORLANDI (2005) afirma que, etimologicamente a palavra discurso tem em si a ideia de curso, de movimento, de percurso, ou seja, a prática de linguagem, a palavra em movimento. Com seu estudo pode-se observar o ser humano falando, e, assim, busca-se a compreensão do sentido da língua enquanto trabalho simbólico, como parte do trabalho social geral, constituído pela humanidade e sua história.

Para a autora, somente porque se insere na história é que a linguagem faz sentido. A linguagem é concebida na análise de discurso como mediadora do ser humano com a realidade social e natural, pois a produção da existência humana está baseada no trabalho simbólico do discurso. Compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos, o lugar no qual se pode observar a relação entre língua e ideologia, é o discurso.

Analisando a conjuntura histórica, ORLANDI (2012) discorre que estarmos num momento de “virada” na análise de discurso, inaugurando um campo novo de questões. Nessa virada, são essenciais as concepções de: forma histórica (da existência e do assujeitamento da discursividade), processo discursivo, metáfora, língua, materialidade discursiva e discurso. E elenca os elementos que caracterizam essa virada:

- 1) Não é o objeto que é novo, é o que se pode dizer através do tipo de análise, sobre o objeto.

³⁰ O francês Michel Pêcheux viveu no período de 1938 a 1983. Estudou na Escola Normal Superior de Paris, lecionou filosofia a partir de 1963 e, a partir de 1966, foi pesquisador do Laboratório de Psicologia no Centre National de la Recherche Scientifique. Fundou a Escola Francesa de Análise de Discurso que teoriza de que maneira a linguagem se materializa na ideologia e como esta é manifestada pela linguagem.

- 2) Por causa da existência da discursividade e da forma histórica das maneiras de assujeitamento e da materialidade do discurso, ou seja, das condições verbais nas quais o objeto é produzido, que envolve o processo discursivo estabelecido na contemporaneidade histórica, não se pode desconhecer a mundialização, a relação ressignificada do Estado com o Mercado, as formas sociais, as novas tecnologias da linguagem, as guerras ideológicas contundentes, a mídia como é apresentada hoje, a reorganização de uma direita letal, o ecologismo, a xenofobia e o racismo.

ORLANDI (2005) discorre sobre quais condições de produção e interdiscurso compreendem no seu fundamento os sujeitos e a situação. A memória, na maneira em que ela se faz valer ou é acionada em relação ao discurso é tratada como interdiscurso, dessa forma, em uma situação discursiva dada se disponibilizam os dizeres que afetam o modo como o sujeito significa. Ou seja, todos os sentidos que já foram ditos em outros momentos, por alguém, em algum lugar, têm efeito significativo no interdiscurso.

Entretanto, a relação estabelecida com o interdiscurso determina sua formulação, pois somente é possível dizer (formular) quando se é colocado na perspectiva do dizível (memória, interdiscurso). Na realidade, todo dizer encontra-se na confluência do eixo da atualidade (formulação) e do eixo da memória (constituição). E assim os sentidos são tirados desse jogo.

Para a autora, mesmo polêmica, a noção de formação discursiva é básica na análise de discurso permitindo a compreensão do processo de produção dos sentidos e possibilitando ao analista o estabelecimento de regularidades no funcionamento do discurso. Assim, define-se como formação discursiva aquilo que determina o que pode e deve ser dito a partir de uma formação ideológica dada.

Contudo, na formação discursiva compreende-se que: o discurso constitui-se em seus sentidos, que são sempre determinados ideologicamente. E também, que pode-se compreender pela referência à formação discursiva os diferentes sentidos do funcionamento discursivo.

Para a compreensão da formação discursiva brasileira serão analisados o discurso fundador e o mito fundador do Brasil.

Segundo ORLANDI (1993), o discurso fundador é concebido em uma relação conflituosa de produção dominante de sentidos, produzindo aí um deslocamento, uma ruptura. E assim, o discurso fundador condiciona a formação de outros, que

institui em seu conjunto, um território de sentidos, um lugar de significância, um complexo de formações discursivas, que representa um processo de identificação para uma nacionalidade, uma raça, uma cultura.

No processo de formação de um país, os objetos simbólicos envolvidos são de natureza variada. Provêm da relação estabelecida pelos sujeitos com a produção desses objetos, tanto os sentidos que se atribuem ao país quanto os que produzem sentidos a esses sujeitos enquanto definem-se como servos, súditos ou cidadãos, “ou seja, enquanto eles se definem em relação à formação de ‘seu’ país, nas formas que a política das relações sociais significar em sua história.” (ORLANDI, 2002: p. 21)

Além disso, existem processos discursivos que se estabelecem em concepções diferentes de sociedade. Na formação do Brasil, entre os momentos expressivos desse estabelecimento estão: o período de colônia, a jurisdição sobre a língua, a legislação sobre o escravismo no século XVIII, o iluminismo (no Brasil e em Portugal), o pensamento político liberal positivista e o naturalismo do século XIX.

CHAUÍ (2013) analisa o mito fundador brasileiro e sua sociedade autoritária. Ela afirma existir a crença generalizada de que o Brasil:

1) “é um dom de Deus e da Natureza”; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceitos (é raro o emprego da expressão mais sofisticada “democracia racial”), desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador da raça; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência; 5) é um “país dos contrastes” regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização – isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte –, com a qual se sentará à mesa dos donos do mundo. (CHAUÍ, 2013: p. 149-150)

E assim, essa representação exerce uma força persuasiva que resolve de maneira imaginária uma tensão real, produzindo uma contradição despercebida. Como, por exemplo, a afirmação de que: os negros são indolentes, os índios ignorantes, os nordestinos atrasados, as mulheres são naturalmente inferiores e os portugueses são burros; simultaneamente declarada com: o orgulho em ser brasileiro, por ser de uma nação que nasceu da mistura de raças e um povo sem preconceito. Tais representações renovam-se na força do mito fundador do Brasil.

Contudo, no sentido antropológico a narrativa do mito é solução imaginária

para conflitos, tensões e contradições que no nível da realidade não podem ser resolvidos. Um mito fundador não deixa de encontrar novas formas para se exprimir, novos valores e ideias, novas linguagens, de maneira que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. E assim, se atualizam no novo período da história as ideologias que acompanharam o movimento histórico da fundação do Brasil.

A autora discorre que constrói-se o mito fundador sob a perspectiva designada por Baruch Espinosa como conceito de poder teológico-político³¹. Nos séculos XVI e XVII aparecem três componentes que responderam pelo mito fundador do Brasil: a Natureza como obra de Deus, a História como palavra de Deus e o Estado como vontade de Deus. Dentro dessa perspectiva: a sagração da natureza justifica a naturalização da escravização de índios e africanos, a sagração da história justifica o Brasil como descobrimento português e a sagração do governante justifica a monarquia por direito do rei.

A sociedade brasileira, ainda segundo a autora, é marcada pela estrutura hierárquica das relações sociais, conservando-se as marcas da sociedade colonial escravista, da ordem hierárquica imposta ao mundo por Deus ou da teologia do direito natural objetivo. Naturaliza-se a divisão social de classes por práticas que ocultam a dominação, a exploração e a discriminação e que estruturam a sociedade imaginariamente sob o signo de nação indivisa e uma. Tende-se a não perceber que a sociedade brasileira é autoritária e que provêm dela as manifestações diversas de autoritarismo político.

Enumerados em resumo, CHAUÍ (2013) considera os seguintes traços como mais marcantes da sociedade autoritária brasileira:

1) Estruturada pela matriz senhorial da colônia, na qual se opera o princípio liberal da igualdade perante a lei, porém vigorando a ideia liberalista de que alguns são mais iguais do que os outros. E assim as divisões sociais em desigualdades são postas como inferioridade natural (no caso dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, migrantes, imigrantes, idosos e índios). Consequentemente, permite a naturalização de todas as maneiras de violência visíveis e invisíveis, sem que sejam percebidas com tais.

2) Formada a partir das relações privadas de favor e tutela, fundadas no

³¹ O filósofo judeu-holandês Baruch Espinosa tratou do conceito teológico-político no livro *Tratado Teológico-Político*, cuja primeira publicação foi em 1670.

mando e na obediência, da qual decorre a dificuldade de luta: por direitos, contra a opressão econômica e social, além da recusa implícita de operar com os direitos civis, dessa forma a lei é privilégio para os grandes e opressão para as camadas populares. Por isso, necessariamente as leis operam com qualidades e relações, e não com a realidade e assim, não são feitas para serem cumpridas e sim transgredidas.

3) A indistinção entre o público e o privado tem origem histórica, determinada pela doação, compra ou arrendamento das terras da Coroa, que, sem ter recursos para enfrentar a tarefa colonizadora sozinha, dividiu com particulares o estamento burocrático a autoridade administrativa. Essa partilha de poder forma a organização do aparelho do Estado e a realização da política, na qual parlamentares e governantes “reinem” e mantêm relações pessoais de tutela, clientela e favor com os cidadãos, praticando a corrupção com os fundos públicos. Há um encolhimento do espaço público, do ponto de vista de direitos e um alargamento do espaço privado, do ponto de vista de interesses econômicos.

4) Ações e imagens são desenvolvidas para o bloqueio dos conflitos e contradições políticas, econômicas e sociais alicerçadas em ideologias de longa data para a manutenção da imagem da boa sociedade pacífica, ordeira e indivisa. Conflitos e contradições recebem a significação de perigo, desordem e crise, e são respondidos com o desprezo condescendente para os opositores em geral e a repressão militar e policial para as camadas populares. E assim, a classe dominante do Brasil é bastante eficaz para o bloqueio na esfera pública da opinião e das ações sociais como expressão dos direitos e interesses de classes e grupos sociais antagônicos e/ou diferenciados. Tal bloqueio não é uma ignorância de como funciona a democracia e a república, mas sim um conjunto de ações para lidar com a esfera da opinião: de um lado o discurso do poder define como unanimidade o consenso e posta como atraso, perigo ou obstinação vazia a discordância; e de outro a informação é monopolizada pelos “mass media”.

5) A sociedade tem o fascínio pelos signos de poder e prestígio, pela sua determinação – em sua gênese histórica – da “cultura senhorial” e estamental, prezando o privilégio e a fidalguia e usando o consumo como instrumento de demarcação da distância social entre as classes. Assim, se mantêm a criadagem doméstica como prestígio e status e o uso de termo “doutor”, substituto imaginário para antigos títulos de nobreza, para quem é visto ou se sente como superior, além

da exagerada valorização de diplomas que habilitam atividades não-manuais e o consequente desdém pelo trabalho manual, visível no descaso pelo salário mínimo, no descumprimento trapaceiro de direitos trabalhistas e na culpabilização dos desempregados pelo desemprego, repetindo-se indefinidamente o padrão de comportamento e de ação que opera, desde a colônia, para se desclassificar os homens livres pobres.

Contudo, existe uma polarização na sociedade brasileira entre o privilégio das camadas dirigentes e dominantes e a carência das camadas populares que não é percebida como violência. Contrariamente, assentado sobre o mito fundador, o autoritarismo social – a partir da ufanista imagem verde-amarela do povo ordeiro, mestiço cordial, hospitaleiro, generoso e pacífico – afirma a não violência brasileira.

Dessa maneira, enquanto “cultura senhorial”, o autoritarismo social naturaliza as exclusões e desigualdades socioeconômicas. Instalada no aparato estatal, a classe dirigente, por perceber a sociedade como perigosa e inimiga, busca obstar iniciativas dos movimentos populares, sindicais e sociais.

5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os conteúdos selecionados para análise foram textos que trataram das temáticas racismo, educação e cotas nas universidades brasileiras, durante o período de abril a setembro de 2012.

O período da coleta de dados deu-se devido a dois fatos relevantes para a pesquisa, o primeiro foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADF) 186, que questionou a constitucionalidade do sistema de cotas raciais adotado pela UNB, cuja votação pelo STF, confirmando sua constitucionalidade, se deu em abril de 2012. E o segundo foi a promulgação Lei 12.711 que reserva vagas nas universidades e escolas técnicas federais, no dia 29 de agosto de 2012.

Optou-se pela mídia revista impressa devido a menor periodicidade em relação à outros tipos de mídias jornalísticas, o que pode tornar o conteúdo mais reflexivo. A escolha das revistas Caros Amigos, Carta Capital e Veja foi determinada devido às diferentes propostas editoriais e diferentes perfis de público leitor de cada uma delas.

A revista Caros Amigos foi escolhida porque, de acordo com seu site oficial³², possui leitores da classe média ativista militante e tem o objetivo de ser um veículo que se contrapõe ao jornalismo predominante, buscando um conteúdo mais questionador, mais crítico e progressista. Propõe-se como um referencial de publicação alternativa, de reflexão crítica do pensamento neoliberal e contra-hegemônica.

Publicada pela editora Casa Amarela, a Caros Amigos é composta por artigos assinados e por isso eles não expressam necessariamente a opinião da revista. Possui professores universitários no seu corpo editorial, tais como José Arbex Júnior da PUC/SP, Ciro Marcondes Filho da USP. Além de Joel Rufino dos Santos, negro, professor da UFRJ e autor dos dois textos selecionados para a análise.

Com perfil de leitores de classe média liberal, a revista Carta Capital foi selecionada, pois, conforme site oficial³³, se propõe a ser uma alternativa ao pensamento único da imprensa do Brasil. A revista é publicada pela editora Confiança, que também publica as revistas Carta Fundamental e Carta na Escola, esta última voltada para professores e alunos do Ensino Fundamental II e Médio.

Voltada para leitores da classe média conservadora, a revista Veja, foi escolhida pois, segundo seu site oficial³⁴, se autodenomina como a terceira maior revista do mundo, depois de Time e Newsweek, e a maior revista de informação semanal do país. Publicada pela Editora Abril, que na área da educação também publica a revista Nova Escola, além de pertencer ao Grupo Abril, cuja empresa Abril Educação S.A, se diz a maior do mercado brasileiro no segmento de educação básica.

Fazem parte da empresa Abril Educação S.A, de acordo com site oficial da empresa³⁵, as editoras Ática e Scipione, os sistemas de ensino pH, Maxi, GEO e Farias Brito, SER, Anglo, o Anglo Vestibulares, a rede de escolas: Colégio Motivo, pH, a ETB – Escolas Técnicas do Brasil e o Centro Educacional Sigma. Além das redes de escolas de inglês Red Balloon e Wise Up, o modelo de ensino O Líder em Mim, a startup Edumobi, o programa de educação continuada e interativa Ei Você, a AlfaCon Preparatórios para Concursos e a MSTech. A empresa atende atualmente

³² Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/quem-somos/hitoria-da-caros-amigos>

³³ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sobre-cc/>

³⁴ Disponível em: <https://www.assine.abril.com.br/portal/revista!initRevista.action?codProjeto=901&origem=sr/ve/menu>

³⁵ Disponível em: <http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/Educa%C3%A7%C3%A3o>

cerca de 35 milhões de alunos e mais de 130 mil escolas em todos os estados do Brasil.

Ao todo foram encontradas 58 edições no período escolhido e selecionados doze textos para análise, disponíveis nos Anexos C, D e E. Na revista Caros Amigos, cuja periodicidade é mensal, foram encontradas 6 edições com 2 textos selecionados. As revistas semanais Carta Capital e a Veja publicaram 26 edições cada, e foram selecionados 5 textos de cada uma para serem analisados.

O procedimento metodológico adotado para a análise de discurso foi baseado em conceitos ou termos pivôs, que segundo OLIVEIRA (1997) aponta os conceitos nos quais o discurso pleiteia sua entrada no domínio da intertextualidade.

Dessa maneira, buscando-se o domínio da análise de discurso, foram selecionados três termos-pivô: educação, racismo e cotas. Esses conceitos foram selecionados para a verificação de quais ideias e termos foram associados no discurso ideológico, a fim de identificar como a mídia realiza a cobertura sobre as políticas de inclusão sócio-racial nas universidades.

Para cada matéria selecionada foram criados quadros referenciais para a análise, com os seguintes termos-pivôs: educação, cotas e racismo, conforme Anexos F, G, H.

5.3 ANÁLISE DOS TERMOS-PIVÔ

Enumerando os termos-pivô, separados por publicação, criaram-se os quadros de referência por termos-pivô, de acordo com os Anexos I, J, K, que foram analisados por publicação.

5.3.1 Termo-pivô: educação³⁶

5.3.1.1 Revista Caros Amigos

- se corrige a desigualdade racial na escola e nos empregos através da justiça social.

Nessa frase pode-se observar que recorre-se a dimensão da educação como

³⁶ Dados disponíveis no Anexo I.

elemento central para resolver problemas e concebe-se a escola como mediadora de desigualdades raciais. Tal mediação poderia ser realizada através da justiça social, ou seja, o autor reconhece também a falta de justiça na sociedade e que essa justiça poderia corrigir a desigualdade racial.

5.3.1.2 Revista Carta Capital

- Programa Universidade para Todos (ProUni), principal investimento do governo federal para sanar o déficit de ensino superior no Brasil

Nesta frase pode ser observada que a educação está deficitária, que precisa de investimento e que o ProUni é o mais importante investimento para resolver a deficiência da educação.

- A inclusão agora é lei

A afirmativa é o título do texto que informa sobre a aprovação das cotas pelo Senado, sem questionar seus efeitos na educação e também informa que essa inclusão é lei a partir de agora, desde que a Presidenta do Brasil a sancione.

5.3.1.3 Revista Veja

Várias referências podem ser constatadas, primeiramente, existe um referencial de qualificação do ensino no uso de alguns termos como “qualidade”, “excelência”, “deficiência”, “líder mundial”, “péssima qualidade”, “meritocracia”, “mediocridade”, “alto padrão” e “instituições de excelência”. E também nas frases a seguir:

- A utopia sufoca educação de qualidade;

- as aulas de ciências e as de português e matemática são as que vão fazer diferença positiva na vida dos jovens quando eles chegarem ao mercado de trabalho;

- forçaram as escolas a receber alunos com necessidades especiais;

- A missão da boa escola é ensinar as disciplinas fundamentais aos alunos, e não tentar corrigir as desigualdades do Brasil;

- Não conheço nenhum estudo que demonstre o impacto de uma educação filosoficamente inclusiva sobre o bem-estar das pessoas;

- Ao criarmos uma escola sobrecarregada com a missão de não apenas

formar o brasileiro do futuro mas corrigir as desigualdades de 500 anos de história, nós nos asseguramos de que ela se tornará um fracasso.

Esse referencial denota uma visão mercadológica de educação, uma vez que a editora da revista possui várias empresas no segmento educacional.

Verifica-se uma qualificação positiva para o ensino superior público e ao ensino fundamental e médio privado nas seguintes frases:

- *alunos mais preparados, egressos de boas escolas;*
- *juntamente com as universidades estaduais, as universidades federais são a mais importante usina de descobertas científicas, conhecimento e pesquisa do Brasil;*
- *Vêm delas, por exemplo, 86% dos artigos científicos publicados internacionalmente;*
- *os alunos mais preparados, quase sempre egressos de escolas particulares;*
- *Os que estudam nas melhores escolas entram nas universidades públicas – na média, superiores;*
- *A cada ano, toda vez que saem os resultados dos vestibulares evidencia-se o enorme fosso entre a rede privada e a rede gratuita;*
- *instituições de excelência, como o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e o IME (Instituto Militar de Engenharia).*

Entretanto, o ensino fundamental e médio público e o ensino superior particular são qualificados negativamente, de acordo com as frases:

- *a única igualdade que nosso sistema educacional conseguiu atingir é ser igualmente péssimo;*
- *comprometer a excelência do ensino e da pesquisa;*
- *perpetuar as deficiências do ensino público, médio e fundamental, uma vez que a lei corrige na ponta o que deveria ser resolvido na base;*
- *alunos menos preparados vindos das deficientes escolas públicas;*
- *Das dez instituições que mais emitiram pedido de patente entre 2004 e 2008, quatro delas eram universidades públicas – duas federais e duas estaduais. Nenhuma particular entrou no ranking;*
- *um dos problemas mais graves da educação no Brasil: a péssima qualidade das escolas públicas do ensino médio e fundamental;*
- *se tivéssemos um ensino básico decente, esses alunos conseguiriam competir de igual para igual com os alunos das particulares;*

- *como as escolas públicas são fracas, os alunos que saem delas têm pouca chance de entrar nas universidades públicas;*

- *A cada ano, toda vez que saem os resultados dos vestibulares evidencia-se o enorme fosso entre a rede privada e a rede gratuita;*

- *os alunos das escolas públicas não tem mais problemas para entrar nas universidades federais porque são pobres – ou negros, índios, brancos, amarelos – mas sim porque não conseguem superar a barreira imposta pelo ensino deficiente que receberam;*

- *Autoridades desinformadas, alunos que saem do ensino médio semianalfabetos e assim entram nas universidades, que aos poucos vão se tornando reduto de pobreza intelectual;*

- *Alunos que não conseguem raciocinar porque não lhes foi ensinado, numa educação de brincadeira;*

- *Professores que, mal pagos, mal estimulados, são mal preparados, desanimados e exaustos ou desinteressados;*

- *O quadro geral é entristecedor.*

A revista aponta diferenças socioeconômicas entre brancos e negros na frase: *“os brasileiros brancos têm dois anos a mais de escolaridade que os pardos e negros”.*

Contudo, nas frases: *“na tentativa de diminuir uma discrepância social – a desigualdade de oportunidades de pobres, mesmo se sabendo que a maioria deles é de negros – o caminho foi uma solução racial”* e *“O fator número 1 na explicação das desigualdades de renda é, de longe, a desigualdade educacional”* admite-se que as oportunidades são desiguais e que a maioria dos pobres são negros, mas o uso do termo “solução racial”, aponta para uma mitificação do racismo institucional e atribui à desigualdade educacional as desigualdades de renda.

É possível verificar também uma mitificação elitista do conhecimento nas seguintes frases:

- *a triste realidade é que, por viverem em ambientes mais letrados e com pais mais instruídos, alunos de famílias ricas precisam de menos horas de instrução para se alfabetizar;*

- *O aluno rico pode, portanto, se dar ao luxo de ter aula de música;*

- *Para nivelar o jogo, o aluno pobre deveria estar usando essas horas para se recuperar do atraso, especialmente nas habilidades basilaras: português,*

matemática e ciências;

- Se esses pensadores querem a escola como niveladora de diferenças, se a diferença que mais impacta a qualidade de vida das pessoas é a renda, e se a fonte principal de renda é o trabalho, então precisamos de um sistema educacional que coloque ricos e pobres em igualdade de condições para concorrer no mercado de trabalho;

- O que, por sua vez presume uma educação desigual entre pobres e ricos, fazendo com que a escola dê aos primeiros as competências intelectuais que os últimos já trazem de casa;

- É legítimo, embora estúpido, que a maioria dos brasileiros prefira uma educação que fracasse em ensinar a tabuada mas ensine bem a fazer um pagode;

- Nossas lideranças se valem do abissal desconhecimento da maioria da população sobre o que é uma educação de excelência para vender-lhe a possibilidade do paraíso terreno em que professores despreparados podem formar o novo homem e o profissional de sucesso;

- E porque não sabem ler nem escrever direito com naturalidade, não conseguem expor em letra ou fala seu pensamento truncado e pobre;

- Isso só é possível porque é para elas [universidades públicas] que conflui a elite cultural, acadêmica, intelectual – e sim, quase sempre econômica também – do país;

Por fim, na frase: “A escola não pode fracassar, pois ela é a alavanca do Brasil”, recorre-se a dimensão da educação como elemento central para a resolução dos problemas do país.

5.3.2 Termo-pivô: racismo³⁷

5.3.2.1 Revista Caros Amigos

O autor desmistifica a democracia racial nas seguintes frases:

- o mito da democracia racial brasileira virou pó;

- quanto mais nos afastamos da escravidão, menos democracia racial, sonho das últimas gerações...

³⁷ Dados disponíveis no Anexo J.

- Um traço desse avanço foi reconhecer que não somos uma democracia racial e ele deve intervir, através de uma ação afirmativa.

Além disso, o racismo é apontado como um elemento estrutural das desigualdades sociais nas sentenças:

- Racismo não é sinônimo de preconceito racial;*
- o racismo inclui um dado novo – e é nele que os adversários das cotas têm razão. Só que usaram esse dado como argumento para se oporem à ação afirmativa, feita pelo Estado, quando, no fundo, é o melhor argumento a seu favor;*
- Esse dado novo, e ambivalente, é a dimensão social do racismo;*
- o racismo se institui na dimensão social;*
- A escravidão – que durou os quatro quintos iniciais da existência brasileira – não é a origem do racismo: ela é o racismo;*
- racismo é a dimensão social do preconceito.*

Admite-se a organização da população negra no enfrentamento ao racismo e a competência do Estado brasileiro para combatê-lo, conforme se observa nas frases a seguir:

- negros se organizaram para enfrentar o racismo;*
- se o racismo está na organização social, a questão passa a ser de Estado;*
- O Estado brasileiro é menos racista que o de cinquenta anos atrás;*
- Racismo é fenômeno social e, portanto, cabe ao Estado enfrentá-lo.*

5.3.2.2 Revista Carta Capital

As frases dos textos selecionados da revista Carta Capital, com referências ao racismo, apontam para uma tendência informativa, sem emissão explícita da opinião do autor ou da revista. Além disso, busca-se dar voz às opiniões contrárias e favoráveis aos dois processos julgados pelo STF: a constitucionalidade das cotas e sobre a distribuição do livro *Caçada de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, diante do diagnóstico do racismo presente na obra. Porém, o questionamento das políticas antirracismo não é respondido.

Sobre o julgamento das cotas, tiveram voz a advogada do partido Democratas e a Ministra do STF, as frases selecionadas foram:

- A decisão contraria a ação ajuizada pelo DEM em 2009, segundo o qual o sistema de cotas violaria preceitos fundamentais da Constituição de 1988, como a*

dignidade da pessoa humana, o preconceito de cor e a discriminação e prejudicaria o combate ao racismo;

- *A advogada do partido falou, durante a sessão, que os ministros decidiriam se queriam ou não um Brasil “racializado”;*

- *“A pobreza tem cor no Brasil. Negra, mestiça, amarela, mas tem cor”, afirmou a ministra Rosa Weber.*

Sobre a liberação da obra de Monteiro Lobato, as frases selecionadas denotam, além do caráter informativo do texto, o reconhecimento do racismo no campo socioeconômico e simbólico e afirmam a democracia racial como arrogante. Várias entrevistas foram realizadas, dando voz a opiniões diversas sobre o assunto, o que pode ser constatado nas sentenças:

- *A cada 17 denúncias de racismo, apenas uma vira ação penal no Brasil, segundo constatou o pesquisador Ivair Augusto dos Santos em sua tese de doutorado que virou o livro Direitos Humanos e as Práticas de Racismo;*

- *Para Santos, o racismo brasileiro é institucionalizado, “É no atendimento de saúde, na abordagem policial, no mercado de trabalho que o negro sofre racismo. No Brasil, o racismo é difícil de detectar”;*

- *Quando criança, aluno de uma escola pública da zona leste de São Paulo, Santos recebeu da professora o livro de Lobato para ler. Ficou chocado com a Tia Nastácia retratada como “macaca de carvão” e com a displicência da professora em relação ao tema;*

- *“Crianças e jovens que leem Caçadas de Pedrinho ou outras obras lobatianas opinam que o livro incentiva atitudes racistas? Leitores afrodescendentes sentem-se ofendidos quando leem as histórias do Sítio?”, pergunta-se, diz Marisa Lajolo, professora da USP e especialista em Monteiro Lobato;*

- *“Que tipo de cidadão forma a frase final de Caçadas de Pedrinho, na qual Tia Nastácia, tomando o lugar de Dona Benta em um carrinho, proclama: “Agora chegou a minha vez. Negro também é gente, sinhá...” Será que a voz da própria Tia Nastácia, no livro, não é mais convincente do que rodapés e advertências?”*

- *“O Brasil é um país racista e precisa enfrentar essa realidade”, diz Feres. “Ninguém está falando em censura. O que é preciso é combater o racismo tanto no âmbito simbólico quanto no âmbito das políticas públicas. São ambas importantes para lidar com o preconceito.”*

- *“No plano simbólico, existe uma resistência a reconhecer o racismo.*

Precisamos mostrar o negro como alguém que produz conhecimento e não como um ser animalizado”, diz Luiza Helena de Barros, ministra da Igualdade Racial;

- Mas a ministra, negra, se reserva o direito de opinar. “Nosso entendimento sempre foi o de que recursos públicos não podem ser utilizados para adquirir obras consideradas racistas. Racismo é algo que existia naquele tempo como uma posição majoritária e ainda existe hoje.”

Também é denunciado o racismo presente em outros textos de Lobato:

- O racismo de Monteiro Lobato parece surgir com nitidez nas referências animalizadas à personagem negra Tia Nastácia, sempre “a negra”;

- Está também em romances adultos, em O Presidente Negro, com toda a discussão da eugenia como solução para tensões raciais finalizada pela proposta dos raios ômega e em cartas a amigos, onde ele admitiu que sentia inveja dos norte-americanos por ter criado algo como a Ku Klux Klan.

Porém, existe um questionamento se o livro deve ou não ser vetado:

- O racismo deve ser combatido no plano concreto, via ações afirmativas, e no simbólico. Mas vetar o livro é a saída?

- Mas privar a maioria dos brasileiros (que crescem nos bancos da escola pública) de um passado vergonhoso não seria anti-histórico?

- O que o debate em torno de Lobato pode iluminar é qual a melhor maneira de se abordar o passado escravista brasileiro e o igualmente triste presente de desigualdade entre brancos e negros”.

Contudo, o que se pode concluir é que a revista tem dificuldade em tipificar o racismo e questiona a eficiência das políticas públicas que objetivam combatê-lo.

5.3.2.3 Revista Veja

Com base no discurso da revista Veja, nos textos analisados, pode-se verificar um reconhecimento do racismo como “um problema real” a ser superado, conforme a frase: “O círculo vicioso que acaba por destinar aos ricos (e brancos) a maior parte nos lugares nas universidades públicas – sustentada com o dinheiro de todos os contribuintes, incluindo negros e pobres – tem que ser quebrado”.

Porém faz uma mitigação do racismo, que é dissolvido como um problema social, que pode ser observado nas seguintes frases: “a imensa desigualdade que nasceu com a escravidão” e “Convém lembrar ainda que, na tentativa de diminuir

uma discrepância social – a desigualdade de oportunidades de pobres, mesmo se sabendo que a maioria deles é de negros – o caminho foi uma solução racial”.

Entretanto, confronta-se o racismo nos Estados Unidos e no Brasil, afirmando que nos Estados Unidos a histórica e agressiva discriminação, muitas vezes resultado de ordens do estado, foi amenizada pela integração forçada nas escolas e locais de trabalho. O que no Brasil seria uma doença real e cruel que deve ser corrigida com o acesso de todos à educação, indiscriminadamente e que existe uma imensa desigualdade que nasceu com a escravidão.

Além disso, a escravidão é retratada como injustiça social e iniquidade histórica, a política de ação afirmativa é tratada como uma prática discriminatória e a discriminação racial é relativizada, o que pode ser constatado nas afirmações:

- Negros pobres e brancos pobres, afinal, têm exatamente as mesmas dificuldades.

- não é pela raça ou cor, sobretudo autodeclarada, que um jovem deve conseguir diploma superior, mas por seu esforço e capacidade;

- as bolsas por raça ou cor são altamente discriminatórias: ou teriam de ser dadas a filhos de imigrantes japoneses, alemães, italianos, que todos sofreram grandemente chegando aqui.

Outra questão que pode ser avaliada é em relação às fotos que compõe os textos da revista Veja, foram selecionadas duas imagens, disponíveis no Anexo L – Fotografias selecionadas, que apontam para uma racialização da revista. A primeira, nomeada de foto número 1, cuja legenda é: “**A MISSÃO DA BOA ESCOLA** é ensinar as disciplinas fundamentais aos alunos, e não tentar corrigir as desigualdades do Brasil”; retrata uma criança negra de costas observando uma lousa com perguntas simples, mas sem respostas.

A foto número 2, com a legenda “**Cotas raciais** O risco de corrigir uma injustiça criando outras”, reproduz a imagem de duas jovens brancas com metade do rosto pintado de preto, segurando cartazes em protesto contra as cotas, em um deles está escrito “A FAVOR DA INCLUSÃO, CONTRA A DEFICIÊNCIA EDUCACIONAL”.

O que se pode concluir a partir dessas imagens é o perfil dos estudantes traçado pela revista, de um lado uma criança negra diante de perguntas simples, mas sem respostas que pode remeter a ignorância do aluno negro e a deficiência do ensino. Por outro lado, o retrato de jovens brancas protestando contra as cotas com

metade de seus rostos pintados de preto, referencia a defesa das alunas brancas pela eficiência educacional e pela manutenção do perfil fenótipo majoritário nas universidades públicas.

5.3.3 Termo-pivô: cotas³⁸

5.3.3.1 Revista Caros Amigos

O texto analisado demonstra que o autor discute o tema concordando estruturalmente com as cotas e que a ação afirmativa deve ser feita pelo Estado. Porém, aponta críticas, como pode ser observado na frase: *“Continuo a favor no atacado, contra no varejo”*.

Conforme observado anteriormente, o autor localiza o racismo na dimensão social e utiliza o argumento dos adversários das cotas justamente para explicar porque é favorável, de acordo com as sentenças:

- Já o racismo inclui um dado novo – e é nele que os adversários das cotas têm razão. Só que usam esse dado como argumento para se oporem à ação afirmativa, feita pelo Estado, quando, no fundo, é o melhor argumento a seu favor. Esse dado novo e ambivalente, é a dimensão social do racismo;

- Têm razão os adversários das cotas ao dizerem que “a questão do negro” é social.

5.3.3.2 Revista Carta Capital

Os textos, cujas frases foram selecionadas na categoria cotas tratam, principalmente, de três fatos distintos e interligados, com um caráter informativo apontando que tais fatos são juridicamente possíveis.

O primeiro é o julgamento da constitucionalidade das cotas pelo STF, que demonstra sua legalidade dando voz ao relator do processo, como pode ser observado nas sentenças:

- o STF julgou outro caso polêmico e se posicionou por unanimemente a favor das cotas raciais no Brasil;

³⁸ Dados disponíveis no Anexo K.

- com a decisão o tribunal considerou que as cotas não ferem e podem ser um antídoto para alcançar a igualdade racial;

-“A política de ação afirmativa deve durar o tempo necessário para corrigir as distorções”, disse Ricardo Lewandowski, relator do processo.

- A decisão deverá servir de base para outras ações.

O segundo é sobre o julgamento da reserva de vagas do Prouni, apontando o partido político que propôs a ação e reproduzindo a fala do ministro Joaquim Barbosa:

- Em consonância com a decisão do fim de abril, que reconheceu a legalidade das cotas raciais na Universidade de Brasília, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou legal, em julgamento na quinta-feira 3, a reserva de vagas por critérios sociais e raciais do Programa Universidade para Todos (ProUni);

- A ação proposta pelo DEM, afirmava que as cotas eram inconstitucionais;

- Joaquim Barbosa desta vez defendeu as cotas;

- A lei atacada não ofende o princípio da isonomia, ao contrário, busca timidamente efetivá-lo.

E o terceiro fato é a aprovação pelo Senado do projeto de lei que regulamenta as cotas nas universidades federais, com informações sobre o projeto, explicando o ponto de vista dos “defensores da proposta”, conforme as seguintes frases:

- Na terça-feira 7, o Senado aprovou o projeto que regulamenta o sistema de cotas nas universidades federais.

- Pelo texto, relatado pela senadora Ana Rita (PT-ES), 50% das vagas serão preenchidas de acordo com critérios raciais ou sociais.

- Metade das cotas será destinada a estudantes negros, pardos ou indígenas, conforme a proporção dessas população em cada estado.

- A outra metade das cotas será destinada aos alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas e cujas famílias tenham renda percapita de até um salário mínimo e meio.

- Para os defensores da proposta, a combinação de cotas raciais e sociais uniformiza as políticas de reserva de vagas em vigor nas diversas universidades federais.

- O projeto foi aprovado depois de o Supremo Tribunal Federal declarar constitucional esse tipo de ação afirmativa.

- *A proposta foi aprovada pela Câmara e só depende da sanção de Dilma Rousseff.*

- *as cotas, que pipocaram em uma ou outra universidade, vão se tornar a regra;*

- *Com a sanção presidencial à lei, metade das vagas e, todas as universidades públicas brasileiras ficará com alunos oriundos de escolas públicas (com foco em negros e indígenas).*

Entretanto, a revista também trata do Programa Nacional de Ações Afirmativas, no seguinte período:

- *O aguardado Programa Nacional de Ações Afirmativas deve sair em outubro. Com ele, a Seppir quer arrancar do governo uma verba substancial para oferecer bolsas de permanência para cotistas negros e bolsas de iniciação científica, além de pressionar por cotas para negros em todo o funcionalismo.*

O que se pode averiguar nessas frases é a utilização do termo “arrancar” para se referir a proposta da Seppir de oferecer bolsas de permanência para cotistas, além do uso do termo “pressionar” com referência as cotas para negros no funcionalismo. Esses termos indicam um posicionamento que pode ser subentendido como contrário a essas políticas, embora não sejam apresentados argumentos que justifiquem abertamente esse posicionamento.

5.3.3.3 Revista Veja

A revista Veja é abertamente contrária à instituição de cotas nas universidades públicas e apresentou diversos argumentos para justificar seu posicionamento, que tiveram como base a meritocracia, o questionamento se o problema seria social e não racial, e o comprometimento da excelência do ensino.

Primeiramente, pode ser observado o questionamento sobre o papel da escola no combate a desigualdade e a injustiça, nas seguintes frases:

- *instituíram cotas raciais;*

- *A agenda maximalista seria uma maneira de sanar desigualdades e corrigir injustiças;*

- *O Brasil deveria questionar essa agenda;*

- *Não adianta pedir ao gerente de recursos humanos que seja “solidário” na hora da contratação e leve em conta que os candidatos à vaga vêm de origens*

sociais diferentes, porque, se o recrutador selecionar o funcionário menos competente, o mais certo é que em breve ambos estejam solidariamente no olho da rua;

- *Essa pretensa revolução, como todas as outras, termina beneficiando apenas os burocratas que a implementaram.*

- *se a presidente Dilma Russeff sancionar a Lei de Cotas, deixará clara a escolha do governo de que a principal função da universidade é reparar injustiças sociais e iniquidades históricas, como a escravidão;*

A revista também informa a legitimação da constitucionalidade das cotas pelo STF e a aprovação da lei das cotas pelo Senado, mas questiona sua eficiência:

- *A aprovação do sistema de cotas universitárias para negros e pardos pode ser remédio errado para doença evidente e cruel;*

- *Na semana passada, os juízes do Supremo Tribunal Federal decidiram por unanimidade (dez votos a zero) corrigir uma parcela da herança daquele pecado original do século XIX.*

- *O STF rechaçou uma ação proposta pelo DEM contra o sistema de cotas da Universidade de Brasília (UnB), que reserva 20% das vagas para autodeclarados negros e pardos.*

- *A tese vencedora é de que as políticas de cotas raciais nas universidades estão de acordo com a Constituição e são necessárias para corrigir a trajetória de discriminação racial no Brasil.*

- *as cotas podem criar uma casta de profissionais que, tendo em escapado da escolha por meritocracia e beneficiando-se apenas da cor da pele, passem a ser vistos de modo preconceituoso.*

- *Mendes, na trilha de seus pares, votou pelas cotas por considera-las úteis agora, desde que temporárias, um tratamento desigual com o objetivo de promover, lá adiante, a igualdade.*

- *Mas apontou perversões, como a de um aluno negro e rico que, tendo sempre estudado em escola particular, ganhe a oportunidade de entrar na universidade pelas cotas, enquanto um aluno pobre, porém branco, não.*

- *Nos Estados Unidos o sistema de cotas funcionou porque a histórica e agressiva discriminação, muitas vezes resultado de ordens do estado, foi amenizada pela integração forçada nas escolas e locais de trabalho.*

- *No Brasil, o uso das cotas, aparentemente positivo, pode representar o*

remédio errado para uma doença real e cruel que deve ser corrigida com o acesso de todos à educação, indiscriminadamente.

- *Resolvendo-se o problema social, todos serão beneficiados – independente da raça autodeclarada.*

- *Uma falsa solução para um problema real;*

- *armadilhas por trás da lei que obriga as universidades federais a reservar 50% de suas vagas para estudantes da rede pública, distribuídas de acordo com a proporção de autodeclarados negros, pardos ou índios na população;*

- *Cotas raciais O risco de corrigir uma injustiça criando outras;*

- *A seu favor, no entanto, a Lei de Cotas tem a vantagem de vir com prazo de validade.*

- *Ela vai vigorar por dez anos, período em que se poderão avaliar, inclusive suas supostas vantagens – como a de que, ao misturar alunos mais preparados, egressos das boas escolas com alunos menos preparados vindos das deficientes escolas públicas, os primeiros “puxariam” os segundos para cima.*

- *dependendo da decisão da presidente Dilma Russeff, uma em cada duas vagas nas universidades federais estará reservada para egressos do ensino público, negros, índios e pardos.*

- *É uma forma equivocada de corrigir distorções.*

- *uma lei que vai mudar radicalmente o ensino público superior no Brasil – e não necessariamente para melhor.*

- *Caso receba a sanção presidencial sem vetos importantes, como tudo indica que ocorrerá, uma em cada duas vagas nas universidades federais passará a ser preenchida por critérios que desprezam o mérito.*

- *Alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas terão direito a 120000 das 240000 vagas disponíveis nas federais.*

- *Pretos, pardos e índios, não importa o seu desempenho escolar, passam a ter lugar garantido nos bancos das universidades na proporção da população verificada pelo Censo do IBGE em cada estado. Metade dessa cota vai para estudantes vindos de família de baixa renda.*

- *das 2341 instituições de ensino superior no Brasil, apenas 59 serão afetadas pela Lei das Cotas;*

- *além das federais, o projeto inclui alguns cursos técnicos do ensino médio e profissionalizantes ligados ao Ministério da Educação.*

- Em termos absolutos, é bem pouco. Ocorre que, juntamente com as universidades estaduais, as universidades federais são a mais importante usina de descobertas científicas, conhecimento e pesquisa do Brasil.

- Agora, a Lei de Cotas poderá desviar esse curso.

- Em vez de ir para os alunos mais preparados, quase sempre egressos de escolas particulares, metade das vagas caberá aos menos preparados, vindos do deficiente ensino público.

- A Lei das Cotas, tal como foi enviada para a sanção de Dilma Rousseff, não é ruim apenas porque põe em risco a produção de conhecimento no país e atropela a meritocracia.

- Ela é ruim também porque mascara e força a perpetuação de um dos problemas mais graves da educação do Brasil: a péssima qualidade das escolas públicas do ensino médio e fundamental.

- Um raciocínio a favor da Lei das Cotas diz que, com essa reserva de vagas, a tendência será que muitos pais tirem seus filhos de escolas particulares para coloca-los em instituições públicas. Isso levaria a um aumento na cobrança de qualidade por parte de uma parcela da população com maior poder de reivindicação e a uma consequente melhora do ensino. Infelizmente isso é pouco provável.

- Na prática, o efeito da lei será acabar com a competição – e a comparação – entre as escolas públicas e privadas.

- Agora com uma vaga em uma universidade garantida para os estudantes das escolas públicas, perde-se um poderoso mecanismo de pressão sobre os governantes pela melhora do ensino público.

- A ideia de conceder estímulos aos que sempre viveram em desvantagem é boa e justa. Mas, ainda que se conclua que a universidade é o melhor lugar pra essa ação, o critério racial não é o mais sensato para balizá-la.

- muito mais justo seria que se expandisse o alcance do critério econômico – que na lei atual ficou com apenas um quarto das vagas. Negros pobres e brancos pobres, afinal, têm exatamente as mesmas dificuldades.

- Em vez de corrigir a questão na base, a Lei de Cotas põe o peso da correção de distorções sociais nos ombros da universidade, numa atitude populista que traduz a visão de que a universidade, assim como o conhecimento, não tem importância.

- Autoridades, altos cargos, líderes em boa parte desinformados,

desinteressados, incultos, lamentáveis. Alunos que saem do ensino médio semianalfabetos e assim entram nas universidades, que aos poucos – refiro-me às públicas – vão se tornando reduto de pobreza intelectual. As infelizes cotas, contra as quais tenho escrito e às quais me oponho desde sempre, servem magnificamente para alcançarmos este objetivo.

- E as cotas roubam a dignidade daqueles que deveriam ter acesso ao ensino superior por mérito, porque o governo lhes tivesse dado uma ótima escola pública e bolsas excelentes: não porque, sendo incapazes e despreparados, precisassem desse empurrão.

- Meu conceito serve para as cotas raciais também: não é pela raça ou cor, sobretudo autodeclarada, que um jovem deve conseguir diploma superior, mas por seu esforço e capacidade, porque teve ótimos 1.^o e 2.^o graus em escola pública e/ou bolsas que o ampararam.

Observa-se também que, enquanto a aplicação das cotas nos EUA é elogiada, no Brasil ela é rechaçada:

- Nos Estados Unidos o sistema de cotas funcionou porque a histórica e agressiva discriminação, muitas vezes resultado de ordens do estado, foi amenizada pela integração forçada nas escolas e locais de trabalho.

- No Brasil, o uso das cotas, aparentemente positivo, pode representar o remédio errado para uma doença real e cruel que deve ser corrigida com o acesso de todos à educação, indiscriminadamente.

Contudo, dois “especialistas” respaldam a opinião da revista:

- “(...) é mais fácil criar cotas do que investir na base” – afirma o economista Claudio de Moura Castro, especialista em educação e articulista de VEJA.

- “As pesquisas que aferem o rendimento de cotistas são muito discutíveis, porque são feitas pelas próprias instituições interessadas em comprovar que suas políticas funcionam”, diz o sociólogo Demétrio Magnoli.

Além disso, o fato da lei de cotas não ser aplicável às escolas militares também é utilizado para questionar a seriedade dessa política:

- O próprio governo parece reconhecer, ainda que implicitamente, o risco que a nova lei impõe ao ensino de alto padrão no país.

- instituições de excelência, como o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e o IME (Instituto Militar de Engenharia), ficaram livres das cotas. O que mostra que, quando o assunto é “sério”, o que se leva em conta é mesmo o mérito e a

capacidade.

5.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As revistas Caros Amigos, Carta Capital e Veja, produzem discursos distintos nas categorias educação, racismo e cotas que podem ser avaliados de acordo com o que Eni Orlandi considera como condições de produção e interdiscurso que compreendem no seu fundamento os sujeitos e a situação.

Os resultados das análises por termos-pivôs possibilitou a avaliação do discurso ideológico das revistas selecionadas sobre as cotas sócio-raciais nas universidades. Vários fatores podem ser observados nos discursos das revistas analisadas.

Caros Amigos é uma revista de periodicidade mensal, que faz uma profunda reflexão em seus textos. Nas edições analisadas observaram-se pelo menos três colunistas negros: o poeta Sérgio Vaz, o MC Leonardo e o professor Joel Rufino dos Santos, que escreveu os dois textos selecionados para análise.

O discurso construído pelo autor aponta para uma consciência das desigualdades raciais e da superação dessas desigualdades pela educação, além de creditar a luta do movimento negro para a conquista dessas políticas. O posicionamento favorável às cotas ocorre por conta de uma visão histórica e estrutural do racismo, apesar de questionar a maneira como a política de cotas será realizada.

Contudo, a revista Caros Amigos, ao dar voz para um professor negro, gera um discurso de maior representatividade e legitimidade. Segundo MILLS, os negros estão mais bem posicionados para supostamente obterem os desejados ideais políticos desejados, se puderem identificar e explicar os obstáculos à sua realização.

A revista Carta Capital tem um viés político de esquerda, com um enfoque econômico. Seu discurso tem um caráter aparentemente informativo, evitando transparecer a opinião da revista e dando voz a posicionamentos favoráveis e contrários aos temas selecionados. Discute as cotas do ponto de vista de sua legalidade, e a educação pela sua eficiência.

Trata a promoção da igualdade racial como uma “luta política interna do governo”, quando afirma que a ministra da Seppir tenta “arrancar” verbas do governo federal. Entretanto, a temática do racismo é discutida em dois textos sobre o livro

“Caçadas de Pedrinho”, de Monteiro Lobato, com opiniões divergentes e o questionamento se a distribuição do livro deve ser realmente banida ou mantida, sem chegar a uma conclusão.

Dessa maneira, a Carta Capital apresenta dificuldade de tipificar o racismo, evitando emitir um posicionamento contrário ou favorável às cotas sócio-raciais. Além de sustentar a legalidade das políticas de ação afirmativa e ignorar o papel do movimento negro para promoção dessas políticas. Dessa maneira, evita o comprometimento de se opor abertamente às políticas instituídas pelo Governo Federal e às elites contrárias a tais políticas.

A revista Veja tem um perfil conservador com viés político de direita e pertence ao Grupo Abril, que detém várias empresas na área de educação. Nos textos analisados, observa-se que a revista trata a educação como um negócio. E assim, mitiga a desigualdade racial como uma desigualdade social que pode ser solucionada com a “aquisição” de um conhecimento instrumental “eficiente” para a preparação ao mercado de trabalho.

Embora reconheça as desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, busca justificar sua opinião abertamente contrária as cotas sócio-raciais,. Defende também a continuidade de uma classe intelectual elitizada como legítima formadora de opinião e a alienação dos pobres pelo poder público, cujas políticas de inclusão seriam ineficazes e populistas. Apresentando um discurso que naturaliza as desigualdades sociais e nega as desigualdades raciais, reproduz as funções manifestas e latentes do racismo, analisadas por Florestan Fernandes e descritas anteriormente no segundo capítulo.

Além disso, a revista Veja busca uma argumentação alicerçada no mito fundador que, de acordo com Marilena Chauí, citado no início deste capítulo, polariza a sociedade brasileira e não percebe como violência a relação entre o privilégio das camadas dirigentes e dominantes, e a carência das camadas populares. Portanto, silencia-se diante da iniciativa do movimento negro na legitimidade das ações afirmativas, creditando ao Governo Federal o uso populista dessas políticas.

6 CONCLUSÕES

O preconceito, a discriminação racial e o racismo têm definições distintas, mas fazem parte da engrenagem que mantém e naturaliza as relações raciais segregando socioeconomicamente a população negra no Brasil.

Charles Mills denuncia que o Contrato Social, idealizado por pensadores europeus, é na verdade um “Contrato Racial”, que acompanha a consciência moral da maioria dos agentes brancos. Dessa maneira, ao reconhecer a realidade política que os não-brancos sempre reconheceram, a teoria do “Contrato Racial” mostra sua superioridade pelo fato de ser um contrato social ostensivamente abstrato e geral, mas que na verdade é “branco”.

As relações sociais do período colonial foram baseadas pela raça no instituto da escravidão, que constituiu a formação do Estado Brasileiro pela mão-de-obra dos não-brancos: negros e indígenas. Entretanto, após a Abolição da Escravidão e da Proclamação da República, o Brasil chega à modernidade sem integrar a população negra ao trabalho livre e incentivando a imigração de brancos europeus para a formação da classe trabalhadora assalariada.

Os primeiros intelectuais e as instituições de pesquisa recorreram a teorias racialistas para disseminar e naturalizar o racismo, justificando a desigualdade social como um problema racial. Esses intelectuais tinham a pretensão de livrar o país do “prejuízo da cor” incentivando a mestiçagem como forma de branqueamento da população, como o projeto de João Batista Lacerda, que extingiria a população negra em até cem anos.

Entretanto nem todos os intelectuais conjecturaram dos ideais de branqueamento, Gilberto Freyre afirmava a harmonia nas relações de poder e subalternidade entre brancos e negros numa suposta “democracia racial”, que serviu como argumento para a negação do racismo e da discriminação racial brasileira, inclusive no exterior.

Essa suposta “democracia racial” ecoou na Unesco como um ideal a ser perseguido após as investidas nazistas da segunda guerra mundial. Porém, o Projeto Unesco, que reuniu pesquisadores de diversas regiões, inclusive intelectuais das escolas de sociologia de São Paulo, desmascarou a falaciosa “democracia racial” e concluiu que o Brasil era um país racista e que sua sociedade pratica o racismo cordial, naturalizado nas relações sociais entre brancos e negros.

Atualmente, o racismo institucional é um dos principais fatores de segregação, e os dados socioeconômicos com recorte racial denunciam que os negros mantêm os piores índices nos níveis de escolaridade, renda, postos de trabalho, saúde e mortalidade em relação aos brancos.

A mídia, considerada por John Thompson como uma das formas do poder simbólico desde os primórdios da imprensa, é formada atualmente por conglomerados empresariais. Contudo a notícia é produzida tecnicamente pelo que Muniz Sodré denomina de midiatização do bios virtual, pelas elites logotécnicas que detêm o poder da mídia e praticam o racismo midiático. Essa prática é conduzida por estereótipos que disseminam a discriminação racial, além dos fatores de recalçamento, da indiferença e da negação do racismo.

O movimento negro, que lutou pela liberdade antes da Abolição da Escravidão, continua lutando nos dias atuais pela promoção da igualdade racial. Sua participação na Assembleia Constituinte de 1988 – denunciando o racismo institucional, a discriminação racial e exigindo os direitos da população negra – resultou em uma Constituição que contempla os direitos à igualdade, à posse das terras remanescentes de quilombos e a criminalização do racismo.

Além disso, a última década foi marcada pela instituição de políticas de ações afirmativas. Tais políticas visam o empoderamento da população negra, bem como seu acesso às universidades públicas e consequentemente à elite intelectual brasileira. Porém, tais políticas têm encontrado dificuldades para serem concretizadas e têm sido rechaçadas pela mídia.

O discurso da mídia é conduzido pelo discurso autoritário da classe dominante brasileira, que Marilena Chauí denuncia como eficaz no bloqueio da esfera pública da opinião e de ações sociais que expressam direitos e interesses de classes e grupos sociais antagônicos e/ou diferenciados. Dessa forma, o discurso do poder define como unanimidade o consenso e, de um lado posta como atraso, perigo ou obstinação vazia a discordância, e de outro a informação é monopolizada pelos “mass media”.

As relações de poder e subalternidade no Brasil são mantidas pelo racismo institucional nas esferas de poder econômico, político e coercitivo que naturaliza a produção e a reprodução das desigualdades através do discurso das elites que detêm o poder simbólico da mídia.

Apesar da mobilização do movimento negro que resultou na conquista de

políticas públicas de ações afirmativas, um longo percurso ainda há de ser trilhado para o empoderamento da população negra e a efetiva igualdade racial.

REFERÊNCIAS³⁹

ABRIL. **Assine Abril: VEJA.** Disponível em: <<https://www.assine.abril.com.br/portal/revista!initRevista.action?codProjeto=901&origem=sr/ve/menu>>. Acesso em: 30 Abr. 2012.

_____. **VEJA. Acervo digital da revista Veja.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: Maio de 2014.

ABRIL EDUCAÇÃO. **Conheça a Abril Educação.** Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/Educa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 5 Abr. 2014.

ADORNO, Theodor W, **Indústria cultural e sociedade**. Seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida traduzido por Juba Elisabeth Levy et al. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDREWS, George Reid. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo: v. 11 n. 30, p. 95-115, 1997.

_____. **América afro-latina, 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

BATISTA, Leandro Leonardo; LEITE, Francisco Geovani. **O negro nos espaços publicitários brasileiros : perspectivas contemporâneas em diálogo**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, Universidade de São Paulo, 2011.

BEZERRA, Teresa Olinda Caminha; GURGEL, Claudio. A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. **Revista Eletrônica Sustainable Business International Journal**, n. 9, p. 1-22, Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.sbijournal.uff.br/index.php/sbijournal/article/view/15/10>>. Acesso em: 5 Jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00001626.pdf>>. Acesso em: 3 Abr. 2014.

_____. Ministério Da Educação. **O Programa Universidade para Todos**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em: 3 Abr. 2014.

³⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. DF: Senado, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2010**: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007. 372 p.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. **Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/destaques>> Acesso em: 3 Abr. 2014.

_____. **Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre>>. Acesso em: 3 Abr. 2014.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. 1 Maio 1500. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>> Acesso em: 29 Nov. 2012

CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CARLOS, Elza da Silva. **Fala Preta!**: mulheres negras no espaço urbano: origem e memória – 1997-2007. São Paulo: PUC, 2009.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Set./Dez. de 2003.

CAROS AMIGOS. **História de Caros Amigos**. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/quem-somos/hitoria-da-caros-amigos>>. Acesso em: 30 Abr. 2012.

CARTA CAPITAL. **Sobre a Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sobre-cc/>>. Acesso em: 30 Abr. 2012.

CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES; OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÍDIA. **Relatório final**: A mídia impressa no Brasil e a agenda da promoção da igualdade racial. Jornais e revistas 2001-2011. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/arquivos/relatorio_igualdadesite.pdf>.

Acesso em: 23 Ago. 2011.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

_____. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Perseu Abramo. 2013.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: EDICON, 1992.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v.12, n. 23, p. 100-122, 2007.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Linha do tempo sobre o Movimento Negro e a resistência popular em busca da cidadania**. Disponível em: <<http://www.enfpt.org.br/eol/timeline/timeline-primeira.php#164>> Acesso em: 15 Abr. 2014.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: volume 2 no limiar de uma era. São Paulo: Globo, 2008. v. 2.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. **Saúde da população negra no Brasil**: contribuições para a promoção da equidade. Brasília, DF: Funasa, 2005.

GELEDÉS. **Quem somos**. Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2009. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/geledes/quem-somos/455-geledes-instituto-da-mulher-negra>>. Acesso em: 3 Abr. 2014.

GOES, Emanuelle F.; NASCIMENTO, Enilda R. Mulheres negras e brancas: as desigualdades no acesso e utilização de serviços de saúde no Estado da Bahia. In: WERNECK, Jurema; BATISTA, Luís Eduardo; LOPES, Fernanda (Comp.). **Saúde da população negra**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (Comp.). **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 2005.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

IANNNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial na visão de seus conselheiros**. Relatório de pesquisa do Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília: IPEA, 2012.

_____. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013

JACCOUD, Luciana, (Com.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

LIPPMAN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: v. 14, n. 41, p. 141-158, Out. 1999.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MILLS, Charles Wade. **The Racial Contract**. EUA: Cornell University Press, 1997.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. **Rebeliões da senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2014.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **Jornal Nêgo:** Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado. 14 Abr. 1988. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PNEGOBA041988014.pdf>>. Acesso em: 1 Abr. 2014.

MUNANGA, Kabengele; Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n.68, dez./fev. 2005-2006, p. 46-57.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2008.

_____. **Teoria social e relações raciais no Brasil Contemporâneo.** Cadernos Penesb, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

_____; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global Editora : Ação Educativa, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetórias e reflexões. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-africanismo na América do Sul emergência de uma rebelião negra.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) da Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 1981.

NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. **O beabá do racismo contra o negro brasileiro:** subsídio didático para estudantes universitários, educadores, professores, formadores de opinião e militantes. Rondonópolis, MT: Print Editora, 2010.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Revista Tempo Social**, São Paulo: v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2006.

OLIVEIRA, Dennis de. **Imprensa sindical, globalização neoliberal e mundo no mercado de trabalho.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

_____. **Racismo no Brasil:** estratégias políticas de combate ao racismo na sociedade capitalista contemporânea. São Paulo: Unegro, 2000.

_____. Racismo midiaticizado e mecanismos de tolerância opressiva in; PRUDENTE, Celso (org.). **Cinema negro**. São Paulo: Fiuza, 2008, vol. II.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Comp.). **Discurso fundador** (A formação do país e a construção da identidade nacional). Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. **Língua e conhecimento linguístico:** para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Revista Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, Jun. 2005.

_____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PAHIN, Paulo. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília: Senado Federal, 2006.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo:** luta, e identidade. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16 n. 3, p. 887-896, Set./Dez. 2008.

RADOMYSLER, Clio Nudel. STF: um espaço de luta do movimento negro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 31-51, 2013.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Dossiê Aborto:** Mortes Preveníveis e Evitáveis. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2005. Disponível em: <<http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/081.pdf>>. Acesso em: 15 Abr. 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 987-1004, Set./Dez. 2008.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. **Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Nassangana, 2009.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos Humanos e as Práticas De Racismo**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012.

SANTOS, Jocélio Teles dos; QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In: SANTOS, Jocélio Teles dos (Comp.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras**. Salvador: CEAO, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Espetáculo da miscigenação. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo: v. 8, n. 20, p. 137-152, Abr. 1994.

SILVA, Joselina. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 2, p. 215-235, 2003.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, n. 117, p. 219-246, Nov. 2002.

SISTEMA DE PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED). **A inserção dos negros no mercado de trabalho**. Departamento Intersindical de Pesquisa e Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), nov. 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisePED/2013/2013pednegrosmetEspecial.pdf>>. Acesso em: 27 Jun. 2014.

_____. **Os negros no trabalho**. Boletim eletrônico do Departamento Intersindical de Pesquisa e Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), nov. 2013.

Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pednegrosmetEspecial.pdf>. Acesso em: 27 Jun. 2014.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

UNIÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE. **Apresentação da UNEGRO**. Disponível em: http://www.unegro.org.br/site/institucional.php?id=63&id_texto=1. Acesso em: 15 Abr. 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: A Cor dos Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília, DF: SEPPIR/PR, 2012.

WERNECK, Jurema. A luta continua: o combate ao racismo no Brasil pós-Durban. In: INSTITUTO DEL TERCER MUNDO URUGUAI; INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Observatório da Cidadania 2005**: Rugidos e Sussurros. Montevideu: IteM; Rio de Janeiro: Ibase, 2005.

ANEXO A – Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.

Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo Prouni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do Prouni responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do Prouni, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º O termo de adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Lei.

§ 2º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 3º A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo Prouni, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 4º A instituição privada de ensino superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no caput deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas

parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da [Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999](#), em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 5º Para o ano de 2005, a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá:

I - aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados;

II - alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da [Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999](#), em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica.

§ 6º Aplica-se o disposto no § 5º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, e o disposto no caput e no § 4º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do exercício de 2006, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição.

Art. 6º Assim que atingida a proporção estabelecida no § 6º do art. 5º desta Lei, para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo na proporção necessária para estabelecer aquela proporção.

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao Prouni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do

§ 1º deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios dos arts. 1º e 2º desta Lei.

§ 3º As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

~~§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por 3 (três) avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei.~~

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por duas avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.509, de 2007)

§ 5º Será facultada, tendo prioridade os bolsistas do Prouni, a estudantes dos cursos referidos no § 4º deste artigo a transferência para curso idêntico ou equivalente, oferecido por outra instituição participante do Programa.

Art. 8º A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005)

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar no 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas

hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º A isenção de que trata este artigo será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas. [\(Incluído pela Lei nº 12.431, de 2011\).](#)

Art. 9º O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º desta Lei e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de 1/5 (um quinto);

II - desvinculação do Prouni, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, conforme dispuser o regulamento, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º desta Lei terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do Prouni, aplicando-se o disposto nos [arts. 32 e 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), no que couber.

§ 3º As penas previstas no caput deste artigo não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se der em face de razões a que a instituição não deu causa.

Art. 10. A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de cursos de graduação ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

~~§ 1º A instituição de que trata o caput deste artigo deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.~~
[\(Revogado pela Lei nº 12.101, de 2009\)](#)

~~§ 2º Para o cumprimento do que dispõe o § 1º deste artigo, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput deste artigo, as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudante enquadrado no § 2º do art. 1º desta Lei e a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa. (Revogado pela Lei nº 12.101, de 2009)~~

§ 3º Aplica-se o disposto no caput deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei.

§ 4º Assim que atingida a proporção estabelecida no caput deste artigo para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e sequencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo integrais na proporção necessária para restabelecer aquela proporção.

§ 5º É permitida a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do Prouni, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3º e no inciso II do caput e §§ 1º e 2º do art. 7º desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

~~I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde; (Revogado pela Lei nº 12.101, de 2009)~~

~~II - para cumprimento do disposto no inciso I do caput deste artigo, a instituição: (Revogado pela Lei nº 12.101, de 2009)~~

~~a) deverá oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral a estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de curso de graduação ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 10 desta Lei; (Revogado pela Lei nº 12.101, de 2009)~~

~~b) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), destinadas a estudantes enquadrados no § 2º do art. 1º desta Lei, e o montante direcionado para a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa; (Revogado pela Lei nº 12.101, de 2009)~~

III - gozar do benefício previsto no § 3º do art. 7º desta Lei.

§ 1º Compete ao Ministério da Educação verificar e informar aos demais órgãos interessados a situação da entidade em relação ao cumprimento das exigências do Prouni, sem prejuízo das competências da Secretaria da Receita Federal e do Ministério da Previdência Social.

§ 2º As entidades beneficentes de assistência social que tiveram seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos, nos 2 (dois) últimos triênios, unicamente por não atenderem ao percentual mínimo de gratuidade exigido, que adotarem as regras do Prouni, nos termos desta Lei, poderão, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei, requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS a concessão de novo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e, posteriormente, requerer ao Ministério da Previdência Social a isenção das contribuições de que trata o [art. 55 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

§ 3º O Ministério da Previdência Social decidirá sobre o pedido de isenção da entidade que obtiver o Certificado na forma do caput deste artigo com efeitos a partir da edição da [Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004](#), cabendo à entidade comprovar ao Ministério da Previdência Social o efetivo cumprimento das obrigações assumidas, até o último dia do mês de abril subsequente a cada um dos 3 (três) próximos exercícios fiscais.

§ 4º Na hipótese de o CNAS não decidir sobre o pedido até o dia 31 de março de 2005, a entidade poderá formular ao Ministério da Previdência Social o pedido de isenção, independentemente do pronunciamento do CNAS, mediante apresentação de cópia do requerimento encaminhando a este e do respectivo protocolo de recebimento.

§ 5º Aplica-se, no que couber, ao pedido de isenção de que trata este artigo o disposto no [art. 55 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

Art. 12. Atendidas as condições socioeconômicas estabelecidas nos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei, as instituições que aderirem ao Prouni ou adotarem suas regras de seleção poderão considerar como bolsistas do programa os trabalhadores da própria instituição e dependentes destes que forem bolsistas em decorrência de convenção coletiva ou acordo trabalhista, até o limite de 10% (dez por cento) das bolsas Prouni concedidas.

Art. 13. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, que adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei e que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o [§ 7º do art. 195 da Constituição Federal](#), que optarem, a partir da data de publicação desta Lei, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo [art. 7º-A da Lei no 9.131, de 24 de novembro de 1995](#), passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Parágrafo único. A pessoa jurídica de direito privado transformada em sociedade de fins econômicos passará a pagar a contribuição previdenciária de que trata o caput deste artigo a partir do 1º dia do mês de realização da assembléia geral que autorizar a transformação da sua natureza jurídica, respeitada a gradação correspondente ao respectivo ano.

Art. 14. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES as instituições de direito privado que aderirem ao Prouni na forma do art. 5º desta Lei ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei.

Art. 15. Para os fins desta Lei, o disposto no [art. 6º da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002](#), será exigido a partir do ano de 2006 de todas as instituições de ensino superior aderentes ao Prouni, inclusive na vigência da [Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004](#).

Art. 16. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º desta Lei, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos 2 (dois) subseqüentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9º desta Lei, bem como o demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por 1 (um) representante do Ministério da Educação, 1 (um) do Ministério da Fazenda e 1 (um) do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput deste artigo.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. O Poder Executivo dará, anualmente, ampla publicidade dos resultados do Programa.

Art. 19. Os termos de adesão firmados durante a vigência da [Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004](#), ficam validados pelo prazo neles especificado, observado o disposto no § 4º e no caput do art. 5º desta Lei.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 21. Os incisos I, II e VII do caput do art. 3º da Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3o

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil;

II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil;

.....

VII - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil." (NR)

Art. 22. O [Anexo I da Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004](#), passa a vigorar com a alteração constante do Anexo I desta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2005; 184^o da Independência e 117^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Tarso Genro

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.1.2005

ANEXO B - Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos

de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário mínimo e meio) per capita.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Art. 7º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF

Aloizio Mercadante

Miriam Belchior

Luís Inácio Lucena Adams

Luiza Helena de Bairros

Gilberto Carvalho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.8.2012

ANEXO C – Matérias selecionadas revista Caros Amigos

1 Sessão: Amigos de Papel. Título: POR QUE AFRODESCENDENTES?

Edição número 181 Ano XVI, abril de 2012, página 17:

Revista Caros Amigos - Ano XVIII 181/2012 - Abril - p.17

AMIGOS DE PAPEL

Joel Rufino dos Santos

...

POR QUE AFRO-DESCENDENTES?

Palavras, como tudo, nascem, vivem e morrem. Aliás, é para isso que servem os historiadores: mostrar como um país, um deus, uma palavra se transformam em outros, parecidos, mas diferentes. De passagem, reconheçamos que os historiadores também nos divertem.

Hoje em dia, muitos se aborrecem quando chamados de negros, crioulos, escuros, de cor etc. Exigem o afrodescendente (ou afro-brasileiro). Outros ridicularizam o termo, se aborrecem com sua catadura politicamente correta.

A palavra afrodescendente tem menos de 30 anos. A geração anterior se chamava a si de negros, rejeitando os apelativos de cor, preto, escuro, moreno etc. A mudança dessa preferência não foi aleatória, correspondeu a mudanças em outros setores da sociedade. A economia brasileira se tornou competitiva, surgiu um movimento negro, a África ganhou prestígio mundial, o mito da democracia racial brasileira virou pó etc. Nesse meio tempo, a ideia de Brasil continuou parecida, mas ficou diferente. Essa nova

ideia, no que respeita aos negros (afrodescendentes), trocou o nome antigo pelo novo.

Negros politizados e mídia popularizaram o termo afro-brasileiro. A África, até há pouco tempo, não era um referência popular no Brasil. Só lembrava Tarzan, Jane, Lothar. Para a maioria dos negros brasileiros, sua ascendência africana nada representava, tal a ignorância sobre o continente africano. Hoje, não. Lembra, por exemplo, Nelson Mandela.

Em que somos africanos? Podemos, de verdade, usar a palavra afrodescendente para nos identificar?

A UNESCO está relançando no Brasil a História Geral da África. Os mais conceituados africanistas nos mostram como as populações africanas mudaram desde a pré-história até hoje. Descobrimos nessa obra monumental, em vários volumes, que há muitas Áfricas dentro da África; como há muitas Américas dentro da América; Ásias dentro da Ásia; e Europas dentro da Europa. Na África há povos que nunca se

conheceram, culturas que nunca se cruzaram.

A questão se repõe: somos afrodescendentes de quem?

Temos de decompor a resposta. No plano genético, os brasileiros descendem em boa parte de africanos. Mas não é simples, como parece. Primeiro, todos os seres humanos descendem, geneticamente, de africanos. Segundo, todos os brasileiros descendem, em graus variáveis, de africanos.

Valores e hábitos africanos continuaram no Brasil, entrelaçados, por vezes fundidos, a europeus e indígenas. A civilização brasileira, isto é, a nossa maneira de ser, dá continuidade à africana, em outro ambiente (a América) e em outro tempo (os tempos modernos). Os brasileiros, e não só os negros, são, em certo sentido, neo-africanos. Quanto à dinâmica histórica, Padre Vieira lembrou que sem Angola não haveria Brasil; e sem o tráfico, para não ir longe, o capitalismo brasileiro não teria deslanchado.

A palavra afrodescendente é, portanto, verossímil e aceitável. Mas há um problema. A África e o Brasil mudaram muito desde que existem. E se, ao invés de nos atermos a certos valores e hábitos, quisermos realçar o que mudou? Talvez, então, seja preferível a palavra da geração anterior: negros. Só para os religiosos há uma Palavra verdadeira. Para os historiadores há palavras, cada uma com sua verdade. ■

Joel Rufino é historiador.

2 Sessão: Amigos de Papel. Título: A MAÇÃ E AS COTAS
Edição número 184, ano XVI, julho de 2012, página 17:

AMIGOS DE PAPEL

*Revista Caros Amigos - nº 184 - Ano XVI
julho 2012 - p. 15*

Joel Rufino dos Santos
...

A MAÇÃ E AS COTAS

Apreendi um bocado com os adversários das cotas raciais, lhes dei razão em alguns pontos. Continuo a favor no atacado, contra no varejo.

Racismo não é sinônimo de preconceito racial. Mesmo em períodos históricos e latitudes diferentes, estamos quase todo o tempo demonstrando preconceito "racial". Na África há povos que temem e odeiam brancos pela sua cor, ou pelo cheiro. Tenho conhecidos que não gostam de paraibas. Em São Paulo, no começo do século XX era disseminado o preconceito contra carcamanos. Sendo universal, o preconceito é quase benigno: protege um grupo humano contra o outro. E, geralmente, se esvanece pelo contato, sobretudo o sexual.

Já o racismo inclui um dado novo - e é nele que os adversários das cotas têm razão. Só que usam esse dado como argumento para se oporem à ação afirmativa, fei-

ta pelo Estado, quando, no fundo, é o melhor argumento a seu favor.

Esse dado novo, e ambivalente, é a dimensão social do racismo. Têm razão os adversários das cotas ao dizerem que a "questão do negro" é social. E que se corrige a desigualdade racial na escola e nos empregos através da justiça social. Alguns, nesse momento do debate, se lembram dos brancos pobres: o que será deles se adotarmos as cotas? Serão discriminados? A pergunta faz sentido. Não adianta fugir dela, temos de responder de forma convincente. Penso que podemos fazer isso no plano do discurso; no da realidade, ninguém pode estar certo antes da prova. A prova da existência da maçã está em comê-la.

O preconceito dispensa, em termos, a dimensão social. O racismo não dispensa: ele se institui precisamente nessa dimensão social. A escravidão - que durou os quatro quintos iniciais da existência brasileira - não é a origem

do racismo: ela é o racismo. A nossa formação social foi marcada por isso: brancos em cima, negros embaixo. Isso não durou dez, cinquenta anos, durou quatrocentos, aproximadamente.

A formação social seguinte (digamos até 1930) manteve essa linha de classe. A atual formação, que se gestou com a Revolução de Trinita, também a manteve. Com pelo menos duas novidades. Primeiro, a linha de classe que se parava brancos e negros se reforçou em vários aspectos. Por exemplo, nos empregos de alta tecnologia, na universidade, na diplomacia, há menos negros que no serviço público comum (forças armadas, serviços etc.). Ou seja, quanto mais nos afastamos da escravidão, menos democracia racial, sonho das últimas gerações. Segundo, os negros se organizaram para enfrentar o racismo.

E aí que entra o Estado: se o racismo está na organização social, a questão passa a ser de Estado. O Estado brasileiro é menos racista que o de cinquenta anos atrás, isto é, já não é tão fiel à linha de classe. Um traço desse avanço foi reconhecer que não somos uma democracia racial e ele deve intervir, através de uma ação afirmativa. Em suma: racismo é a dimensão social do preconceito. Racismo é fenômeno social e, portanto, cabe ao Estado enfrentá-lo.

Joel Rufino é historiador.

ANEXO D – Matérias selecionadas revista Carta Capital

1 Sessão: A Semana. Título: A pobreza tem cor

Edição número 695, ano XVII, 2/5/2012, página 21:

Revista Carta Capital - Ano XVII
nº 695 - 2/5/2012 P. 21

CartaCapital

A Semana

ABRIL 2012

S	T	Q	Q	S	S	D
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

A pobreza tem cor

JUSTIÇA | O STF decide por unanimidade que o sistema de cotas é constitucional

APÓS A ACALORADA votação que legalizou o aborto em caso de anencefalia, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou outro caso polêmico e se posicionou unanimemente a favor das cotas raciais no Brasil. Por 10 votos a 0, a Corte julgou, na quinta 26, constitucional o sistema de cotas adotados pela Universidade de Brasília (UnB), que reservava 20% de suas vagas para alunos que se declararam negros ou pardos. A decisão contraria a ação, ajuizada pelo DEM em 2009, segundo a qual o sistema de cotas violaria preceitos fundamentais da Constituição de 1988, como a dignidade da pessoa humana, o preconcei-

Relator. As cotas devem durar até corrigir as distorções, afirmou Lewandowski

to de cor e a discriminação e que prejudicaria o combate ao racismo. A advogada do partido falou, durante a sessão, que os ministros decidiriam se queriam ou não um Brasil "racializado". Com a decisão, o tribunal considerou que as cotas não fere-
ram a Constituição e podem ser um antídoto para alcançar a igualdade racial. "A pobreza tem cor no Brasil. Negra, mestiça, amarela, mas tem cor", afirmou a ministra Rosa Weber. "A política de ação afirmativa deve durar o tempo necessário para corrigir as distorções", disse Ricardo Lewandowski, relator do processo. A decisão deverá servir de base para outras ações. ●

Ustra, não descansa em paz

DITADURA | O MPF denuncia o coronel e um delegado pelo sequestro de Aluísio Palhano

UM GRUPO de procuradores do Ministério Público Federal (MPF) anunciou na terça-feira 24 uma denúncia por sequestro qualificado contra duas tenebrosas figuras da ditadura: o ex-comandante do DOI-Codi de São Paulo, coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, e Dirceu Gravina, delegado da Polícia Civil. Segundo o MPF, ambos participaram da prisão ilegal e tortura do bancário e líder sindical Aluísio Palhano Ferreira em maio de 1971. Se condenados, podem ficar até oito anos na prisão. Palhano presidiu duas entidades de bancários e atuou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Essa é a segunda ação do MPF por sequestro qualificado contra agentes do Estado

na ditadura. O órgão entende que o crime é permanente e está em execução até o aparecimento da vítima. Logo, não se encaixaria na Lei da Anistia que abrange crimes entre 1961 e 1979. No Pará, uma ação com a mesma tese contra o coronel Sebastião Curió Rodrigues de Moura não foi aceita pela Justiça. Em São Paulo, informa o MPF, há outros 14 casos semelhantes sob investigação. ●

Um código ruralista

Com a ajuda maciça do PMDB, partido da base governista, o lobby ruralista triunfou, ao menos até agora, sobre as florestas e as águas nacionais na discussão sobre o novo Código Florestal Brasileiro. A despeito da posição do governo, do qual o PMDB faz parte, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quarta 25, por 274 votos a 184, o texto do deputado Paulo Piau que favorece o agronegócio em detrimento do meio ambiente, ainda mais do que o projeto aprovado pelo Senado. Na prática, o reflorestamento fica reduzido de 100 metros (segundo a proposta original) para 15 metros a partir das margens dos rios. Foram retiradas ainda a proteção às matas em área urbana e a exclusão de apicuns e salgados da categoria de área de preservação permanente. Espera-se que Dilma Rousseff veto vários pontos do código. (Leia Rosa dos Ventos, de Maurício Dias)

foi a taxa de desemprego registrada no Brasil em março pelo IBGE, menor índice para o mês desde 2002

Lei. Se condenado, Ustra ficaria oito anos na prisão

CARTACAPITAL | 2 DE MAIO DE 2012 21

2 Sessão: A Semana. Título: As cotas ganham novo páreo
Edição número 696, ano XVII, 9/5/2012, página 19:

Revista **CartaCapital** Ano XVII - nº 696 - 9/5/2012 p. 19

ABRIL/MAIO 2012

S	T	Q	Q	S	S	D
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	1	2	3	4	5	6

A Semana

Dia festivo.
A cada 1º de Maio, Evo renova a popularidade com medidas nacionalistas

Itália = Parmalat
O cavalheiro acima chama-se Enrico Bondi, tem 78 anos e é o celebrado executivo que saneou a Parmalat em bancarrota enquanto o patron Calisto Tanzi passa uma longa temporada na prisão.
Observação marginal: há lugares do mundo onde também os ricos vão para a cadeia. Bondi acaba de ser convocado pelo premier italiano Mario Monti para operar os cortes no orçamento que a situação exige, ao sabor de uma política voltada a combinar austeridade com crescimento. Bondi vai trabalhar de graça, o que não é surpresa no caso dele: sempre faz questão de receber salários baixos e seu único carro é um modesto Panda da Fiat.

Tirando mais uma de Rajoy

BOLÍVIA | Evo Morales expropria empresa elétrica espanhola

QUE A CRISE financeira tenha se agravado com a austeridade é lógico. Mas que a família real tenha escolhido o mesmo momento para cometer vexames inéditos desde a redemocratização, a Argentina para retomar a YPF e seus melhores times para perder a Liga dos Campeões em casa parece urucubaca. E se não bastasse, agora também a Bolívia expropria uma empresa espanhola.

la: no 1º de Maio suas tropas ocuparam as instalações da TDE, subsidiária local da semiestatal Red Eléctrica Española. A sucursal representava somente 1,5% da receita do grupo, mas doeu: é *tomadura de pelo* (gozação), queixou-se o presidente da central empresarial espanhola.

Para a Bolívia, o assunto é mais sério: a companhia espanhola comprou 73% das linhas de transmissão do país, mas investiu pouco e o controle privado dificultava integrar sua rede, que cobre seis departamentos, com as menores, que servem outros três. A boa notícia para a Espanha é que os bolivianos aceitam discutir o valor e prometem indenização em 180 dias. A má é que a Bolívia prometeu indenizar em 120 dias as geradoras expropriadas em 1º de maio de 2010, inclusive a francesa GDF Suez e a britânica Rurelec, mas até hoje não se viu a cor do dinheiro. ●

As cotas ganham um novo páreo

JUDICIÁRIO | O STF considerou legal reservar vagas no ProUni

EM CONSONÂNCIA com a decisão do fim de abril, que reconheceu a legalidade das cotas raciais na Universidade de Brasília, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou legal, em julgamento na quinta-feira 3, a reserva de vagas por critérios sociais e raciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), principal investimento do governo federal para sanar o déficit de ensino superior no Brasil, ao conceder bolsas de estudos em universidades privadas a estudantes oriundos do ensino público. A ação, proposta pelo DEM, afirmava que as cotas eram inconstitucionais. O julgamento começou em 2008 e foi interrompido por um pedido de vista de Joaquim Barbosa, que desta vez defendeu as cotas. "A lei atacada não ofende o princípio da isonomia, ao contrário, busca timidamente efetivá-lo". ●

foi o quanto recuou a produção industrial brasileira no primeiro trimestre em relação ao ano passado, apontou o IBGE

CARTACAPITAL | 9 DE MAIO DE 2012 19

3 Sessão: A Semana. Título: A inclusão agora é lei
Edição número 710, ano XVII, 15/8/2012, página 20:

Revista CARTA CAPITAL - Ano XVII - nº 710 - 15/8/2012 p. 20

A Semana

Vade retro, Murdoch

Após escândalo, a Igreja Anglicana vende suas ações da Newscorp

Nos últimos tempos não faltaram referências à vilania do chefe da mídia global Rupert Murdoch, à frente de um esquema escandaloso montado para espionar adversários. O que pouca gente sabia é que até recentemente mister Murdoch contava com um sócio insólito na operação, a austera Igreja Anglicana. Foram representantes da própria que revelaram à mídia inglesa, na terça-feira 7, a disposição de vender o equivalente a 0,005% do capital do grupo News Corp., diante do comportamento "antiético" de Murdoch.

bilhões de reais foi o lucro da Caixa Econômica Federal no primeiro semestre, 25% acima do registrado em 2011

O jogo limpo não foi a Londres

ESPORTE | As Olimpíadas ficam maculadas pelos desvios éticos de atletas

AS DISPUTAS ESTÃO empolgantes, mas uma série de desvios éticos macula a imagem das Olimpíadas de Londres. Em diversos esportes, do ciclismo ao badminton, atletas fizeram corpo mole ou "entregaram" partidas para obter vantagens. O Comitê Olímpico Internacional pouco pôde fazer para conter a desonestidade.

O mais notório feito antiético ocorreu no badminton. Quatro duplas – duas da China, uma da Coreia do Sul e outra da Indonésia – foram eliminadas por entregar partidas em busca de uma chave mais favorável. Os erros propositais ficaram tão evidentes que a Federação Mundial de Badminton exigiu a eliminação das atletas.

Na segunda-feira 6, após ganhar do Brasil por 66 a 57 no terceiro quarto, a seleção masculina de basquete da Espanha perdeu por 88 a 82. Com o resultado, caiu em uma chave na qual não está a seleção norte-americana, favorita ao ouro. Os espanhóis negaram ter facilitado o jogo, mas a França, eliminada pela Espanha na etapa seguinte, encaminhou um protesto ao COI.

Episódio semelhante ocorreu no handebol feminino. O Brasil foi eliminado na terça-feira 7 pela Noruega, atual campeã olímpica, um confronto que só ocorreu logo nas quartas de final porque as norueguesas perderam seu último

Papelão. A Espanha entregou o jogo para o Brasil?

jogo da classificação, de forma suspeita, para a Espanha. Para a Noruega, enfrentar o Brasil, um time sem muita tradição, seria mais fácil do que encarar a Croácia. O técnico do Brasil, Morten Soubak, lamentou o confronto precoce: "Não posso admitir perder de propósito".

Antes mesmo de as Olimpíadas começarem, testes antidoping baniram mais de cem atletas dos Jogos de Londres. Ouro em Pequim, o italiano Alex Schwazer ficou de fora da disputa da marcha atlética neste ano. Exame realizado num centro de treinamento na Alemanha, indicou a presença de substância proibida na urina do atleta, o que levou a própria delegação italiana a pedir sua expulsão dos Jogos. ●

A inclusão agora é lei

EDUCAÇÃO | O Senado aprova as cotas sociais e raciais nas universidades públicas

NA TERÇA-FEIRA 7, o Senado aprovou o projeto que regulamenta o sistema de cotas nas universidades federais. Pelo texto, relatado pela senadora Ana Rita (PT-ES), 50% das vagas serão preenchidas de acordo com critérios raciais

ou sociais. A reserva será dividida meio a meio. Metade das cotas, ou 25% do total de vagas, será destinada a estudantes negros, pardos ou indígenas, conforme a proporção dessas populações em cada estado. A outra metade das cotas será destinada aos alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas e cujas famílias tenham renda per capita até um salário mínimo e meio.

Para os defensores da proposta, a combinação de cotas raciais e sociais uniformiza as políticas de reserva de vagas em vigor nas diversas universidades federais. O projeto foi aprovado depois de o Supremo Tribunal Federal declarar constitucional esse tipo de ação afirmativa. A proposta foi aprovada pela Câmara e só depende da sanção de Dilma Rousseff. ●

4 Sessão: A Semana. Título: Monteiro Lobato em dia de caça

Edição número 715, ano XVII, 19/9/2012, página 21:

Revista **CartaCapital** Ano XVII - nº 715 - 19/9/2012 p. 21

SETEMBRO 2012

S	T	Q	Q	S	S	D
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

A Semana

Monteiro Lobato em dia de caça

JUSTIÇA | O STF busca acordo em torno de livro do escritor que incitaria ao racismo

TRÊS HORAS de reunião a portas fechadas no gabinete do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, terça-feira 11, em Brasília, foram insuficientes para resolver o caso. O ministro decidiu então marcar novo encontro, dia 25, entre representantes do Ministério da Educação e do Instituto de Advocacia Racial (Iara). Ele espera que um acordo torne desnecessário julgar, em plenária do STF, a permanência do clássico *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato (1882-1948), no acervo do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE).

Na data de nascimento do autor, 18 de abril, comemora-se o Dia Nacional do Livro Infantil. E no texto, agora objeto de polêmica, está em cena o primo de Narizinho, a menina que é dona de Emília, boneca sempre disposta a falar. Em 1933, Pedrinho poderia se lançar à caça de onças-pintadas sem que sua ação configurasse crime inafiançável. E aqueles do *Sítio do Picapau Amarelo* não se imaginariam acusados de racismo ao incluir domésticas negras em suas conversas. “É guerra das boas. Não vai escapar ninguém, nem Tia Nastácia, que tem carne preta”, diz Emília, para que o livro reitere: “Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão, pelo mastro de São Pedro acima.” E é Nastácia quem diz no final: “Negro também é gente, sinhá...”

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão independente associado ao ministério, recomendara a retirada do livro da lista do PNBE. No ano seguinte, porém, publicara um parecer homologando sua inclusão após o compromisso de o governo incluir notas que expusessem um contexto de época para o uso dessas expressões. O expediente não foi colocado em prática em novas edições e o Iara entrou com um mandado de segurança pedindo a reforma da homologação. Mais, o que ele solicita agora é a capacitação de professores para lidar com o assunto. O CNE diz não querer censurar Lobato, tampouco sustentar o racismo. “Vou fazer 60 anos. Já fui criança. Estudei no Colégio Pedro II, fiz primário e maternal. Me lembro desse e de todos os livros”, ressalta Fux, para quem a conciliação é a melhor forma de resolver a pendência, “até para não criar um precedente desnecessário em relação à história da literatura brasileira”.

Guerra das boas.
O autor de *Caçadas de Pedrinho*, que seria inadequado a estes tempos de correção

O fim do calvário

Ao tomar posse como ministra da Cultura dia 13, Marta Suplicy põe fim à temporada de atribulações vivida por Ana de Hollanda, no cargo desde janeiro de 2011. Dilma Rousseff teria se irritado com o vazamento de uma carta em que a então ministra, indisposta com o grupo da cultura digital e contrária à reforma da lei de direitos autorais proposta pelo antecessor Juca Ferreira, reclamava mais verba para a Cultura. Serão 2,9 bilhões de reais em 2013 à disposição de Marta, que deixa de ser senadora após entrar na campanha de Fernando Haddad à prefeitura de São Paulo.

“A internet também presta serviço quando permite questionar o que está cristalizado”, disse na posse, inclinada à mediação: “Não se pode pautar pelo mercado. Ao mesmo tempo nossos artistas têm que viver da sua arte”.

foi o crescimento do emprego na indústria em julho em relação ao mês anterior, segundo o IBGE

CARTACAPITAL | 19 DE SETEMBRO DE 2012 21

5 Sessão: Ideias. Título: Caçada ao racismo

Edição número 716, ano XVII, 26/9/2012, páginas 50, 51, 52 e 53:

Revista Carta Capital - Ano XVII - nº 716 - 26/9/2012 p.50-53

Ideias

Caçada ao racismo

SOCIEDADE | Como o Brasil se debate na luta simbólica e pragmática contra o preconceito racial, a exemplo da atual polêmica sobre a obra de Monteiro Lobato

POR WILLIAN VIEIRA

SIM, ERA o único jeito – e Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros.” Em *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, a velha empregada negra, tão presente no imaginário de gerações de crianças brasileiras, fugia de uma onça lá nos idos de 1933, quando o livro foi publicado. Só que o País mudou. A difusa fronteira entre realidade e ficção, no caso entre um preconceito historicamente arraigado e o campo da literatura, ganhou contornos políticos. E o autor infantil mais popular do Brasil foi levado ao Supremo Tribunal Federal.

Julgado pelo suposto racismo de sua obra, Lobato pode ser condenado a ter publicada com ela um *mea culpa*, uma espécie de ressalva histórica. Na pior das hipóteses, ela pode ser retirada do Programa Nacional Biblioteca da Escola, que distribui milhões de livros a escolas públicas. Por trás da discussão literária, o que surge são as vísceras de uma questão bem mais profunda: como o País está disposto a lidar com seu racismo, não só o que se traduz no abismo socioeconômico entre negros e brancos, mas também um tipo mais delicado, aquele do plano simbólico da literatura e outros objetos culturais produzidos antes das conquistas de direitos humanos e que voltam a assombrar um país que se jacta de sua suposta democracia racial.

Morto em 1948, há dois anos o autor virou foco de uma disputa inédita, cuja

Discórdia. Em *Caçadas de Pedrinho*, Lobato descreve Tia Nastácia como uma “macaca de carvão”

envergadura ideológica soa incomum à sociedade brasileira. *Caçadas de Pedrinho*, usado em duas ocasiões pelo PNBE, teve sua distribuição ameaçada em 2010 por um parecer do Conselho Nacional de Educação, que, em resposta à ouvidora da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), recomendava que o livro com teor racista não fosse selecionado – e, caso o fosse, que contivesse uma ressalva. O motivo: racismo. O governo aceitou exigir uma nota que discutisse “a presença de estereótipos raciais” e oferecesse contextualização histórica. Mas o Instituto de Advocacia Racial (Iara) e o técnico em gestão educacional Antonio da Costa Neto acharam insuficiente e entraram com um mandado de segurança para exigir a preparação dos professores da rede pública. O caso parou

no STF. Convocados pelo ministro Luiz Fux, as partes se reuniram, sem consenso. Outra reunião está marcada para terça-feira 25. Caso não haja acordo, o processo pode ir ao plenário do STF.

Passado e futuro se chocam no debate. Quando Lobato escreveu seus livros infantis, a escravidão tinha sido abolida havia 50 anos. Os ex-escravos eram marginalizados por uma segregação informal que só foi amortecida lentamente, tanto que é visível hoje nas favelas do Rio, na periferia de Salvador, nas filas de desempregados País afora, assim como no modo como negros são retratados nas novelas e encarados pelo sistema policial e judiciário. Perto de 50% da população se declarou preta ou par da ao Censo de 2010. Mas se eles são

metade do País, estão bem atrás em termos de oportunidade. Segundo um estudo do Ipea que comparou os indicadores sociais de negros e brancos no Brasil, entre 1995 e 2005, há um abismo racial socioeconômico. Um negro ganha em média metade do salário de um branco com mesmo grau de instrução. Entre os negros, a taxa de analfabetismo acima de 15 anos é até três vezes maior. Outros dados trazem um retrato igualmente cru dessa realidade. Os negros são 65% dos presos. Um adolescente negro tem quatro vezes mais risco de ser assassinado do que um branco e três vezes menos chance de chegar ao ensino superior. A distância tem diminuído, é verdade. Mas se as taxas persistirem, os negros alcançarão o nível de pobreza dos brancos em meio século.

Após um parecer do CNE, o livro virou foco de embate no STF. Se não houver consenso, a obra pode até ser retirada do programa de livros do MEC

Os negros também têm menos chances de se fazer ouvir, mesmo quando se trata do preconceito de cor. A cada 17 denúncias de racismo, apenas uma vira ação penal no Brasil, segundo constatou o pesquisador Ivair Augusto dos Santos em sua tese de doutorado, que virou o livro *Direitos Humanos e as Práticas de Racismo*. Para Santos, o racismo brasileiro é institucionalizado. "É no atendimento de saúde, na abordagem policial, no mercado de trabalho que o negro sofre o racismo. No Brasil, o racismo é difícil de detectar." Quando criança, aluno de uma escola pública da zona leste de São Paulo, Santos recebeu da professora o livro de Lobato para ler. Ficou chocado com a Tia Nastácia retratada como "macaca de carvão" e com a displicência da professora em relação ao tema. "A

Ideias Sociedade

reação que a gente tem é de vergonha. Os meus filhos não vão ler esse livro.”

Mas retirar o livro de Lobato da lista de material didático do MEC não seria uma forma de recalcar o racismo em vez de enfrentá-lo, de combater o preconceito apenas no âmbito simbólico e lavar as mãos quanto à promoção de igualdade social concreta? A discussão se divide entre os defensores inexoráveis da obra literária, que, dizem, não pode sofrer o peso do contexto histórico, e os que se preocupam acima de tudo com as representações do negro, com a reprodução de estereótipos. “Estão querendo ler o passado com o olhar do presente, propagar um analfabetismo histórico, que é antiliterário por excelência”, diz João Ceccantini, especialista no autor e professor da Unesp. Ele vê uma ditadura do politicamente correto a ameaçar a literatura nas escolas. O que faz de Lobato um autor único, diz, são os voos de imaginação de seus personagens. “Querer proibir o livro no ensino público é pensar que o leitor e o educador não têm senso crítico nenhum e que o livro precisa de bula. E, pior: é privar as crianças das escolas públicas de uma narrativa sofisticada e imaginativa, que retrata o brasileiro e assim como Tom Sawyer retrata o americaninho daquela época.”

As atuais denúncias ao racismo de Lobato, dizem os literatos, seriam uma boa chance para pesquisar sobre leitura no Brasil. “Crianças e jovens que leem *Caçadas de Pedrinho* ou outras obras lobatianas opinam que o livro incentiva atitudes racistas? Leitores afrodescendentes sentem-se ofendidos quando leem as histórias do Sítio?”, pergunta-se, diz Marisa Lajolo, professora da USP e especialista em Monteiro Lobato. “Que tipo de cidadão forma a frase final de *Caçadas de Pedrinho*, na qual Tia Nastácia, tomando o lugar de Dona Benta em um carrinho, proclama: ‘Agora chegou minha vez. Negro também é gente, sinhá...’ Será que a voz da própria Tia Nastácia, no livro, não é mais convincente do que rodapés e advertências?” Lajolo é contra incluir ressalvas, como notas de rodapé, ao livro. “Elas manifestam uma vontade disfarçada de gerenciar a leitura, impondo certos significados aos leitores. Em matéria de interpretação de arte não acredito em verdades absolutas. Tais questões não se resolvem com leis. Resolvem-se com diálogo e com qualidade de educação.”

O caso de Lobato está longe de ser o único. Em 2011, o romance *Huckleberry Finn*, do americano Mark Twain (1835-1910) foi republicado em edição modificada nos Estados Unidos, por chamar negros pelo pejorativo *nigger*. O termo aparece mais de 200 vezes ao longo da obra publicada em 1884. Após ser boicotado por escolas e currículos país afora, uma nova edição (para alguns, “mais politicamente correta”) foi publicada por outra editora, com a palavra *nigger* substituída por *slave*. O que enfureceu especialistas em literatura. “A culpa está no ensino, não no livro”, disse a professora de literatura Sarah Churchwell. “Você não pode mudar Dickens por ser incompatível com o modo de ensinar. Os livros de Twain não são apenas documentos literários, mas históricos, e essa palavra (*nigger*) é totêmica, porque codifica toda a violência da escravidão. O objetivo da literatura é expor a gente a ideias diferentes e épocas diferentes e elas não serão sempre boazinhas.”

Um tipo de raciocínio contrário ao do movimento negro e de boa parte dos intelectuais do campo social. “Estão tratando isso como uma questão literária. O que as pessoas precisam entender é que essa é uma decisão de política pública, de compra de milhões de livros para

ensinar crianças”, diz o cientista político João Feres, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O PNBE distribui cerca de 6,7 milhões de obras literárias a mais de 50 mil escolas do ensino fundamental. Feres estranha o espanto da sociedade, que atribuiu à discussão a pecha de “politicamente correta”. Num das edições do livro, há uma nota que contextualiza a morte da onça, para evitar o incitamento à morte de um animal em extinção. “Essa grande aventura da turma do Sítio do Picapau Amarelo acontece em um tempo em que os animais silvestres ainda não estavam protegidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), nem a onça era uma espécie ameaçada de extinção, como nos dias de hoje”, diz a nota. “Pode fazer ressalva à onça, mas não ao negro? É o fim da picada.”

O parecer do CNE sustenta o mesmo ponto, ao dizer que “o mesmo cuidado tomado com a inserção de duas notas explicativas e de contextualização da obra não é adotado em relação aos estereótipos raciais presentes na obra.” Mas apesar do *frisson* causado na mídia, nunca se falou em censura do livro. O que está em jogo, em um primeiro momento, é a aceitação ou não da obra de Lobato na

lista de livros do PNBE, o que permitirá que ele seja entregue a milhões de crianças. Em um segundo momento, o que se discute em disputa é como lidar com o racismo. “O Brasil é um país racista e precisa enfrentar essa realidade”, diz Feres. “Ninguém está falando em censura. O que é preciso é combater o racismo tanto no âmbito simbólico quanto no âmbito das políticas públicas. São ambas importantes para lidar com o preconceito.”

O Estado tem agido para dar voz e oportunidades aos negros no âmbito concreto, por meio de ações afirmativas. Desde sua implantação, em 2004, o ProUni beneficiou mais de 1 milhão de alunos com bolsas, quase um terço deles de negros. O MEC adotou, entre os critérios de acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior, uma fórmula de cálculo de pontuação que os beneficia. O ensino de história africana e da diáspora se tornou obrigatório. E as cotas, que pipocaram em uma ou outra universidade, vão se tornar a regra. Com a sanção presidencial à lei, metade das vagas em todas as universidades públicas brasileiras ficará com alunos oriundos de escolas públicas (com foco em negros e indígenas). O aguardado Programa Nacional de

Ações Afirmativas deve sair em outubro. Com ele, a Seppir quer arrancar do governo uma verba substancial para oferecer bolsas de permanência para cotistas negros e bolsas de iniciação científica, além de pressionar por cotas para negros em todo o funcionalismo. Hoje, quatro estados têm reservas de vagas em concursos públicos. A ideia é padronizar a conquista. “Mas não se pode esquecer do plano simbólico. No plano concreto é fácil medir. No simbólico, existe uma resistência a reconhecer o racismo. Precisamos mostrar o negro como alguém que produz conhecimento e não como um ser animalizado”, diz Luiza Helena de Barros, ministra da Igualdade Racial. É onde entra Monteiro Lobato. A posição do governo é de aceitar o consenso, caso surja algum no STF. Mas a ministra, negra, se reserva o direito de opinar. “Nosso entendimento sempre foi o de que recursos públicos não podem ser utilizados para adquirir obras consideradas racistas. Racismo é algo que existia naquele tempo como uma posição majoritária, e ainda existe hoje.”

O racismo de Monteiro Lobato parece surgir com nitidez nas referências animalizadas à personagem negra Tia Nastácia, sempre “a negra”. Está também em romances adultos, em *O Pre-*

O racismo deve ser combatido no plano concreto, via ações afirmativas, e no simbólico. Mas vetar o livro é a saída?

Preparo. Para o advogado do Tatu, Humberto Adamí, o livro só deve chegar às escolas se os professores forem instruídos

sidente Negro, com toda a discussão da eugenia como solução para tensões raciais finalizada pela proposta dos raios ômega e em cartas a amigos, onde ele admitiu que sentia inveja dos norte-americanos por ter criado algo como a Ku Klux Klan. Mas privar a maioria dos brasileiros (que crescem nos bancos da escola pública) de um passado vergonhoso não seria anti-histórico? O próprio Lobato, após ofender os caboclos do interior com o preguiçoso Jeca Tatu, pediu desculpas em um artigo de jornal e numa nota que acompanhou a quarta edição de *Urupês*. “Eu ignorava que eras assim, meu caro Tatu, por motivo de doenças tremendas. Está provado que tens no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharada cruel que te faz feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não.” Ter informação sobre o passado e o presente pode mudar crenças e abrir perspectivas. O que o debate em torno de Lobato pode iluminar é qual a melhor maneira de se abordar o passado escravista brasileiro e o igualmente triste presente de desigualdade entre brancos e negros. Nisso, a leitura tem papel central. Como reza a frase de Lobato, já quase um lugar comum: “Um país se faz de homens e livros”. ●

ANEXO E – Matérias selecionadas revista Veja

1 Sessão: Gustavo Loschpe. Título: A utopia sufoca a educação de qualidade. Edição 2264, ano 45, número 15, 11/4/2012, páginas 106 e 108:

**Gustavo
Loschpe**

A utopia sufoca a educação de qualidade

Um dos males que assolam nossa educação é a esperança vã de pensadores e legisladores de que uma escola que mal consegue ensinar o básico resolva todos os problemas sociais e éticos do país. Eles criaram um sistema com um currículo imenso, sistemas de livros didáticos em que o objetivo até das disciplinas científicas é formar um cidadão consciente e tolerante. Responsabilizaram a escola pela formação de condutas que vão desde a preservação do meio ambiente até os cuidados com a saúde; instituíram cotas raciais e forçaram as escolas a receber alunos com necessidades especiais. A agenda maximalista seria uma maneira de sanar desigualdades e corrigir injustiças. O Brasil deveria questionar essa agenda.

“

Se a diferença que mais impacta a qualidade de vida das pessoas é a de renda, e se a fonte principal de renda é o trabalho, então precisamos de um sistema educacional que coloque ricos e pobres em igualdade de condições para concorrer no mercado de trabalho

”

Primeira pergunta: nossas escolas conseguem dar conta desse recado? A resposta é, definitivamente, não. Estão af todas as avaliações nacionais e internacionais mostrando que a única igualdade que nosso sistema educacional conseguiu atingir é ser igualmente péssimo. Copiamos o ponto final de programas adotados nos países europeus sem termos passado pelo desenvolvimento histórico que lhes dá sustentação.

Segunda pergunta: esse desejo expansionista faz bem ou mal ao nosso sistema educacional? Será um caso em que mirar no inatingível ajuda a ampliar o alcançável ou, pelo contrário, a sobrecarga faz com que a carroça se mova ainda mais devagar? Acredito que seja o último. Por várias razões. A

AS AULAS DE CIÊNCIAS e as de português e matemática são as que vão fazer diferença positiva na vida dos jovens quando eles chegarem ao mercado

primeira é simplesmente que essas demandas todas tornam impossível que o sistema tenha um foco. Perseguir todas as ideias que aparecem — mesmo que sejam todas nobres e excelentes — é um erro. Infelizmente, a maioria dos nossos intelectuais e legisladores não tem experiência administrativa, e acredita ser possível resolver qualquer problema criando uma lei. No confronto entre intenções e realidade, a última sempre vence. A segunda razão para preocupação é que, com uma agenda tão extensa e bicéfala — formar o cidadão virtuoso e o aluno de raciocínio afiado e com conhecimentos sólidos —, sempre é possível dizer que uma parte não está sendo cumprida porque a prioridade é a outra: o aluno é analfabeto, mas solidário, entende? (Com a vantagem de que não há nenhum índice para medir solidariedade.) E, finalmente, porque quando as intenções ultrapassam a capacidade de execução do sistema o que ocorre é que o agente — cada professor ou diretor — vira um legislador, cabendo a ele o papel de decidir quais partes das inatingíveis demandas vai cumprir. Uma medida que deveria estimular a cidadania tem o efeito oposto: incentiva o desrespeito à lei, que é a base fundamental da vida em sociedade.

Terceira pergunta: mesmo que todas essas nobres intenções fossem exequíveis, sua execução cumpriria as aspirações de seus mentores, construindo um país menos desigual? Eu diria que não apenas não cumpriria esses objetivos como iria na direção

Gustavo Ioschpe

A MISSÃO DA BOA ESCOLA é ensinar as disciplinas fundamentais aos alunos, e não tentar corrigir as desigualdades do Brasil

oposta. Deixe-me dar um exemplo com essas novas matérias inseridas no currículo do ensino médio — música, sociologia e filosofia. A lógica que norteou a decisão é que não seria justo que os alunos pobres fossem privados dos privilégios intelectuais de seus colegas ricos. O que não é justo, a meu ver, é que a adição dessas disciplinas torna ainda mais difícil para os pobres se equiparar aos alunos mais ricos nas matérias que realmente vão ser decisivas em sua vida. A desigualdade entre os dois grupos tende a aumentar. A triste realidade é que, por viverem em ambientes mais letrados e com pais mais instruídos, alunos de famílias ricas precisam de menos horas de instrução para se alfabetizar. É pouco provável que um aluno rico saia da 1ª série sem estar alfabetizado, enquanto é muito provável que o aluno pobre chegue ao 3º ano nessa condição. O aluno rico pode, portanto, se dar ao luxo de ter aula de música. Para nivelar o jogo, o aluno pobre deveria estar usando essas horas para se recuperar do atraso, especialmente nas habilidades básicas: português, matemática e ciências. É o domínio dessas habilidades que lhe será cobrado quando ingressar na vida profissional. Se esses pensadores querem a escola como niveladora de diferenças, se a diferença que mais impacta a qualidade de vida das pessoas é a de renda, e se a fonte principal de renda é o trabalho, então precisamos de um sistema educacional que coloque ricos e pobres em igualdade de condições para concorrer no mercado de trabalho. O que, por sua vez, presume uma educação desigual entre pobres e ricos, fazendo com que a escola dê aos primeiros as competências intelectuais que os últimos já trazem de casa. Estou argumentando baseado em uma lógica supostamente de esquerda (digo supostamente porque, nesse caso, é transparente que as boas intenções dos revolucionários de poltrona só aprofundam as desigualdades que eles pretendem diminuir).

O mercado de trabalho valoriza mais as habilidades cognitivas e emocionais não porque os nossos empregadores sejam mesquinhos, mas porque, em um mercado competitivo, precisam remunerar seus trabalhadores de acordo com sua produtividade. Essa é a lógica inquebrantável do sistema de livre-iniciativa. Não adianta pedir ao gerente de recursos humanos que seja "solidário" na hora da contratação

e leve em conta que os candidatos à vaga vêm de origens sociais diferentes, porque, se o recrutador selecionar o funcionário menos competente, o mais certo é que em breve ambos estejam solidariamente no olho da rua. Não conheço nenhum estudo que demonstre o impacto de uma educação filosoficamente inclusiva sobre o bem-estar das pessoas. Mas há vários estudos empíricos sobre a desigualdade no Brasil. O que eles informam é assustador: o fator número 1 na explicação das desigualdades de renda é, de longe, a desigualdade educacional (disponíveis em twitter.com/gioschpe). Ao criarmos uma escola sobrecarregada com a missão de não apenas formar o brasileiro do futuro mas corrigir as desigualdades de 500 anos de história, nós nos asseguramos de que ela se tornará um fracasso. A escola não pode fracassar, pois é a alavanca de salvação do Brasil.

O tipo de escola pública que queremos é uma discussão em última instância política, e não técnica. É legítimo, embora estúpido, que a maioria dos brasileiros prefira uma educação que fracasse em ensinar a tabuada mas ensine bem a fazer um pagode. Acrescento apenas uma indispensável condição: que a população seja informada, de modo claro e honesto, sobre as consequências de suas escolhas. Quais as perdas e os ganhos de cada caminho. O que é, afim, antidemocrático e desonesto é criar a ilusão de que não precisamos fazer escolhas, de que podemos tudo e de que conseguiremos obter tudo ao mesmo tempo, agora. Infelizmente, é exatamente isso que vem sendo tentado. Nossas lideranças se valem do abissal desconhecimento da maioria da população sobre o que é uma educação de excelência para vender-lhe a possibilidade do paraíso terreno em que professores despreparados podem formar o novo homem e o profissional de sucesso. Essa utopia, como todas as outras, acaba em decepção e atraso. Essa pretensa revolução, como todas as outras, termina beneficiando apenas os burocratas que a implementam.

GUSTAVO IOSCHPE
é economista

2 Sessão: Brasil. Título: DISTORÇÃO NA PELE.
Edição 2267, ano 45, número 18, 25/4/2012, página 73:

DISTORÇÃO NA PELE

A aprovação do sistema de cotas universitárias para negros e pardos pode ser o remédio errado para uma doença evidente e cruel — a imensa desigualdade de oportunidades que nasceu com a escravidão

O Brasil tem uma dívida com a sociedade, a mais deletéria de suas ocorrências históricas — a escravidão. Quando ela foi abolida, em 1888, não foi dada aos negros livres nenhuma salvaguarda que lhes garantisse, a partir daquele momento, uma vida minimamente digna. Nos Estados Unidos, logo depois da abolição, instituída em 1865, foi aprovada uma lei — “40 acres e uma mula” — que cedia um pedaço de terra produtiva e um animal de carga aos libertados. A determinação caducou em pouco tempo, mas foi um aceno de justiça, e uma preocupação com o futuro, que inexistiu entre os brasileiros. Na semana passada, os juízes do Supremo Tribunal Federal decidiram por unanimidade (dez votos a zero) corrigir uma parcela da herança daquele pecado original do século XIX. O STF rechaçou uma ação proposta pelo DEM contra o sistema de cotas da Universidade de Brasília (UnB), que reserva 20% das vagas para autodeclarados negros e pardos. A tese vencedora é a de que as políticas de cotas raciais nas universidades estão de acordo com a Constituição

e são necessárias para corrigir a trajetória de discriminação racial no Brasil.

Louve-se a boa intenção da decisão dos juízes, preocupados em aplacar distorções — segundo o IBGE, os brasileiros brancos têm dois anos a mais de escolaridade que os pardos e negros. Mas ressalte-se um risco da unanimidade: as cotas podem criar uma casta de profissionais que, tendo escapado da escolha por meritocracia e beneficiando-se apenas da cor da pele, passem a ser vistos de modo preconceituoso. Convém lembrar ainda que, na tentativa de diminuir uma discrepância social — a desigualdade de oportunidades de pobres, mesmo se sabendo que a maioria deles é de negros —, o caminho foi uma solução racial. Há uma armadilha embutida aí. Ficou tristemente famosa, em 2007, a esdrúxula situação de dois gêmeos univitelinos, Alex e Alan Teixeira da Cunha, gerados no mesmo óvulo e, portanto, idênticos. Eles se inscreveram no sistema de cotas da UnB por acreditar que se enquadravam nas regras, com pai negro e mãe branca. Seria de esperar que ambos recebessem igual trata-

ARMADILHA A decisão do STF produz aberrações como a dos gêmeos Alex e Alan. Um foi dado como negro, o outro não

mento. Não foi assim. Uma banca examinadora de raça, por espantosa que seja sua existência, olhou as fotografias e decidiu: Alex era branco e Alan não.

Na votação do STF, o ministro Gilmar Mendes relembrou o episódio: “Veja que se conferiu a um grupo de iluminados esse poder que ninguém quer ter, de dizer quem é branco e quem é negro em uma sociedade altamente miscigenada”. Mendes, na trilha de seus pares, votou pelas cotas por considerá-las úteis agora, desde que temporárias, um tratamento desigual com o objetivo de promover, lá adiante, a igualdade. Mas apontou perversões, como a de um aluno negro e rico que, tendo sempre estudado em escola particular, ganhe a oportunidade de entrar na universidade pelas cotas, enquanto um aluno pobre, porém branco, não. Será injusto. Nos Estados Unidos, o sistema de cotas funcionou porque a histórica e agressiva discriminação, muitas vezes resultado de ordens do estado, foi amenizada pela integração forçada nas escolas e locais de trabalho. No Brasil, o uso das cotas, aparentemente positivo, pode representar o remédio errado para uma doença real e cruel que deve ser corrigida com o acesso de todos à educação, indiscriminadamente. Resolvendo-se o problema social, todos serão beneficiados — independentemente da raça autodeclarada. ■

3 Sessão: Carta ao Leitor. Título: Uma falsa solução para um problema real. Edição 2284, ano 45, número 35, 29/8/2012, página 13:

Carta ao Leitor

Uma falsa solução para um problema real

A principal função da universidade é produzir conhecimento ou reparar injustiças sociais e iniquidades históricas, como a escravidão? Se a presidente Dilma Rousseff sancionar a Lei de Cotas, na semana que vem, terá deixado clara a escolha do governo pela segunda opção. Uma reportagem desta edição de VEJA mostra as armadilhas por trás da lei que obriga as universidades federais a reservar 50% de suas vagas para estudantes da rede pública, distribuídas de acordo com a proporção de autodeclarados negros, pardos ou índios na população.

O círculo vicioso que acaba por destinar aos ricos (e brancos) a maior parte dos lugares nas universidades públicas — sustentadas com o dinheiro de todos os contribuintes, incluindo negros e pobres — tem de ser quebrado. Mas, se esse é um problema real, a solução pelas cotas é falsa. Ao decidir que uma em cada duas vagas será preenchida por critérios indiferentes ao mérito, o governo incorre em pelo menos dois riscos. O primeiro é comprometer a excelência do ensino e da pesquisa — já que, por definição, os cotistas são estudantes mais mal preparados do que

os não cotistas. O segundo é perpetuar as deficiências do ensino público médio e fundamental, uma vez que a lei corrige na ponta o que deveria ser resolvido na base. É no ensino fundamental e médio que estão os funis que mais estreitam o acesso dos desprovidos à educação de qualidade.

A seu favor, no entanto, a Lei de Cotas tem a vantagem de vir com prazo de validade. Ela vai vigorar por dez anos, período em que se poderão avaliar, inclusive, suas supostas vantagens — como a de que, ao misturar alunos mais preparados, egressos das boas escolas privadas, com alunos menos preparados, vindos das deficientes escolas públicas, os primeiros “puxariam” os segundos para cima. Há estudos que apontam nessa direção e que a experiência poderá confirmar.

Se a política de cotas ainda tem resultados incertos, o investimento público em cérebros já provou ser, mais do que uma boa aposta, uma iniciativa capaz de pavimentar o futuro de uma nação. O assunto é tema de outra reportagem desta edição. Neste mês, retornam ao país os primeiros universitários do programa Ciência sem Fronteiras, projeto do governo em parceria com a iniciativa privada que enviará, até 2015, 100.000 brasileiros para estudar nas melhores universidades do exterior. A última vez que se viu um investimento parecido foi durante o regime militar. Nas décadas de 60 e 70, o governo financiou intercâmbios estudantis nas áreas de exploração petrolífera, pesquisa agrícola e engenharia de aeronaves — três campos em que, não por coincidência, o Brasil é hoje líder mundial.

Cotas raciais O risco de corrigir uma injustiça criando outras

4 Sessão: Brasil. Título: O GRANDE ERRO DAS COTAS.

Edição 2284, ano 45, número 35, 29/8/2012, páginas 70, 71 e 72:

A partir da semana que vem, dependendo de decisão da presidente Dilma Rousseff, uma em cada duas vagas nas universidades federais estará reservada para egressos do ensino público, negros, índios e pardos. É uma forma equivocada de corrigir distorções

JULIA CARVALHO

Está na mesa da presidente Dilma Rousseff, aguardando sua assinatura, uma lei que vai mudar radicalmente o ensino público superior no Brasil — e não necessariamente para melhor. Caso receba a sanção presidencial sem vetos importantes, como tudo indica que ocorrerá, uma em cada duas vagas nas universidades federais passará a ser preenchida por critérios que desprezam o mérito. Alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas terão direito a 120.000 das 240.000 vagas disponíveis nas federais. Esse número será distribuído segundo a cor da pele ou a autodeclarada etnia do candidato. Pretos, pardos e índios, não importa o seu

OS PREJUDICADOS

Alunos de escolas particulares do Distrito Federal protestam contra a nova lei: adeus ao mérito

desempenho escolar, passam a ter lugar garantido nos bancos das universidades na proporção da população verificada pelo Censo do IBGE em cada estado. Metade dessa cota vai para estudantes vindos de famílias de baixa renda.

O Brasil tem hoje 2.341 instituições de ensino superior, públicas e privadas. Desse total, apenas 59 serão afetadas pela Lei de Cotas — além das federais, o projeto inclui alguns cursos técnicos de ensino médio e profissionalizantes ligados ao Ministério da Educação. Em termos absolutos, é bem pouco. Ocorre que, juntamente com as universidades públicas estaduais, as universidades federais são a mais importante usina de descobertas científicas, conhecimento e pesquisa do Brasil. Vêm delas, por exemplo, 86% dos artigos científicos publicados internacionalmente, segundo dados recentes. Das dez instituições que mais emitiram pedido de patente entre 2004 e 2008, quatro delas eram universidades públicas — duas federais e duas estaduais. Nenhuma particular entrou no ranking. Isso só é possível porque é para elas que conflui a elite cultural, acadêmica, intelectual — e, sim, quase sempre econômica também — do país. Agora, a Lei de Cotas poderá desviar esse curso. Em vez de ir para os alunos mais preparados, quase sempre egressos de escolas particulares, metade das vagas caberá aos menos preparados, vindos do deficiente ensino público.

A Lei de Cotas, tal como foi enviada para a sanção de Dilma Rousseff, não é ruim apenas porque põe em risco a produção de conhecimento no país e atropela a meritocracia. Ela é ruim também porque mascara e força a perpetuação de um dos problemas mais graves da educação no Brasil: a péssima qualidade das escolas públicas do ensino médio e fundamental. “Se tivéssemos um ensino básico decente, esses alunos conseguiriam competir de igual para igual com os alunos das particulares. Mas é claro que é mais fácil criar cotas do que investir na base”, afirma o economista Cláudio de Moura Castro, especialista em educação e articulista de VEJA.

Brasil

O CAMINHO DA EDUCAÇÃO

Um raciocínio em favor da Lei de Cotas diz que, com essa reserva de vagas, a tendência será que muitos pais tirem seus filhos de escolas particulares para colocá-los em instituições públicas. Isso levaria a um aumento da cobrança de qualidade por parte de uma parcela da população com maior poder de reivindicação e a uma consequente melhoria do ensino. Infelizmente, é pouco provável que isso ocorra. Na prática, o efeito da lei será acabar com a competição — e a comparação — entre as escolas públicas e privadas. A cada ano, toda vez que saem os resultados dos vestibulares evidencia-se o enorme fosso entre a rede privada e a rede gratuita. Agora, com a vaga em uma universidade garantida para os estudantes das escolas públicas, perde-se um poderoso mecanismo de pressão sobre os governantes pela melhoria do ensino público.

A ideia de conceder estímulos aos que sempre viveram em desvantagem é boa e justa. Mas, ainda que se conclua que a universidade é o melhor lugar para essa ação, o critério racial não é o mais sensato para balizá-la. Nesse caso, muito mais justo seria que se expandisse o al-

cance do critério econômico — que na lei atual ficou com apenas um quarto das vagas. Negros pobres e brancos pobres, afinal, têm exatamente as mesmas dificuldades. E os alunos das escolas públicas não têm mais problemas para entrar nas universidades federais porque são pobres — ou negros, índios, brancos, amarelos —, mas sim porque não conseguem superar a barreira imposta pelo ensino deficiente que receberam. Em vez de corrigir essa questão na base, a Lei de Cotas põe o peso da correção de distorções sociais nos ombros da universidade, numa atitude populista que traduz a visão de que a universidade, assim como o conhecimento, não tem importância.

Há estudos indicando que o desempenho dos cotistas, no fim do curso, é semelhante ao dos alunos que entraram pela via normal. O volume de dados existentes se deve ao fato de que boa parte das universidades públicas, mesmo antes da lei, já praticava um sistema particular de cotas. Os dados, no entanto, devem ser vistos com ressalvas. "As pesquisas que aferem rendimento de cotistas são muito discutíveis, porque são

feitas pelas próprias instituições interessadas em comprovar que suas políticas funcionam", diz o sociólogo Demétrio Magnoli. Para ele, é razoável pensar que alguns poucos alunos fracos em uma sala de aula alcançariam os demais através de um esforço maior. "Mas, com metade da classe fraca, quem terá de se adaptar serão o professor e o conteúdo", diz.

O resultado recém-divulgado do Ideb, o principal termômetro da educação básica brasileira, mostra que a nota média dos estudantes que deixam o ensino médio foi de 3,4 na rede pública, ante 5,7 nas escolas particulares — um desempenho quase 70% melhor da parte dos últimos. O próprio governo parece reconhecer, ainda que implicitamente, o risco que a nova lei impõe ao ensino de alto padrão no país. Sob o contestável argumento de que são vinculadas ao Ministério da Defesa, e não ao da Educação, instituições de excelência, como o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e o IME (Instituto Militar de Engenharia), ficaram livres das cotas. O que mostra que, quando o assunto é "sério", o que se leva em conta é mesmo o mérito e a capacidade. ■

5 Sessão: Lya Luft. Título: Buscando a excelência.

Edição 2288, ano 45, número 39, 26/9/2012, página 24:

Buscando a excelência

Quando falo em excelência, não me refiro a ser o melhor de todos, ideia que me parece arrogante e tola. Nada pior do que um arrogante bobo, o tipo que chega a uma reunião, seja festa, seja trabalho, e já começa achando todos os demais idiotas. Nada mais patético do que aquele que se pensa ou se deseja sempre o primeiro da classe, da turma, do trabalho, do bairro, do mundo, quem sabe? Talento e disciplina fazem uma combinação ótima.

Então, excelência para mim significa tentar ser bom no que se faz, e no que se é. Um ser humano decente, solidário, afetuoso, respeitoso, digno, esperançoso sem ser tolo, idealista sem ser alienado, produtivo sem ser viciado em trabalho. E, no trabalho, dar o melhor de si sem sacrificar a vida, a família, a alegria, de que andamos tão carentes, embora os trópicos elétricos desfilam e as baladas varem a madrugada.

Estamos carentes de excelência. A mediocridade reina, assustadora, implacável e persistente. Autoridades, altos cargos, líderes, em boa parte desinformados, desinteressados, incultos, lamen-

“A mediocridade reina, assustadora, implacável e persistente. Autoridades desinformadas, alunos que saem do ensino médio semianalfabetos e assim entram nas universidades, que aos poucos vão se tornando reduto de pobreza intelectual”

táveis. Alunos que saem do ensino médio semianalfabetos e assim entram nas universidades, que aos poucos — refiro-me às públicas — vão se tornando reduto de pobreza intelectual. As infelizes cotas, contra as quais tenho escrito e às quais me oponho desde sempre, servem magnificamente para alcançarmos este objetivo: a mediocridade também do ensino superior. Alunos que não conseguem raciocinar porque não lhes foi ensinado, numa educação de brincadeira. E, porque não sabem ler nem escrever direito e com naturalidade, não conseguem expor em letra ou fala seu pensamento truncado e pobre. Professores que, mal pagos, mal estimulados, são mal preparados, desanimados e exaustos ou desinteressados. Atenção: há para tudo isso grandes e

animadoras exceções, mas são exceções, tanto escolas quanto alunos e mestres. O quadro geral é entristecedor.

E as cotas roubam a dignidade daqueles que deveriam ter acesso ao ensino superior por mérito, porque o governo lhes tivesse dado uma ótima escola pública e bolsas excelentes: não porque, sendo incapazes e despreparados, precisassem desse empurrão. Meu conceito serve para cotas raciais também: não é pela raça ou cor, sobretudo autodeclarada, que um jovem deve conseguir diploma superior, mas por seu esforço e capacidade, porque teve ótimos 1º e 2º graus em escola pública e/ou bolsas que o ampararam. Além do mais, as bolsas por raça ou cor são altamente discriminatórias: ou teriam de ser dadas a filhos de imigrantes japoneses, alemães, italianos, que todos sofreram grandemente chegando aqui, e muitos continuam precisando de esforços inauditos para mandar um filho à universidade.

Em suma, parece que trabalhamos para facilitar as coisas aos jovens, em lugar de educá-los com e para o trabalho, zelo, esforço, busca de mérito, uso de sua própria capacidade e talento, já entre as crianças. O ensino nas últimas décadas aprimorou-se em fazer os pequenos aprender brincando. Isso pode ser bom para os bem pequenos, mas já na escola elementar, em seus primeiros anos, é bom alertar, com afeto e alegria, para o fato de que a vida não é só brincadeira, que lazer e divertimento são necessários até à saúde, mas que escola é também preparação para uma vida profissional futura, na qual haverá disciplina e limites — que aliás deveriam existir em casa, ainda que amorosos.

Muitos dirão que não estou sendo simpática. Não escrevo para ser agradável, mas para partilhar com meus leitores preocupações sobre este país com suas maravilhas e suas mazelas, num momento fundamental em que, em meio a greves, justas ou desatinadas, projetos grandiosos e seguidamente vãos — do improviso e da incompetência ou ingenuidade, ou desinformação —, se delinea com grande inteligência e precisão a possibilidade de serem punidos aqueles que não apenas prejudicaram monetariamente o país, mas corroeram sua moral, e a dignidade de milhões de brasileiros. Está sendo um momento de excelência que nos devolve ânimo e esperança.

LYA LUFT
é escritora

ANEXO F – Termos-pivôs selecionados revista Caros Amigos

Revista Caros Amigos, ano XVI – número 181 – página 17 – abril/2012		
Sessão:	AMIGOS DE PAPEL	Autor: Joel Rufino dos Santos
Título: POR QUE AFRO-DESCENDENTES		
EDUCAÇÃO: nenhuma referência encontrada		
RACISMO		
- o mito da democracia racial brasileira virou pó		
COTAS: nenhuma referência encontrada		

Revista Caros Amigos, ano XVI – número 184 – página 15 – julho/2012		
Sessão:	AMIGOS DE PAPEL	Autor: Joel Rufino dos Santos
Título: A MAÇÃ E AS COTAS		
EDUCAÇÃO		
- se corrige a desigualdade racial na escola e nos empregos através da justiça social		
RACISMO		
<ul style="list-style-type: none"> - Racismo não é sinônimo de preconceito racial. - o racismo inclui um dado novo – e é nele que os adversários das cotas têm razão. Só que usaram esse dado como argumento para se oporem à ação afirmativa, feita pelo Estado, quando, no fundo, é o melhor argumento a seu favor. - Esse dado novo, e ambivalente, é a dimensão social do racismo. - o racismo se institui na dimensão social; - A escravidão – que durou os quatro quintos iniciais da existência brasileira – não é a origem do racismo: ela é o racismo. - quanto mais nos afastamos da escravidão, menos democracia racial, sonho das últimas gerações... - negros se organizaram para enfrentar o racismo; - se o racismo está na organização social, a questão passa a ser de Estado. - O Estado brasileiro é menos racista que o de cinquenta anos atrás; - Um traço desse avanço foi reconhecer que não somos uma democracia racial e ele deve intervir, através de uma ação afirmativa. - racismo é a dimensão social do preconceito. - Racismo é fenômeno social e, portanto, cabe ao Estado enfrentá-lo. 		
COTAS		
<ul style="list-style-type: none"> - aprendi um bocado com os adversários das cotas raciais, dei razão em alguns pontos. - Continuo a favor no atacado, contra no varejo. - Já o racismo inclui um dado novo – e é nele que os adversários das cotas têm razão. Só que usam esse dado como argumento para se oporem à ação afirmativa, feita pelo Estado, quando, no fundo, é o melhor argumento a seu favor. - Esse dado novo e ambivalente, é a dimensão social do racismo. - Têm razão os adversários das cotas ao dizerem que “a questão do negro” é social. 		

ANEXO G – Termos-pivôs selecionados revista Carta Capital

Revista Carta Capital, ano XVII – número 695 – página 21 – 2/5/2012	
Sessão: A Semana	Título: A pobreza tem cor
Subtítulo: JUSTIÇA	O STF decide por unanimidade que o sistema de cotas é constitucional
EDUCAÇÃO: nenhuma referência encontrada	
RACISMO	
<ul style="list-style-type: none"> - A decisão contraria a ação ajuizada pelo DEM em 2009, segundo o qual o sistema de cotas violaria preceitos fundamentais da Constituição de 1988, como a dignidade da pessoa humana, o preconceito de cor e a discriminação e prejudicaria o combate ao racismo. - A advogada do partido falou, durante a sessão, que os ministros decidiriam se queriam ou não um Brasil “racializado”. - “A pobreza tem cor no Brasil. Negra, mestiça, amarela, mas tem cor”, afirmou a ministra Rosa Weber. 	
COTAS	
<ul style="list-style-type: none"> - o STF julgou outro caso polêmico e se posicionou por unanimemente a favor das cotas raciais no Brasil; - com a decisão o tribunal considerou que as cotas não ferem e podem ser um antídoto para alcançar a igualdade racial; - “A política de ação afirmativa deve durar o tempo necessário para corrigir as distorções”, disse Ricardo Lewandowski, relator do processo. - A decisão deverá servir de base para outras ações. 	

Revista Carta Capital, ano XVII – número 696 – página 19 – 9/5/2012	
Sessão: A Semana	Título: As cotas ganham novo páreo
Subtítulo: JUDICIÁRIO	O STF considerou legal reservar vagas no Prouni
EDUCAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> - Programa Universidade para Todos (ProUni), principal investimento do governo federal para sanar o déficit de ensino superior no Brasil 	
RACISMO: nenhuma referência encontrada	
COTAS	
<ul style="list-style-type: none"> - EM CONSONÂNCIA com a decisão do fim de abril, que reconheceu a legalidade das cotas raciais na Universidade de Brasília, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou legal, em julgamento na quinta-feira 3, a reserva de vagas por critérios sociais e raciais do Programa Universidade para Todos (ProUni); - A ação proposta pelo DEM, afirmava que as cotas eram inconstitucionais; - Joaquim Barbosa desta vez defendeu as cotas; - “A lei atacada não ofende o princípio da isonomia, ao contrário, busca timidamente efetivá-lo”. 	

Revista Carta Capital, ano XVII – número 710 – página 19 – 15/8/2012	
Sessão: A Semana	Título: A inclusão agora é lei
Subtítulo: EDUCAÇÃO	O Senado aprova as cotas sociais e raciais nas universidades públicas
EDUCAÇÃO	
- A inclusão agora é lei	
RACISMO: nenhuma referência encontrada	
COTAS	
<ul style="list-style-type: none"> - NA TERÇA-FEIRA 7, o Senado aprovou o projeto que regulamenta o sistema de cotas nas universidades federais. - Pelo texto, relatado pela senadora Ana Rita (PT-ES), 50% das vagas serão preenchidas de acordo com critérios raciais ou sociais. - Metade das cotas será destinada a estudantes negros, pardos ou indígenas, conforme a proporção dessa população em cada estado. - A outra metade das cotas será destinada aos alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas e cujas famílias tenham renda percapita de até um salário mínimo e meio. - Para os defensores da proposta, a combinação de cotas raciais e sociais uniformiza as políticas de reserva de vagas em vigor nas diversas universidades federais. - O projeto foi aprovado depois de o Supremo Tribunal Federal declarar constitucional esse tipo de ação afirmativa. - A proposta foi aprovada pela Câmara e só depende da sanção de Dilma Rousseff. 	

Revista Carta Capital, ano XVII – número 715 – página 21 – 19/9/2012	
Sessão: A Semana	Título: Monteiro Lobato em dia de caça
Subtítulo: JUSTIÇA	O STF busca acordo em torno de livro do escritor que incitaria o racismo
EDUCAÇÃO: nenhuma referência encontrada	
RACISMO	
<ul style="list-style-type: none"> - O STF busca acordo em torno de livro do escritor que incitaria ao racismo - aqueles do <i>Sítio do Picapau Amarelo</i> não se imaginariam acusados de racismo ao incluir domésticas negras em suas conversas. - “É guerra das boas. Não vai escapar ninguém, nem Tia Nastácia que tem carne preta”, diz Emília, para que o livro reitere: “Tia Nastácia, esquecida de seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão, pelo mastro de São Pedro acima.” - E é Nastácia que diz no final: “Negro também é gente, sinhá...” - O CNE diz não querer censurar Lobato, tampouco sustentar o racismo. 	
COTAS: nenhuma referência encontrada	

Revista Carta Capital, ano XVII – número 716 – páginas 50 a 53 – 19/9/2012	
Sessão: Ideias	Título: Caçada ao racismo
Subtítulo: SOCIEDADE	Como o Brasil se debate na luta simbólica e pragmática contra o preconceito racial, a exemplo da atual polêmica sobre a obra de Monteiro Lobato
Autor: Willian Vieira	
EDUCAÇÃO: nenhum termo encontrado	
RACISMO	
<ul style="list-style-type: none"> - Julgado pelo suposto racismo de sua obra, Lobato pode ser condenado a ter publicada com ela um <i>mea culpa</i>, uma espécie de resposta histórica. - como o País está disposto a lidar com seu racismo, não só o que se traduz no abismo socioeconômico entre negros e brancos, mas também um tipo mais delicado, aquele do plano simbólico da literatura e outros objetos culturais produzidos antes das conquistas de direitos humanos e que voltam a assombrar um país que se jacta de sua suposta democracia racial. - <i>Caçadas de Pedrinho</i>, usado em duas ocasiões pelo PNBE, teve sua distribuição ameaçada em 2010 por um parecer do Conselho Nacional da Educação, que, em resposta à ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), recomendava que o livro com teor racista não fosse selecionado – e, caso o fosse, que contivesse uma ressalva. O motivo: racismo. - O governo aceitou exigir uma nota que discutisse “a presença de estereótipos raciais” e oferecesse a contextualização histórica. - A cada 17 denúncias de racismo, apenas uma vira ação penal no Brasil, segundo constatou o pesquisador Ivair Augusto dos Santos em sua tese de doutorado que virou o livro <i>Direitos Humanos e as Práticas de Racismo</i>. - Para Santos, o racismo brasileiro é institucionalizado, “É no atendimento de saúde, na abordagem policial, no mercado de trabalho que o negro sofre racismo. No Brasil, o racismo é difícil de detectar.” - Quando criança, aluno de uma escola pública da zona leste de São Paulo, Santos recebeu da professora o livro de Lobato para ler. Ficou chocado com a Tia Nastácia retratada como “macaca de carvão” e com a displicência da professora em relação ao tema. - Mas retirar o livro de Lobato da lista de material didático do MEC não seria uma forma de recalcar o racismo em vez de enfrenta-lo, de combater o preconceito apenas no âmbito simbólico e lavar as mãos quanto à promoção da igualdade social concreta? - As atuais denúncias ao racismo de Lobato, dizem os literatos, seriam uma boa chance para pesquisar sobre leitura no Brasil. - “Crianças e jovens que leem <i>Caçadas de Pedrinho</i> ou outras obras lobatianas opinam que o livro incentiva atitudes racistas? Leitores afrodescendentes sentem-se ofendidos quando leem as histórias do Sítio?”, pergunta-se, diz Marisa Lajolo, professora da USP e especialista em Monteiro Lobato. - “Que tipo de cidadão forma a frase final de <i>Caçadas de Pedrinho</i>, na qual Tia Nastácia, tomando o lugar de Dona Benta em um carrinho, proclama: “Agora chegou a minha vez. Negro também é gente, sinhá...” Será que a voz da própria Tia Nastácia, no livro, não é mais convincente do que rodapés e 	

advertências?”

- “O Brasil é um país racista e precisa enfrentar essa realidade”, diz Feres.
- “Ninguém está falando em censura. O que é preciso é combater o racismo tanto no âmbito simbólico quanto no âmbito das políticas públicas. São ambas importantes para lidar com o preconceito.”
- “No plano simbólico, existe uma resistência a reconhecer o racismo. Precisamos mostrar o negro como alguém que produz conhecimento e não como um ser animalizado”, diz Luiza Helena de Barros, ministra da Igualdade Racial.
- Mas a ministra, negra, se reserva o direito de opinar. “Nosso entendimento sempre foi o de que recursos públicos não podem ser utilizados para adquirir obras consideradas racistas. Racismo é algo que existia naquele tempo como uma posição majoritária e ainda existe hoje.”
- O racismo de Monteiro Lobato parece surgir com nitidez nas referências animalizadas à personagem negra Tia Nastácia, sempre “a negra”.
- Está também em romances adultos, em *O Presidente Negro*, com toda a discussão da eugenia como solução para tensões raciais finalizada pela proposta dos raios ômega e em cartas a amigos, onde ele admitiu que sentia inveja dos norte-americanos por ter criado algo como a Ku Klux Klan.
- O racismo deve ser combatido no plano concreto, via ações afirmativas, e no simbólico. Mas vetar o livro é a saída?
- Mas privar a maioria dos brasileiros (que crescem nos bancos da escola pública) de um passado vergonhoso não seria anti-histórico?
- O que o debate em torno de Lobato pode iluminar é qual a melhor maneira de se abordar o passado escravista brasileiro e o igualmente triste presente de desigualdade entre brancos e negros.

COTAS

- as cotas, que pipocaram em uma ou outra universidade, vão se tornar a regra;
- Com a sanção presidencial à lei, metade das vagas e, todas as universidades públicas brasileiras ficará com alunos oriundos de escolas públicas (com foco em negros e indígenas).
- O aguardado Programa Nacional de Ações Afirmativas deve sair em outubro. Com ele, a Seppir quer arrancar do governo uma verba substancial para oferecer bolsas de permanência para cotistas negros e bolsas de iniciação científica, além de pressionar por cotas para negros em todo o funcionalismo.

ANEXO H – Termos-pivôs selecionados revista Veja

Revista Veja, edição 2264 – ano 45 – número 15 – páginas 106 e 108 – 11/4/2012	
Título: A utopia sufoca a educação de qualidade	Autor: Gustavo loschpe
EDUCAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> - A utopia sufoca educação de qualidade; - males que assolam nossa educação; - AS AULAS DE CIÊNCIAS e as de português e matemática são as que vão fazer diferença positiva na vida dos jovens quando eles chegarem ao mercado de trabalho (legenda da foto de com a silhueta de duas alunas observando um microscópio) - responsabilizam a escola pela formação de condutas; - forçaram as escolas a receber alunos com necessidades especiais; - nossas escolas conseguem dar conta do recado? - a única igualdade que nosso sistema educacional conseguiu atingir é ser igualmente péssimo; - Copiamos o ponto final de programas adotados nos países europeus sem termos passado pelo desenvolvimento histórico que lhes dá sustentação. - esse desejo expansionista faz bem ou mal ao nosso sistema educacional? - essas demandas todas tornam impossível que o sistema tenha um foco; - Quando as intenções ultrapassam a capacidade de execução do sistema o que ocorre é que o agente – cada professor ou diretor – vira um legislador, cabendo a ele o papel de decidir quais partes das inatingíveis demandas vai cumprir. - A MISSÃO DA BOA ESCOLA é ensinar as disciplinas fundamentais aos alunos, e não tentar corrigir as desigualdades do Brasil (legenda de foto com um menino negro de costas e virado para um quadro negro escrito com perguntas) - a adição dessas disciplinas torna ainda mais difícil para os pobres se equiparar aos alunos mais ricos nas matérias que realmente vão ser decisivas em sua vida. - a triste realidade é que, por viverem em ambientes mais letrados e com pais mais instruídos, alunos de famílias ricas precisam de menos horas de instrução para se alfabetizar. - O aluno rico pode, portanto, se dar ao luxo de ter aula de música. - Para nivelar o jogo, o aluno pobre deveria estar usando essas horas para se recuperar do atraso, especialmente nas habilidades basilares: português, matemática e ciências. - Se esses pensadores querem a escola como niveladora de diferenças, se a diferença que mais impacta a qualidade de vida das pessoas é a renda, e se a fonte principal de renda é o trabalho, então precisamos de um sistema educacional que coloque ricos e pobres em igualdade de condições para concorrer no mercado de trabalho. - O que, por sua vez presume uma educação desigual entre pobres e ricos, fazendo com que a escola dê aos primeiros as competências intelectuais que os últimos já trazem de casa. - Não conheço nenhum estudo que demonstre o impacto de uma educação filosoficamente inclusiva sobre o bem-estar das pessoas. 	

- Mas há vários estudos empíricos sobre a desigualdade no Brasil.
- O fator número 1 na explicação das desigualdades de renda é, de longe, a desigualdade educacional;
- Ao criarmos uma escola sobrecarregada com a missão de não apenas formar o brasileiro do futuro mas corrigir as desigualdades de 500 anos de história, nós nos asseguramos de que ela se tornará um fracasso.
- A escola não pode fracassar, pois ela é a alavanca do Brasil.
- O tipo de escola pública que queremos é uma discussão em última instância política e não técnica.
- É legítimo, embora estúpido, que a maioria dos brasileiros prefira uma educação que fracasse em ensinar a tabuada mas ensine bem a fazer um pagode.
- Nossas lideranças se valem do abissal desconhecimento da maioria da população sobre o que é uma educação de excelência para vender-lhe a possibilidade do paraíso terreno em que professores despreparados podem formar o novo homem e o profissional de sucesso.

RACISMO: Nenhuma referência encontrada.

COTAS

- instituíram cotas raciais;
- A agenda maximalista seria uma maneira de sanar desigualdades e corrigir injustiças.
- O Brasil deveria questionar essa agenda.
- Não adianta pedir ao gerente de recursos humanos que seja “solidário” na hora da contratação e leve em conta que os candidatos à vaga vêm de origens sociais diferentes, porque, se o recrutador selecionar o funcionário menos competente, o mais certo é que em breve ambos estejam solidariamente no olho da rua.
- Essa pretensa revolução, como todas as outras, termina beneficiando apenas os burocratas que a implementaram.

Revista Veja, edição 2267 – ano 45 – número 18 – página 73 – 25/4/2012

Sessão: Brasil

Título: DISTORÇÃO NA PELE.

Subtítulo: A aprovação do sistema de cotas universitárias para negros e pardos pode ser o remédio errado para uma doença evidente e cruel – a imensa desigualdade de oportunidades que nasceu com a escravidão

EDUCAÇÃO

- segundo o IBGE, os brasileiros brancos têm dois anos a mais de escolaridade que os pardos e negros;
- na tentativa de diminuir uma discrepância social – a desigualdade de oportunidades de pobres, mesmo se sabendo que a maioria deles é de negros – o caminho foi uma solução racial.

RACISMO

- a imensa desigualdade que nasceu com a escravidão
- Convém lembrar ainda que, na tentativa de diminuir uma discrepância social – a desigualdade de oportunidades de pobres, mesmo se sabendo que a maioria deles é de negros – o caminho foi uma solução racial.
- Nos Estados Unidos a histórica e agressiva discriminação, muitas vezes resultado de ordens do estado, foi amenizada pela integração forçada nas escolas e locais de trabalho.

- No Brasil, uma doença real e cruel que deve ser corrigida com o acesso de todos à educação, indiscriminadamente.

COTAS

- Distorção na pele;
- A aprovação do sistema de cotas universitárias para negros e pardos pode ser remédio errado para doença evidente e cruel;
- Na semana passada, os juízes do Supremo Tribunal Federal decidiram por unanimidade (dez votos a zero) corrigir uma parcela da herança daquele pecado original do século XIX.
- O STF rechaçou uma ação proposta pelo DEM contra o sistema de cotas da Universidade de Brasília (UnB), que reserva 20% das vagas para autodeclarados negros e pardos.
- A tese vencedora é de que as políticas de cotas raciais nas universidades estão de acordo com a Constituição e são necessárias para corrigir a trajetória de discriminação racial no Brasil.
- as cotas podem criar uma casta de profissionais que, tendo em escapado da escolha por meritocracia e beneficiando-se apenas da cor da pele, passem a ser vistos de modo preconceituoso.
- Mendes, na trilha de seus pares, votou pelas cotas por considera-las úteis agora, desde que temporárias, um tratamento desigual com o objetivo de promover, lá adiante, a igualdade.
- Mas apontou perversões, como a de um aluno negro e rico que, tendo sempre estudado em escola particular, ganhe a oportunidade de entrar na universidade pelas cotas, enquanto um aluno pobre, porém branco, não.
- Nos Estados Unidos o sistema de cotas funcionou porque a histórica e agressiva discriminação, muitas vezes resultado de ordens do estado, foi amenizada pela integração forçada nas escolas e locais de trabalho.
- No Brasil, o uso das cotas, aparentemente positivo, pode representar o remédio errado para uma doença real e cruel que deve ser corrigida com o acesso de todos à educação, indiscriminadamente.
- Resolvendo-se o problema social, todos serão beneficiados – independente da raça autodeclarada.

Revista Veja, edição 2284 – ano 45 – número 35 – página 13 – 29/8/2012

Sessão: Carta ao Leitor	Título: Uma falsa solução para um problema real
--------------------------------	--

EDUCAÇÃO

- comprometer a excelência do ensino e da pesquisa;
- perpetuar as deficiências do ensino público, médio e fundamental, uma vez que a lei corrige na ponta o que deveria ser resolvido na base;
- É no ensino fundamental e médio que estão os funis que mais estreitam o acesso dos desprovidos à educação de qualidade.
- alunos mais preparados, egressos das boas escolas;
- alunos menos preparados vindos das deficientes escolas públicas;
- programa Ciências sem Fronteiras;
- A última vez que se viu algo parecido foi durante o regime militar;
- Nas décadas de 60 e 70, o governo financiou intercâmbios estudantis nas áreas de exploração petrolífera, pesquisa agrícola e engenharia de aeronaves – três dos campos em que – não por coincidência, o Brasil é hoje

líder mundial.
RACISMO
<ul style="list-style-type: none"> - injustiças sociais e iniquidades históricas, como a escravidão. - O círculo vicioso que acaba por destinar aos ricos (e brancos) a maior parte nos lugares nas universidades públicas – sustentada com o dinheiro de todos os contribuintes, incluindo negros e pobres – tem que ser quebrado. - Mas esse é um problema real, a solução pelas cotas é falsa.
COTAS
<ul style="list-style-type: none"> - Uma falsa solução para um problema real - se a presidente Dilma Russeff sancionar a Lei de Cotas, deixará clara a escolha do governo de que a principal função da universidade é reparar injustiças sociais e iniquidades históricas, como a escravidão; - armadilhas por trás da lei que obriga as universidades federais a reservar 50% de suas vagas para estudantes da rede pública, distribuídas de acordo com a proporção de autodeclarados negros, pardos ou índios na população; - O círculo vicioso que acaba por destinar aos ricos (e brancos) a maior parte dos lugares nas universidades públicas – sustentadas com o dinheiro de todos os contribuintes, incluindo negros e pobres – tem de ser quebrado. Mas se esse é um problema real, a solução pelas cotas é falsa. - por definição, os cotistas são estudantes mais mal preparados do que os não cotistas; - Cotas raciais <i>O risco de corrigir uma injustiça criando outras</i> - A seu favor, no entanto, a Lei de Cotas tem a vantagem de vir com prazo de validade. - Ela vai vigorar por dez anos, período em que se poderão avaliar, inclusive suas supostas vantagens – como a de que, ao misturar alunos mais preparados, egressos das boas escolas com alunos menos preparados vindos das deficientes escolas públicas, os primeiros “puxariam” os segundos para cima. - Se a política de cotas ainda tem resultados incertos, o investimento público em cérebros já provou ser, mais do que uma boa aposta, uma iniciativa capaz de pavimentar o futuro de uma nação.

Revista Veja, edição 2284 – ano 45 – número 35 – página 70-72 – 29/8/2012	
Sessão: Brasil	Título: O GRANDE ERRO DAS COTAS
Autora: Julia Carvalho	
EDUCAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> - O Brasil tem hoje 2341 instituições de ensino superior, públicas e privadas. - juntamente com as universidades estaduais, as universidades federais são a mais importante usina de descobertas científicas, conhecimento e pesquisa do Brasil. - Vêm delas, por exemplo, 86% dos artigos científicos publicados internacionalmente; - Das dez instituições que mais emitiram pedido de patente entre 2004 e 2008, quatro delas eram universidades públicas – duas federais e duas estaduais. Nenhuma particular entrou no ranking. - Isso só é possível porque é para elas que conflui a elite cultural, acadêmica, intelectual – e sim, quase sempre econômica também – do país. 	

- os alunos mais preparados, quase sempre egressos de escolas particulares e alunos menos preparados, vindos do deficiente ensino público;
- um dos problemas mais graves da educação no Brasil: a péssima qualidade das escolas públicas do ensino médio e fundamental.
- se tivéssemos um ensino básico decente, esses alunos conseguiriam competir de igual para igual com os alunos das particulares;
- é mais fácil criar cota que investir na base

- (infográfico) **O CAMINHO DA EDUCAÇÃO:**

COMO É HOJE Vantagem: a seleção respeita a meritocracia. Os que estudam nas melhores escolas entram nas universidades públicas – na média, superiores. Desvantagem: como as escolas públicas são fracas, os alunos que saem delas têm pouca chance de entrar nas universidades públicas, sustentadas com o dinheiro de todos os contribuintes.

COMO VAI FICAR Vantagem: o sistema de cotas facilita o acesso dos alunos vindos de escolas públicas às universidades públicas. Desvantagem: alunos menos preparados têm acesso às melhores universidades, o que fere a meritocracia e põe em risco a qualidade da pesquisa acadêmica e o nível de ensino.

- com a vaga em uma universidade garantida para os estudantes das escolas públicas, perde-se o poderoso mecanismo de pressão sobre os governantes pela melhora do ensino público.

- A cada ano, toda vez que saem os resultados dos vestibulares evidencia-se o enorme fosso entre a rede privada e a rede gratuita,

- os alunos das escolas públicas não tem mais problemas para entrar nas universidades federais porque são pobres – ou negros, índios, brancos, amarelos – mas sim porque não conseguem superar a barreira imposta pelo ensino deficiente que receberam.

- O próprio governo parece reconhecer, ainda que implicitamente, o risco que a nova lei impõe ao ensino de alto padrão no país.

- instituições de excelência, como o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e o IME (Instituto Militar de Engenharia)

RACISMO

- Negros pobres e brancos pobres, afinal, têm exatamente as mesmas dificuldades.

COTAS

- Foto de jovem segurando cartaz escrito: COTAS: O FAMOSO JEITINHO BRASILEIRO e abaixo a imagem de uma cadeira de estudante metade preta, metade branca.

- **OS PREJUDICADOS** *Alunos de escolas particulares do Distrito Federal protestam contra a nova lei: adeus ao mérito (legenda de foto de duas jovens brancas com a metade do rosto pintado com tinta preta)*

- grande erro;

- dependendo da decisão da presidente Dilma Russeff, uma em cada duas vagas nas universidades federais estará reservada para egressos do ensino público, negros, índios e pardos.

- É uma forma equivocada de corrigir distorções.

- uma lei que vai mudar radicalmente o ensino público superior no Brasil – e não necessariamente para melhor.

- Caso receba a sanção presidencial sem vetos importantes, como tudo indica que ocorrerá, uma em cada duas vagas nas universidades federais

passará a ser preenchida por critérios que desprezam o mérito.

- Alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas terão direito a 120000 das 240000 vagas disponíveis nas federais.

- Pretos, pardos e índios, não importa o seu desempenho escolar, passam a ter lugar garantido nos bancos das universidades na proporção da população verificada pelo Censo do IBGE em cada estado. Metade dessa cota vai para estudantes vindos de família de baixa renda.

- das 2341 instituições de ensino superior no Brasil, apenas 59 serão afetadas pela Lei das Cotas;

- além das federais, o projeto inclui alguns cursos técnicos do ensino médio e profissionalizantes ligados ao Ministério da Educação.

- Em termos absolutos, é bem pouco. Ocorre que, juntamente com as universidades estaduais, as universidades federais são a mais importante usina de descobertas científicas, conhecimento e pesquisa do Brasil.

- Agora, a Lei de Cotas poderá desviar esse curso.

- Em vez de ir para os alunos mais preparados, quase sempre egressos de escolas particulares, metade das vagas caberá aos menos preparados, vindos do deficiente ensino público.

- A Lei das Cotas, tal como foi enviada para a sanção de Dilma Rousseff, não é ruim apenas porque põe em risco a produção de conhecimento no país e atropela a meritocracia.

- Ela é ruim também porque mascara e força a perpetuação de um dos problemas mais graves da educação do Brasil: a péssima qualidade das escolas públicas do ensino médio e fundamental.

- “(...) é mais fácil criar cotas do que investir na base” – afirma o economista Claudio de Moura Castro, especialista em educação e articulista de VEJA.

- Um raciocínio a favor da Lei das Cotas diz que, com essa reserva de vagas, a tendência será que muitos pais tirem seus filhos de escolas particulares para coloca-los em instituições públicas. Isso levaria a um aumento na cobrança de qualidade por parte de uma parcela da população com maior poder de reivindicação e a uma consequente melhora do ensino. Infelizmente isso é pouco provável.

- Na prática, o efeito da lei será acabar com a competição – e a comparação – entre as escolas públicas e privadas.

- Agora com uma vaga em uma universidade garantida para os estudantes das escolas públicas, perde-se um poderoso mecanismo de pressão sobre os governantes pela melhora do ensino público.

- A ideia de conceder estímulos aos que sempre viveram em desvantagem é boa e justa. Mas, ainda que se conclua que a universidade é o melhor lugar pra essa ação, o critério racial não é o mais sensato para balizá-la.

- muito mais justo seria que se expandisse o alcance do critério econômico – que na lei atual ficou com apenas um quarto das vagas. Negros pobres e brancos pobres, afinal, têm exatamente as mesmas dificuldades.

- Em vez de corrigir a questão na base, a Lei de Cotas põe o peso da correção de distorções sociais nos ombros da universidade, numa atitude populista que traduz a visão de que a universidade, assim como o conhecimento, não tem importância.

- Há estudo indicando que o desempenho dos cotistas, no fim do curso, é semelhante ao dos alunos que entraram pela via normal.

- boa parte das universidades públicas, mesmo antes da lei, já praticava um

sistema particular de cotas;

- “As pesquisas que aferem o rendimento de cotistas são muito discutíveis, porque são feitas pelas próprias instituições interessadas em comprovar que suas políticas funcionam”, diz o sociólogo Demétrio Magnoli.
- O próprio governo parece reconhecer, ainda que implicitamente, o risco que a nova lei impõe ao ensino de alto padrão no país.
- instituições de excelência, como o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e o IME (Instituto Militar de Engenharia), ficaram livres das cotas. O que mostra que, quando o assunto é “sério”, o que se leva em conta é mesmo o mérito e a capacidade.

Revista Veja, edição 2288 – ano 45 – número 39 – página 24 – 26/8/2012	
Título: Buscando a excelência	Autora: Lya Luft
EDUCAÇÃO	
<p>- “A mediocridade reina, assustadora, implacável e persistente. Autoridades desinformadas, alunos que saem do ensino médio semianalfabetos e assim entram nas universidades, que aos poucos vão se tornando reduto de pobreza intelectual.”</p> <p>- Alunos que não conseguem raciocinar porque não lhes foi ensinado, numa educação de brincadeira.</p> <p>- E porque não sabem ler nem escrever direito com naturalidade, não conseguem expor em letra ou fala seu pensamento truncado e pobre.</p> <p>- Professores que, mal pagos, mal estimulados, são mal preparados, desanimados e exaustos ou desinteressados.</p> <p>- Atenção: há para tudo isso grandes e animadoras exceções, mas são exceções, tanto escolas quanto alunos e mestres.</p> <p>- O quadro geral é entristecedor.</p> <p>- Em suma, parece que trabalhamos para facilitar as coisas aos jovens, em lugar de educa-los com e para o trabalho, zelo, esforço, busca de mérito, uso de sua própria capacidade e talento, já entre as crianças.</p> <p>- O ensino nas últimas décadas aprimorou-se em fazer os pequenos aprender brincando.</p> <p>- Isso pode ser bom para os bem pequenos, mas já na escola elementar, em seus primeiros anos, é bom alertar, com afeto e alegria, para o fato de que a vida não é só brincadeira, que lazer e divertimento são necessários até à saúde, mas que a escola é também preparação para uma vida profissional futura, na qual haverá disciplina e limites;</p>	
RACISMO	
<p>- não é pela raça ou cor, sobretudo autodeclarada, que um jovem deve conseguir diploma superior, mas por seu esforço e capacidade;</p> <p>- as bolsas por raça ou cor são altamente discriminatórias: ou teriam de ser dadas a filhos de imigrantes japoneses, alemães, italianos, que todos sofreram grandemente chegando aqui;</p>	
COTAS	
<p>- Autoridades, altos cargos, líderes em boa parte desinformados, desinteressados, incultos, lamentáveis. Alunos que saem do ensino médio semianalfabetos e assim entram nas universidades, que aos poucos – refiro-me às públicas – vão se tornando reduto de pobreza intelectual. As infelizes cotas, contra as quais tenho escrito e às quais me oponho desde sempre, servem magnificamente para alcançarmos este objetivo.</p> <p>- E as cotas roubam a dignidade daqueles que deveriam ter acesso ao ensino superior por mérito, porque o governo lhes tivesse dado uma ótima escola pública e bolsas excelentes: não porque, sendo incapazes e despreparados, precisassem desse empurrão.</p> <p>- Meu conceito serve para as cotas raciais também: não é pela raça ou cor, sobretudo autodeclarada, que um jovem deve conseguir diploma superior, mas por seu esforço e capacidade, porque teve ótimos 1.^o e 2.^o graus em escola pública e/ou bolsas que o ampararam.</p>	

ANEXO I – Termo-pivô: educação

1 Revista Caros Amigos

Revista Caros Amigos	Autor: Joel Rufino dos Santos
EDUCAÇÃO	
- se corrige a desigualdade racial na escola e nos empregos através da justiça social.	

2 Revista Carta Capital

Revista Carta Capital
EDUCAÇÃO
- Programa Universidade para Todos (ProUni), principal investimento do governo federal para sanar o déficit de ensino superior no Brasil
- A inclusão agora é lei

3 Revista Veja

Revista Veja
EDUCAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - A utopia sufoca educação de qualidade; - males que assolam nossa educação; - AS AULAS DE CIÊNCIAS e as de português e matemática são as que vão fazer diferença positiva na vida dos jovens quando eles chegarem ao mercado de trabalho (legenda da foto de com a silhueta de duas alunas observando um microscópio) - responsabilizam a escola pela formação de condutas; - forçaram as escolas a receber alunos com necessidades especiais; - nossas escolas conseguem dar conta do recado? - a única igualdade que nosso sistema educacional conseguiu atingir é ser igualmente péssimo; - Copiamos o ponto final de programas adotados nos países europeus sem termos passado pelo desenvolvimento histórico que lhes dá sustentação. - esse desejo expansionista faz bem ou mal ao nosso sistema educacional? - essas demandas todas tornam impossível que o sistema tenha um foco; - Quando as intenções ultrapassam a capacidade de execução do sistema o que ocorre é que o agente – cada professor ou diretor – vira um legislador, cabendo a ele o papel de decidir quais partes das inatingíveis demandas vai cumprir. - A MISSÃO DA BOA ESCOLA é ensinar as disciplinas fundamentais aos alunos, e não tentar corrigir as desigualdades do Brasil (legenda de foto com um menino negro de costas e virado para um quadro negro escrito com perguntas) - a adição dessas disciplinas torna ainda mais difícil para os pobres se equiparar aos alunos mais ricos nas matérias que realmente vão ser decisivas em sua vida. - a triste realidade é que, por viverem em ambientes mais letrados e com pais mais instruídos, alunos de famílias ricas precisam de menos horas de instrução para se alfabetizar.

- O aluno rico pode, portanto, se dar ao luxo de ter aula de música.
- Para nivelar o jogo, o aluno pobre deveria estar usando essas horas para se recuperar do atraso, especialmente nas habilidades basilares: português, matemática e ciências.
- Se esses pensadores querem a escola como niveladora de diferenças, se a diferença que mais impacta a qualidade de vida das pessoas é a renda, e se a fonte principal de renda é o trabalho, então precisamos de um sistema educacional que coloque ricos e pobres em igualdade de condições para concorrer no mercado de trabalho.
- O que, por sua vez presume uma educação desigual entre pobres e ricos, fazendo com que a escola dê aos primeiros as competências intelectuais que os últimos já trazem de casa.
- Não conheço nenhum estudo que demonstre o impacto de uma educação filosoficamente inclusiva sobre o bem-estar das pessoas.
- Mas há vários estudos empíricos sobre a desigualdade no Brasil.
- O fator número 1 na explicação das desigualdades de renda é, de longe, a desigualdade educacional;
- Ao criarmos uma escola sobrecarregada com a missão de não apenas formar o brasileiro do futuro mas corrigir as desigualdades de 500 anos de história, nós nos asseguramos de que ela se tornará um fracasso.
- A escola não pode fracassar, pois ela é a alavanca do Brasil.
- O tipo de escola pública que queremos é uma discussão em última instância política e não técnica.
- É legítimo, embora estúpido, que a maioria dos brasileiros prefira uma educação que fracasse em ensinar a tabuada mas ensine bem a fazer um pagode.
- Nossas lideranças se valem do abissal desconhecimento da maioria da população sobre o que é uma educação de excelência para vender-lhe a possibilidade do paraíso terreno em que professores despreparados podem formar o novo homem e o profissional de sucesso.
- segundo o IBGE, os brasileiros brancos têm dois anos a mais de escolaridade que os pardos e negros;
- na tentativa de diminuir uma discrepância social – a desigualdade de oportunidades de pobres, mesmo se sabendo que a maioria deles é de negros – o caminho foi uma solução racial.
- comprometer a excelência do ensino e da pesquisa;
- perpetuar as deficiências do ensino público, médio e fundamental, uma vez que a lei corrige na ponta o que deveria ser resolvido na base;
- É no ensino fundamental e médio que estão os funis que mais estreitam o acesso dos desprovidos à educação de qualidade.
- alunos mais preparados, egressos das boas escolas;
- alunos menos preparados vindos das deficientes escolas públicas;
- programa Ciências sem Fronteiras;
- A última vez que se viu algo parecido foi durante o regime militar;
- Nas décadas de 60 e 70, o governo financiou intercâmbios estudantis nas áreas de exploração petrolífera, pesquisa agrícola e engenharia de aeronaves – três dos campos em que – não por coincidência, o Brasil é hoje líder mundial.
- O Brasil tem hoje 2341 instituições de ensino superior, públicas e privadas.
- juntamente com as universidades estaduais, as universidades federais são

a mais importante usina de descobertas científicas, conhecimento e pesquisa do Brasil.

- Vêm delas, por exemplo, 86% dos artigos científicos publicados internacionalmente;
- Das dez instituições que mais emitiram pedido de patente entre 2004 e 2008, quatro delas eram universidades públicas – duas federais e duas estaduais. Nenhuma particular entrou no ranking.
- Isso só é possível porque é para elas que conflui a elite cultural, acadêmica, intelectual – e sim, quase sempre econômica também – do país.
- os alunos mais preparados, quase sempre egressos de escolas particulares e alunos menos preparados, vindos do deficiente ensino público;
- um dos problemas mais graves da educação no Brasil: a péssima qualidade das escolas públicas do ensino médio e fundamental.
- se tivéssemos um ensino básico decente, esses alunos conseguiriam competir de igual para igual com os alunos das particulares;
- é mais fácil criar cota que investir na base

- (infográfico) **O CAMINHO DA EDUCAÇÃO:**

COMO É HOJE Vantagem: a seleção respeita a meritocracia. Os que estudam nas melhores escolas entram nas universidades públicas – na média, superiores. Desvantagem: como as escolas públicas são fracas, os alunos que saem delas têm pouca chance de entrar nas universidades públicas, sustentadas com o dinheiro de todos os contribuintes.

COMO VAI FICAR Vantagem: o sistema de cotas facilita o acesso dos alunos vindos de escolas públicas às universidades públicas. Desvantagem: alunos menos preparados têm acesso às melhores universidades, o que fere a meritocracia e põe em risco a qualidade da pesquisa acadêmica e o nível de ensino.

- com a vaga em uma universidade garantida para os estudantes das escolas públicas, perde-se o poderoso mecanismo de pressão sobre os governantes pela melhora do ensino público.

- A cada ano, toda vez que saem os resultados dos vestibulares evidencia-se o enorme fosso entre a rede privada e a rede gratuita,

- os alunos das escolas públicas não tem mais problemas para entrar nas universidades federais porque são pobres – ou negros, índios, brancos, amarelos – mas sim porque não conseguem superar a barreira imposta pelo ensino deficiente que receberam.

- O próprio governo parece reconhecer, ainda que implicitamente, o risco que a nova lei impõe ao ensino de alto padrão no país.

- instituições de excelência, como o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e o IME (Instituto Militar de Engenharia)

- **“A mediocridade reina, assustadora, implacável e persistente. Autoridades desinformadas, alunos que saem do ensino médio semianalfabetos e assim entram nas universidades, que aos poucos vão se tornando reduto de pobreza intelectual.”**

- Alunos que não conseguem raciocinar porque não lhes foi ensinado, numa educação de brincadeira.

- E porque não sabem ler nem escrever direito com naturalidade, não conseguem expor em letra ou fala seu pensamento truncado e pobre.

- Professores que, mal pagos, mal estimulados, são mal preparados, desanimados e exaustos ou desinteressados.

- Atenção: há para tudo isso grandes e animadoras exceções, mas são exceções, tanto escolas quanto alunos e mestres.
- O quadro geral é entristecedor.
- Em suma, parece que trabalhamos para facilitar as coisas aos jovens, em lugar de educa-los com e para o trabalho, zelo, esforço, busca de mérito, uso de sua própria capacidade e talento, já entre as crianças.
- O ensino nas últimas décadas aprimorou-se em fazer os pequenos aprender brincando.
- Isso pode ser bom para os bem pequenos, mas já na escola elementar, em seus primeiros anos, é bom alertar, com afeto e alegria, para o fato de que a vida não é só brincadeira, que lazer e divertimento são necessários até à saúde, mas que a escola é também preparação para uma vida profissional futura, na qual haverá disciplina e limites;

ANEXO J – Termo-pivô: racismo

1 Revista Caros Amigos

Revista Caros Amigos	Autor: Joel Rufino dos Santos
RACISMO	
<ul style="list-style-type: none"> - o mito da democracia racial brasileira virou pó - Racismo não é sinônimo de preconceito racial. - o racismo inclui um dado novo – e é nele que os adversários das cotas têm razão. Só que usaram esse dado como argumento para se oporem à ação afirmativa, feita pelo Estado, quando, no fundo, é o melhor argumento a seu favor. - Esse dado novo, e ambivalente, é a dimensão social do racismo. - o racismo se institui na dimensão social; - A escravidão – que durou os quatro quintos iniciais da existência brasileira – não é a origem do racismo: ela é o racismo. - quanto mais nos afastamos da escravidão, menos democracia racial, sonho das últimas gerações... - negros se organizaram para enfrentar o racismo; - se o racismo está na organização social, a questão passa a ser de Estado. - O Estado brasileiro é menos racista que o de cinquenta anos atrás; - Um traço desse avanço foi reconhecer que não somos uma democracia racial e ele deve intervir, através de uma ação afirmativa. - racismo é a dimensão social do preconceito. - Racismo é fenômeno social e, portanto, cabe ao Estado enfrentá-lo. 	

2 Revista Carta Capital

Revista Carta Capital
RACISMO
<ul style="list-style-type: none"> - A decisão contraria a ação ajuizada pelo DEM em 2009, segundo o qual o sistema de cotas violaria preceitos fundamentais da Constituição de 1988, como a dignidade da pessoa humana, o preconceito de cor e a discriminação e prejudicaria o combate ao racismo. - A advogada do partido falou, durante a sessão, que os ministros decidiriam se queriam ou não um Brasil “racializado”. - “A pobreza tem cor no Brasil. Negra, mestiça, amarela, mas tem cor”, afirmou a ministra Rosa Weber. - O STF busca acordo em torno de livro do escritor que incitaria ao racismo - aqueles do <i>Sítio do Picapau Amarelo</i> não se imaginariam acusados de racismo ao incluir domésticas negras em suas conversas. - “É guerra das boas. Não vai escapar ninguém, nem Tia Nastácia que tem carne preta”, diz Emília, para que o livro reitere: “Tia Nastácia, esquecida de seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão, pelo mastro de São Pedro acima.” - E é Nastácia que diz no final: “Negro também é gente, sinhá...” - O CNE diz não querer censurar Lobato, tampouco sustentar o racismo. - Julgado pelo suposto racismo de sua obra, Lobato pode ser condenado a ter publicada com ela um <i>mea culpa</i>, uma espécie de resposta histórica.

- como o País está disposto a lidar com seu racismo, não só o que se traduz no abismo socioeconômico entre negros e brancos, mas também um tipo mais delicado, aquele do plano simbólico da literatura e outros objetos culturais produzidos antes das conquistas de direitos humanos e que voltam a assombrar um país que se jacta de sua suposta democracia racial.
- *Caçadas de Pedrinho*, usado em duas ocasiões pelo PNBE, teve sua distribuição ameaçada em 2010 por um parecer do Conselho Nacional da Educação, que, em resposta à ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), recomendava que o livro com teor racista não fosse selecionado – e, caso o fosse, que contivesse uma ressalva. O motivo: racismo.
- O governo aceitou exigir uma nota que discutisse “a presença de estereótipos raciais” e oferecesse a contextualização histórica.
- A cada 17 denúncias de racismo, apenas uma vira ação penal no Brasil, segundo constatou o pesquisador Ivair Augusto dos Santos em sua tese de doutorado que virou o livro *Direitos Humanos e as Práticas de Racismo*.
- Para Santos, o racismo brasileiro é institucionalizado, “É no atendimento de saúde, na abordagem policial, no mercado de trabalho que o negro sofre racismo. No Brasil, o racismo é difícil de detectar.”
- Quando criança, aluno de uma escola pública da zona leste de São Paulo, Santos recebeu da professora o livro de Lobato para ler. Ficou chocado com a Tia Nastácia retratada como “macaca de carvão” e com a displicência da professora em relação ao tema.
- Mas retirar o livro de Lobato da lista de material didático do MEC não seria uma forma de recalcar o racismo em vez de enfrenta-lo, de combater o preconceito apenas no âmbito simbólico e lavar as mãos quanto à promoção da igualdade social concreta?
- **As atuais** denúncias ao racismo de Lobato, dizem os literatos, seriam uma boa chance para pesquisar sobre leitura no Brasil.
- “Crianças e jovens que leem *Caçadas de Pedrinho* ou outras obras lobatianas opinam que o livro incentiva atitudes racistas? Leitores afrodescendentes sentem-se ofendidos quando leem as histórias do Sítio?”, pergunta-se, diz Marisa Lajolo, professora da USP e especialista em Monteiro Lobato.
- “Que tipo de cidadão forma a frase final de *Caçadas de Pedrinho*, na qual Tia Nastácia, tomando o lugar de Dona Benta em um carrinho, proclama: “Agora chegou a minha vez. Negro também é gente, sinhá...” Será que a voz da própria Tia Nastácia, no livro, não é mais convincente do que rodapés e advertências?”
- “O Brasil é um país racista e precisa enfrentar essa realidade”, diz Feres.
- “Ninguém está falando em censura. O que é preciso é combater o racismo tanto no âmbito simbólico quanto no âmbito das políticas públicas. São ambas importantes para lidar com o preconceito.”
- “No plano simbólico, existe uma resistência a reconhecer o racismo. Precisamos mostrar o negro como alguém que produz conhecimento e não como um ser animalizado”, diz Luiza Helena de Barros, ministra da Igualdade Racial.
- Mas a ministra, negra, se reserva o direito de opinar. “Nosso entendimento sempre foi o de que recursos públicos não podem ser utilizados para adquirir obras consideradas racistas. Racismo é algo que existia naquele tempo como

uma posição majoritária e ainda existe hoje.”

- O racismo de Monteiro Lobato parece surgir com nitidez nas referências animalizadas à personagem negra Tia Nastácia, sempre “a negra”.
- Está também em romances adultos, em *O Presidente Negro*, com toda a discussão da eugenia como solução para tensões raciais finalizada pela proposta dos raios ômega e em cartas a amigos, onde ele admitiu que sentia inveja dos norte-americanos por ter criado algo como a Ku Klux Klan.
- O racismo deve ser combatido no plano concreto, via ações afirmativas, e no simbólico. Mas vetar o livro é a saída?
- Mas privar a maioria dos brasileiros (que crescem nos bancos da escola pública) de um passado vergonhoso não seria anti-histórico?
- O que o debate em torno de Lobato pode iluminar é qual a melhor maneira de se abordar o passado escravista brasileiro e o igualmente triste presente de desigualdade entre brancos e negros.

3 Revista Veja

Revista Veja

RACISMO

- a imensa desigualdade que nasceu com a escravidão
- Convém lembrar ainda que, na tentativa de diminuir uma discrepância social – a desigualdade de oportunidades de pobres, mesmo se sabendo que a maioria deles é de negros – o caminho foi uma solução racial.
- Nos Estados Unidos a histórica e agressiva discriminação, muitas vezes resultado de ordens do estado, foi amenizada pela integração forçada nas escolas e locais de trabalho.
- No Brasil, uma doença real e cruel que deve ser corrigida com o acesso de todos à educação, indiscriminadamente.
- injustiças sociais e iniquidades históricas, como a escravidão.
- O círculo vicioso que acaba por destinar aos ricos (e brancos) a maior parte nos lugares nas universidades públicas – sustentada com o dinheiro de todos os contribuintes, incluindo negros e pobres – tem que ser quebrado.
- Mas esse é um problema real, a solução pelas cotas é falsa.
- Negros pobres e brancos pobres, afinal, têm exatamente as mesmas dificuldades.
- não é pela raça ou cor, sobretudo autodeclarada, que um jovem deve conseguir diploma superior, mas por seu esforço e capacidade;
- as bolsas por raça ou cor são altamente discriminatórias: ou teriam de ser dadas a filhos de imigrantes japoneses, alemães, italianos, que todos sofreram grandemente chegando aqui;

ANEXO K – Termo-pivô: cotas

1 Revista Caros Amigos

Revista Caros Amigos	Autor: Joel Rufino dos Santos
COTAS	
<ul style="list-style-type: none"> - aprendi um bocado com os adversários das cotas raciais, dei razão em alguns pontos. - Continuo a favor no atacado, contra no varejo. - Já o racismo inclui um dado novo – e é nele que os adversários das cotas têm razão. Só que usam esse dado como argumento para se oporem à ação afirmativa, feita pelo Estado, quando, no fundo, é o melhor argumento a seu favor. - Esse dado novo é ambivalente, é a dimensão social do racismo. - Têm razão os adversários das cotas ao dizerem que “a questão do negro” é social. 	

2 Revista Carta Capital

Revista Carta Capital
COTAS
<ul style="list-style-type: none"> - o STF julgou outro caso polêmico e se posicionou por unanimemente a favor das cotas raciais no Brasil; - com a decisão o tribunal considerou que as cotas não ferem e podem ser um antídoto para alcançar a igualdade racial; - “A política de ação afirmativa deve durar o tempo necessário para corrigir as distorções”, disse Ricardo Lewandowski, relator do processo. - A decisão deverá servir de base para outras ações. - EM CONSONÂNCIA com a decisão do fim de abril, que reconheceu a legalidade das cotas raciais na Universidade de Brasília, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou legal, em julgamento na quinta-feira 3, a reserva de vagas por critérios sociais e raciais do Programa Universidade para Todos (ProUni); - A ação proposta pelo DEM, afirmava que as cotas eram inconstitucionais; - Joaquim Barbosa desta vez defendeu as cotas; - “A lei atacada não ofende o princípio da isonomia, ao contrário, busca timidamente efetivá-lo”. - NA TERÇA-FEIRA 7, o Senado aprovou o projeto que regulamenta o sistema de cotas nas universidades federais. - Pelo texto, relatado pela senadora Ana Rita (PT-ES), 50% das vagas serão preenchidas de acordo com critérios raciais ou sociais. - Metade das cotas será destinada a estudantes negros, pardos ou indígenas, conforme a proporção dessas população em cada estado. - A outra metade das cotas será destinada aos alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas e cujas famílias tenham renda percapita de até um salário mínimo e meio. - Para os defensores da proposta, a combinação de cotas raciais e sociais uniformiza as políticas de reserva de vagas em vigor nas diversas universidades federais. - O projeto foi aprovado depois de o Supremo Tribunal Federal declarar

constitucional esse tipo de ação afirmativa.

- A proposta foi aprovada pela Câmara e só depende da sanção de Dilma Rousseff.
- as cotas, que pipocaram em uma ou outra universidade, vão se tornar a regra;
- Com a sanção presidencial à lei, metade das vagas e, todas as universidades públicas brasileiras ficará com alunos oriundos de escolas públicas (com foco em negros e indígenas).
- O aguardado Programa Nacional de Ações Afirmativas deve sair em outubro. Com ele, a Seppir quer arrancar do governo uma verba substancial para oferecer bolsas de permanência para cotistas negros e bolsas de iniciação científica, além de pressionar por cotas para negros em todo o funcionalismo.

3 Revista Veja

Revista Veja

COTAS

- instituíram cotas implementaram.
- Distorção na pele; raciais;
- A agenda maximalista seria uma maneira de sanar desigualdades e corrigir injustiças.
- O Brasil deveria questionar essa agenda.
- Não adianta pedir ao gerente de recursos humanos que seja “solidário” na hora da contratação e leve em conta que os candidatos à vaga vêm de origens sociais diferentes, porque, se o recrutador selecionar o funcionário menos competente, o mais certo é que em breve ambos estejam solidariamente no olho da rua.
- Essa pretensa revolução, como todas as outras, termina beneficiando apenas os burocratas que a
- A aprovação do sistema de cotas universitárias para negros e pardos pode ser remédio errado para doença evidente e cruel;
- Na semana passada, os juízes do Supremo Tribunal Federal decidiram por unanimidade (dez votos a zero) corrigir uma parcela da herança daquele pecado original do século XIX.
- O STF rechaçou uma ação proposta pelo DEM contra o sistema de cotas da Universidade de Brasília (UnB), que reserva 20% das vagas para autodeclarados negros e pardos.
- A tese vencedora é de que as políticas de cotas raciais nas universidades estão de acordo com a Constituição e são necessárias para corrigir a trajetória de discriminação racial no Brasil.
- as cotas podem criar uma casta de profissionais que, tendo em escapado da escolha por meritocracia e beneficiando-se apenas da cor da pele, passem a ser vistos de modo preconceituoso.
- Mendes, na trilha de seus pares, votou pelas cotas por considera-las úteis agora, desde que temporárias, um tratamento desigual com o objetivo de promover, lá adiante, a igualdade.
- Mas apontou perversões, como a de um aluno negro e rico que, tendo sempre estudado em escola particular, ganhe a oportunidade de entrar na

universidade pelas cotas, enquanto um aluno pobre, porém branco, não.

- Nos Estados Unidos o sistema de cotas funcionou porque a histórica e agressiva discriminação, muitas vezes resultado de ordens do estado, foi amenizada pela integração forçada nas escolas e locais de trabalho.

- No Brasil, o uso das cotas, aparentemente positivo, pode representar o remédio errado para uma doença real e cruel que deve ser corrigida com o acesso de todos à educação, indiscriminadamente.

- Resolvendo-se o problema social, todos serão beneficiados – independente da raça autodeclarada.

- Uma falsa solução para um problema real

- se a presidente Dilma Russeff sancionar a Lei de Cotas, deixará clara a escolha do governo de que a principal função da universidade é reparar injustiças sociais e iniquidades históricas, como a escravidão;

- armadilhas por trás da lei que obriga as universidades federais a reservar 50% de suas vagas para estudantes da rede pública, distribuídas de acordo com a proporção de autodeclarados negros, pardos ou índios na população;

- O círculo vicioso que acaba por destinar aos ricos (e brancos) a maior parte dos lugares nas universidades públicas – sustentadas com o dinheiro de todos os contribuintes, incluindo negros e pobres – tem de ser quebrado. Mas se esse é um problema real, a solução pelas cotas é falsa.

- por definição, os cotistas são estudantes mais mal preparados do que os não cotistas;

- **Cotas raciais** *O risco de corrigir uma injustiça criando outras*

- A seu favor, no entanto, a Lei de Cotas tem a vantagem de vir com prazo de validade.

- Ela vai vigorar por dez anos, período em que se poderão avaliar, inclusive suas supostas vantagens – como a de que, ao misturar alunos mais preparados, egressos das boas escolas com alunos menos preparados vindos das deficientes escolas públicas, os primeiros “puxariam” os segundos para cima.

- Se a política de cotas ainda tem resultados incertos, o investimento público em cérebros já provou ser, mais do que uma boa aposta, uma iniciativa capaz de pavimentar o futuro de uma nação.

- Foto de jovem segurando cartaz escrito: COTAS: O FAMOSO JEITINHO BRASILEIRO e abaixo a imagem de uma cadeira de estudante metade preta, metade branca.

- **OS PREJUDICADOS** *Alunos de escolas particulares do Distrito Federal protestam contra a nova lei: adeus ao mérito (legenda de foto de duas jovens brancas com a metade do rosto pintado com tinta preta)*

- grande erro;

- dependendo da decisão da presidente Dilma Russeff, uma em cada duas vagas nas universidades federais estará reservada para egressos do ensino público, negros, índios e pardos.

- É uma forma equivocada de corrigir distorções.

- uma lei que vai mudar radicalmente o ensino público superior no Brasil – e não necessariamente para melhor.

- Caso receba a sanção presidencial sem vetos importantes, como tudo indica que ocorrerá, uma em cada duas vagas nas universidades federais passará a ser preenchida por critérios que desprezam o mérito.

- Alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas terão direito a

120000 das 240000 vagas disponíveis nas federais.

- Pretos, pardos e índios, não importa o seu desempenho escolar, passam a ter lugar garantido nos bancos das universidades na proporção da população verificada pelo Censo do IBGE em cada estado. Metade dessa cota vai para estudantes vindos de família de baixa renda.

- das 2341 instituições de ensino superior no Brasil, apenas 59 serão afetadas pela Lei das Cotas;

- além das federais, o projeto inclui alguns cursos técnicos do ensino médio e profissionalizantes ligados ao Ministério da Educação.

- Em termos absolutos, é bem pouco. Ocorre que, juntamente com as universidades estaduais, as universidades federais são a mais importante usina de descobertas científicas, conhecimento e pesquisa do Brasil.

- Agora, a Lei de Cotas poderá desviar esse curso.

- Em vez de ir para os alunos mais preparados, quase sempre egressos de escolas particulares, metade das vagas caberá aos menos preparados, vindos do deficiente ensino público.

- A Lei das Cotas, tal como foi enviada para a sanção de Dilma Rousseff, não é ruim apenas porque põe em risco a produção de conhecimento no país e atropela a meritocracia.

- Ela é ruim também porque mascara e força a perpetuação de um dos problemas mais graves da educação do Brasil: a péssima qualidade das escolas públicas do ensino médio e fundamental.

- “(...) é mais fácil criar cotas do que investir na base” – afirma o economista Claudio de Moura Castro, especialista em educação e articulista de VEJA.

- Um raciocínio a favor da Lei das Cotas diz que, com essa reserva de vagas, a tendência será que muitos pais tirem seus filhos de escolas particulares para coloca-los em instituições públicas. Isso levaria a um aumento na cobrança de qualidade por parte de uma parcela da população com maior poder de reivindicação e a uma consequente melhora do ensino. Infelizmente isso é pouco provável.

- Na prática, o efeito da lei será acabar com a competição – e a comparação – entre as escolas públicas e privadas.

- Agora com uma vaga em uma universidade garantida para os estudantes das escolas públicas, perde-se um poderoso mecanismo de pressão sobre os governantes pela melhora do ensino público.

- A ideia de conceder estímulos aos que sempre viveram em desvantagem é boa e justa. Mas, ainda que se conclua que a universidade é o melhor lugar pra essa ação, o critério racial não é o mais sensato para balizá-la.

- muito mais justo seria que se expandisse o alcance do critério econômico – que na lei atual ficou com apenas um quarto das vagas. Negros pobres e brancos pobres, afinal, têm exatamente as mesmas dificuldades.

- Em vez de corrigir a questão na base, a Lei de Cotas põe o peso da correção de distorções sociais nos ombros da universidade, numa atitude populista que traduz a visão de que a universidade, assim como o conhecimento, não tem importância.

- Há estudo indicando que o desempenho dos cotistas, no fim do curso, é semelhante ao dos alunos que entraram pela via normal.

- boa parte das universidades públicas, mesmo antes da lei, já praticava um sistema particular de cotas;

- “As pesquisas que aferem o rendimento de cotistas são muito discutíveis,

porque são feitas pelas próprias instituições interessadas em comprovar que suas políticas funcionam”, diz o sociólogo Demétrio Magnoli.

- O próprio governo parece reconhecer, ainda que implicitamente, o risco que a nova lei impõe ao ensino de alto padrão no país.

- instituições de excelência, como o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e o IME (Instituto Militar de Engenharia), ficaram livres das cotas. O que mostra que, quando o assunto é “sério”, o que se leva em conta é mesmo o mérito e a capacidade.

- Autoridades, altos cargos, líderes em boa parte desinformados, desinteressados, incultos, lamentáveis. Alunos que saem do ensino médio semianalfabetos e assim entram nas universidades, que aos poucos – refiro-me às públicas – vão se tornando reduto de pobreza intelectual. As infelizes cotas, contra as quais tenho escrito e às quais me oponho desde sempre, servem magnificamente para alcançarmos este objetivo.

- E as cotas roubam a dignidade daqueles que deveriam ter acesso ao ensino superior por mérito, porque o governo lhes tivesse dado uma ótima escola pública e bolsas excelentes: não porque, sendo incapazes e despreparados, precisassem desse empurrão.

- Meu conceito serve para as cotas raciais também: não é pela raça ou cor, sobretudo autodeclarada, que um jovem deve conseguir diploma superior, mas por seu esforço e capacidade, porque teve ótimos 1.^o e 2.^o graus em escola pública e/ou bolsas que o ampararam.

ANEXO L – Fotografias selecionadas

Foto número 1:

Legenda: **A MISSÃO DA BOA ESCOLA** é ensinar as disciplinas fundamentais aos alunos, e não tentar corrigir as desigualdades do Brasil

Foto número 2:

Legenda: **Cotas raciais** O risco de corrigir uma injustiça criando outras